

Ata nº01/2025

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, com início às nove horas e vinte minutos e término às dezassete horas e trinta minutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024; -----

PONTO 4 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025. INFORMAÇÃO N. 04/DDEF/2025; -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE: 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ARQUITETURA PAISAGISTA; 3 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ENGENHARIA DO AMBIENTE; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO; 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE JARDINAGEM, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO; 1 ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE JUVENTUDE E DESPORTO, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO; 1 ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE CULTURA E TURISMO, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, E, AINDA, 3 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE PSICOLOGIA; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE EDUCADOR SOCIAL; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE HUMANIDADES E 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO INCERTO, PARA ALOCAR AO “PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (PNPSE)”. PREVISÃO DE DOIS (2) POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU, MUITO CONCRETAMENTE PARA A UNIDADE FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES (ULUEV) E UNIDADE FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS (UASAP). PROPOSTA N.º 10/GAPV/2025; -----

PONTO 6 – REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES – PROCESSO Nº 136/16 DO MUNICÍPIO DE CHAVES – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 7/SPU/2025 DA TÉCNICA SUPERIOR, ANA ISABEL AUGUSTO, ARQUITETA, DE 22.01.2025; -----

PONTO 7 - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS | APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 11/GAPV/2025; -----

PONTO 8 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE QUATRO NOVOS “ESPAÇOS CIDADÃO” (A LOCALIZAR NAS FREGUESIAS DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM E VILAR DE NANTES, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE E NA



UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES) - INFORMAÇÃO Nº 16/DDE/2025,
DA DRA. ANDREIA GERALDES DE 23/01/2025; -----

PONTO 9 - “PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR,
ANO LETIVO 2024/2025.” INFORMAÇÃO Nº 07/DEASS/UE/2025 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO
DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ENUNCIADO; -----

PONTO 10 – 4.^a ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA
DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º
06/GAPV/2025; -----

PONTO 11 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE
CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS.
PROPOSTA N.º 12/GAPV/2025; -----

PONTO 12 - ANÁLISE DO 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PIM “CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO
INDUSTRIAL”, DA SOCIEDADE MALLAT, LDA. – INFORMAÇÃO Nº01/DDE/2025, DA DRA. CLÁUDIA
FERREIRA DE 07/01/2025; -----

PONTO 13 - ANÁLISE DOS 3.º E 4.º RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO SEMESTRAL DO PIM “PROJETO
CORTIZO CHAVES” DA SOCIEDADE “ALUMÍNIOS CORTIZO (PORTUGAL) LDA.” – INFORMAÇÃO Nº
02/ DDE/2025, DA DRA. CLÁUDIA FERREIRA DE 07/01/2025; -----

PONTO 14 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DOM MARTINHO DA COSTA
E NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº
873/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 926/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE,
DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 05/12/2024; -----

PONTO 15 – COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA CENTRAL, EM
SANJURGE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 908/24 –
INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 938/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO
SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/12/2024; -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – EM SANTA MARINHA, EM
SANTIAGO DO MONTE, E EM SOBRADO - FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA –
PROCESSO Nº 910/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 942/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS
E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/12/2024; -----

PONTO 17 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE
MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE – NO BAIRRO DA TRANSLAR, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES,
PROCESSO Nº 989/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 954/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS
E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----

PONTO 18 – MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO – NA RUA SÃO
VICENTE, FREGUESIA DE REDONDELO, PROCESSO Nº 968/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º
953/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO
MIRANDA RUA, DATADA DE 18/12/2024; -----

PONTO 19 - CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE PARAGEM PARA TRANSPORTE ESCOLAR – NA AVENIDA
MIGUEL TORGA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 988/24 –
INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 956/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO
SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----



PONTO 20 - ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTACIONAMENTO – NA TRAVESSA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 978/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 957/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----

PONTO 21 - AMPLIAÇÃO PARA TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO RESERVADOS PARA A PARÓQUIA DA IGREJA DA SAGRADA FAMÍLIA – NA RUA BOENERGES GOMES AUGUSTO, EM SANTA CRUZ, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PROCESSO Nº 1015/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/01/2025; -----

PONTO 22 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA RECOLHA E ENTREGA DE ALUNOS – NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, EM FRENTE AO JARDIM-ESCOLA JOÃO DE DEUS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 1007/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 26/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 14/01/2025; -----

PONTO 23 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA TRAVESSA DA VEIGA DA GRANJA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, PROCESSO Nº 1048/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/01/2025. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho de Chaves. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luís Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, João Luís Gonçalves Rodrigues, Pedro Miguel Vieira Miranda, Anabela Maria Neves Martins e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) – Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Sanfins – Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão – Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel



Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto do Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha – Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras) – Rui Manuel Branco Rodrigues, e representação de Vale de Anta – Jorge José Pereira de Carvalho, de Vila Verde da Raia – Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage. -----

Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: -----
Júlio Eliseu Enes Alves, pelo PS, Abílio do Nascimento Ramos, pelo PS, Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, do PS, Maria Adalgisa P.F. da Silva Babo, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS e Michele Alexandra Rodrigues da Costa, pelo PSD. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, Hélder Leão de Castro Lopo e da Freguesia de Vale de Anta, Júlio Manuel Abambres Carneiro.

Registaram-se os seguintes pedidos de renúncia de mandato de Deputados da Assembleia Municipal: Maria José Alves Portela, pelo PSD e Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD. -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e vinte minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada.

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----

*“Muito bom dia a todos os membros desta Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, à senhora e aos senhores Vereadores, aos membros desta Mesa da Assembleia que me acompanham, aos serviços de apoio, eventualmente, ao público que aqui esteja presente. -----
Vamos dar início a esta Sessão da Assembleia Municipal, pois já temos quórum. Queria antes de iniciar a Ordem de Trabalhos dizer que foi distribuída uma circular, que, entretanto, vai ser retirada, porque tendo a mesma a ver com o Regime da Prevenção da Corrupção só entra em vigor no dia 13 de fevereiro de 2025. A Câmara Municipal, entendeu e antecipou a data de entrada em vigor para os dias anteriores. É meu entendimento que a Assembleia Municipal só deverá fazer essa declaração, que o novo regime prevê, a partir do dia 13 de fevereiro de 2025. Tratando-se um assunto um pouco complicado, na medida em que vai alterar o funcionamento deste Órgão e de outras instituições, sejam públicas ou privadas, a sua aplicação significaria que hoje, como exemplo, no ponto que diz respeito aos Apoios às Juntas de Freguesias, não só os Presidentes de Junta não iriam votar, como os restantes membros desta Assembleia teriam que fazer uma declaração de inexistência de conflito de interesses. -----
Vamos iniciar os trabalhos, passo a palavra ao primeiro Secretário, Anselmo José Martins, a fim de transmitir as informações e dar conhecimento da correspondência recebida durante este período. Muito obrigado”.* -----

No uso da palavra, o primeiro Secretário da Mesa, **Anselmo José Martins**, disse: -----

Muito obrigado senhor Presidente, permita-me que faça os cumprimentos formais, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, cumprimento a minha companheira de Mesa, cumprimento o senhor Presidente da Câmara, cumprimento a senhora e os senhores Vereadores, cumprimento os senhores Deputados Municipais, cumprimento os senhores Presidentes de Junta, cumprimento o pessoal de apoio, público presente e comunicação social, se, presente, passo à leitura da relação de documentos entregues no



Gabinete de Apoio ao Presidente e aos Vereadores e apoio ao Órgão Deliberativo desde a última sessão desta Assembleia Municipal. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

“Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentadas uma Nota de Congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista e uma Moção e eu pedia aos promotores que procedessem à sua leitura”. -----

Por sugestão do primeiro secretário da Mesa as inscrições para as intervenções foram feitas separadamente, quer para a Nota de Congratulação quer para a Moção. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo PS, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, muito obrigada, senhor Presidente, apresento os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caras e caros Deputados Municipais, senhoras Presidentes de Junta, senhores Presidentes de Junta, público presente, comunicação social e trabalhadores, a todos, muito bom dia. -----

“Nota de congratulação do Grupo Municipal do Partido Socialista à FORMA – Estúdio de Dança de Chaves e suas bailarinas. -----

Entre os dias 4 e 7 de fevereiro decorreu em Viena a competição internacional intitulada European Ballet Grand Prix 2025. A FORMA – Estúdio de Dança de Chaves participou na competição com 24 alunas que arrecadaram um total de 15 pódios. -----

Nesta competição de dança, de balé e de contemporânea, destinada a bailarinos jovens, entre os 7 e os 27 anos, as flavienses alcançaram distintos prémios, quer coletivos, quer individuais, destacando-se, desde logo, o prémio de excelência coreográfica e o primeiro lugar na categoria de Large Group Junior Contemporâneo, com a dança “A Free Man” da autoria de Maria Antunes. -----

Também na categoria de Dueto Contemporâneo as jovens flavienses lograram o primeiro lugar. Por sua vez, em Solista Contemporânea e Dueto Clássico as bailarinas da FORMA alcançaram o segundo lugar; prémio vencido, ainda, em mais 3 categorias de grupo. -----

O 3º lugar do pódio foi conseguido em mais sete categorias premiadas e ainda houve três alunas que conquistaram bolsas para o International Whorkshop Rome 2025. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista felicita, assim, todo o trabalho desenvolvido pelo Estúdio de Dança FORMA, com os professores, coreógrafos e ensaiadores e a dedicação inabalável das suas alunas, cujo empenho e mérito foram agora reconhecidos nesta competição, elevando o nome e orgulho flavienses e transportando a identidade de Chaves, além-fronteiras. -----

Bem-hajam! Parabéns e obrigada! -----

Assembleia Municipal de Chaves, em 12 de fevereiro de 2025. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista” -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

“Antes de continuarmos a reunião vou dar um esclarecimento. Não sabia que esta Nota de Congratulação vinha aqui à Assembleia Municipal, mas como pretendo intervir sobre a mesma retiro-me da Mesa, porque gostaria de intervir neste assunto”. -----

Assumiu a Presidência da Mesa o primeiro secretário, **Anselmo José Martins**, que de imediato deu a palavra ao Deputado Altamiro da Ressurreição Claro que disse: -----

“Senhor Presidente da Mesa, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta: -----

É um gosto enorme estar aqui deste lado e desempenhar, também, esta função, este papel, de membro da Assembleia Municipal. Não sabia que o Partido Socialista trazia esta Nota de Congratulação, se ninguém a fizesse eu próprio tinha essa intenção quando achasse oportuno. Dizer que estive presente nesta manifestação cultural realizada em Viena de Áustria e foi um privilégio poder assistir entre os dias



3 e 6 de fevereiro aos espetáculos onde a FORMA representou Chaves com uma dignidade extrema. Pude estar junto daquelas crianças e daquela equipa que lidera a FORMA. Quero realçar a sua diretora Mariana Carvalho, bem como a excelente atuação da Maria Antunes que ganhou o prémio de melhor coreografia com a dança “A FREE MAN”, que representa a história verdadeira daquela criança, Anne Frank, a única que se salvou dum campo de concentração, emigrando depois para os Estados Unidos. Dizer ainda que naquele momento em que elas apresentaram esta coreografia me senti honrado e que Chaves saiu dignificada com a ovação do público presente e a reação unânime do júri do evento que se levantou e aplaudiu de pé. A FORMA viria a obter com esta coreografia o prémio mais elevado daquele certame Internacional. Portanto, está de parabéns a FORMA, quem a dirige, a Mariana de Carvalho e a sua equipa. Estão de parabéns todas estas jovens flavienses. -----
Viena de Áustria, cidade da música e da dança, a que estão ligados grandes nomes, como Mozart, Strauss e outros compositores famosos rendeu-se a esta atuação. Parabéns à FORMA e a todas as jovens que integram este grupo, que continuam a engrandecer Chaves. -----
Quero deixar registado que no dia da atuação final, o senhor Presidente da Câmara, teve o cuidado de ligar para o grupo e manifestar a sua satisfação ao grupo por ter atingido este nível. -----
Muito obrigado”. -----

Depois de reassumir o seu lugar e no uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse, estarmos em presença de uma Moção e uma Nota de Congratulação sobre o mesmo assunto e que era de opinião que se poderiam fundir, sugestão esta que foi aceite. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa o senhor Secretário e a senhora Secretária, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores, a senhora Vereadora, senhoras e senhores Membros desta Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta, demais público presente, bom dia. -----

O PSD irá associar-se a esta Nota de Congratulação e votar nela claramente e favoravelmente. -----

Milena Sofia Vieira de Melo, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros desta Assembleia e restante público. -----

Vou-me repetir um pouco, porque na qualidade de flaviense, mas também, de mãe de uma bailarina de 11 anos que foi sem os pais representar Chaves, a uma cidade como Viena de Áustria, eu não podia deixar de vir aqui hoje manifestar o meu orgulho e repito não só como flaviense, mas também como mãe. Portanto, peço desculpa, mas eu vou-me repetir agradeço que me ouçam porque realmente estas meninas merecem uma homenagem para se sentir realmente não só em Viena de Áustria que são apoiadas, mas também aqui em Chaves. -----

Portanto, o que eu vou propor é um Voto de Louvor: -----

“Voto de Louvor -----

Entre os dias 4 e 7 de fevereiro, a cidade de Viena, na Áustria, foi palco do “European Ballet Grand Prix”, uma prestigiada competição internacional que reuniu talentos de toda a Europa. Neste evento de alto nível, Chaves esteve dignamente representada pela FORMA – Estúdio Dança de Chaves, através da participação de 24 jovens bailarinas. -----

Após meses de intensa preparação, essas talentosas artistas subiram ao palco para apresentar solos, duetos e ensembles nas modalidades de Ballet Clássico e Dança Contemporânea, elevando com orgulho o nome de Chaves e de Portugal. -----

O seu desempenho foi verdadeiramente notável. Num cenário altamente competitivo, conquistaram um feito extraordinário: todas as alunas em competição foram premiadas. Destacam-se, entre as inúmeras distinções, os seguintes reconhecimentos: -----

- Prémio Excelência Coreográfica – Melhor Coreografia; -----
- Dois primeiros lugares; -----



- *Cinco segundos lugares;* -----
- *Sete terceiros lugares;* -----
- *Cinco Bolsas de Estudo.* -----

Estes resultados refletem o talento, a dedicação e o árduo trabalho destas bailarinas, bem como o compromisso inabalável dos seus professores, coreógrafos e ensaiadores. São também um testemunho do apoio incondicional das famílias, cujo incentivo e sacrifício foram fundamentais para estas conquistas. A repercussão deste feito ultrapassou as fronteiras da nossa cidade, recebendo o reconhecimento público e consolidando a FORMA – Estúdio Dança de Chaves como uma referência de excelência no panorama da dança. -----

É, portanto, com grande honra e sentido de justiça que venho a esta Assembleia, em nome da bancada do PPD/PSD, propor a atribuição de um Voto de Louvor a estas jovens bailarinas e à FORMA – Estúdio Dança de Chaves. Com esta homenagem, reconhecemos não apenas o mérito das suas conquistas, mas também a dedicação incansável e a disciplina exemplar que demonstram, muitas vezes abrindo mão de momentos em família, de lazer e de estudo, em prol da sua paixão pela dança. -----

Senhor Presidente, da Câmara, gostaria ainda de propor que esta distinção vá além das redes sociais e que cada uma destas talentosas bailarinas seja solenemente homenageada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Chaves. Esta é uma oportunidade de valorizarmos publicamente o esforço, o talento e o espírito de superação que estas jovens representam. -----

Certa de que esta homenagem será um estímulo para o futuro destas bailarinas e um motivo de orgulho para toda a comunidade, aguardo a vossa consideração favorável. -----

Milena Melo” -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, perguntou se algum deputado pretendia intervir, informando que saiu da reunião entre os representantes dos dois Grupos Municipais uma proposta única. -----

Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

As deputadas Milena Melo (PSD) e Brigitte Gonçalves (PS), pelo PS, ficaram incumbidas de apresentarem a versão final do documento. -----

A Mesa ainda decidiu que o tempo utilizado não iria contar para a discussão do Período de Antes da Ordem do Dia, o que foi aceite pela Assembleia. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Muito obrigado. Senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e naturalmente a quem dá suporte técnico a esta sessão. Queria começar por expressar uma enormíssima satisfação por aquilo que tem sido o trabalho meritório, com um processo crescente de afirmação de qualidade e de reconhecimento pelos diferentes públicos. -----

A FORMA, Estúdio de Dança de Chaves, tem, como é sabido por todos ou por alguns que acompanham mais de perto a atividade intensa de enormíssima qualidade que tem sido desenvolvida nesse contexto e dizer que o Município de Chaves tem acompanhado atentamente a evolução deste Estúdio de Dança. Tivemos a oportunidade este ano em curso e no ano passado de celebrar com a FORMA um contrato de programa de desenvolvimento cultural no sentido de reconhecer não só o trabalho, a dedicação, o profícuo ensino da dança, mas também a sua prática. E, por isso, no ano de 2024, o Município de Chaves teve a oportunidade, por minha proposta, de aprovar um contrato de desenvolvimento cultural que possa criar as condições ou melhorar as condições, designadamente, as condições financeiras e técnicas para que o seu trabalho, a sua missão possa ser concretizada ainda de forma mais plena e cabal. Tive também a oportunidade, em momentos anteriores, de demonstrar essa nossa admiração, não só pessoal, mas também em nome do Município nos diferentes momentos, designadamente, em espetáculos, mas também noutros momentos em que a FORMA teve a oportunidade de mostrar a sua qualidade, designadamente, nos palcos numa iniciativa em que participou nos Estados Unidos, no caso concreto, em Nova Iorque e, já nessa altura, recebemos, como sabe, senhora membro desta Assembleia Municipal, Milena Melo, condignamente nos Paços do Município e fizemos um reconhecimento individual a todas as bailarinas e também à sua Diretora, às suas professoras, coreógrafas e ensaístas. Devo dizer que, se



então e no momento em que o resultados não eram, enfim, tão expressivos como eles foram no dia 7 de fevereiro, porque foi no dia 7 de fevereiro que estes resultados aconteceram, a sua Diretora teve um prémio adicional, nesse dia celebrava o seu aniversário a Mariana Carvalho, e nesse dia teve mais uma prenda e a prenda foi esta enormíssima quantidade de prémios obtidos pelas bailarinas que integram a FORMA. E, portanto, tive oportunidade, como dizia o senhor Presidente da Assembleia Municipal de, não só felicitá-la pelo aniversário, mas, sobretudo, felicitar todos quantos, e são muitos que têm contribuído para este desempenho notável e excecional da FORMA. Estou a falar das dançarinas, destas artistas da dança, da Diretora do Estúdio, porque muita da sua energia, da sua visão, da estratégia e do caminho tem sido seguramente gizada pela Mariana Carvalho, depois aos professores, aos ensaístas, aos coreógrafos, nunca esquecendo necessariamente os pais. Eu, às vezes, até digo a brincar, mais as mães, mas sem discriminação para os pais no seu conjunto, porque, de facto, têm tido uma atitude estoica, de um compromisso inabalável, porque, verdadeiramente, o que têm feito é, sabemos bem, de uma exigência grande, mas o esforço maior tem sido mesmo das bailarinas, porque elas têm conseguido compaginar a sua vida estudantil, como sabem, estão num período escolar com muita exigência, têm, ao mesmo tempo, sabido compaginar essa vida com as suas responsabilidades familiares, mas, ao mesmo tempo, têm conseguido dar nota de uma vontade indómita, determinada de poderem verdadeiramente fazer aquilo que elas sabem fazer bem que é dançar. -----

Nesse contexto, no dia 9 de maio de 2024, já tivemos a oportunidade de as receber nos Paços do Concelho, na sequência de uma prestação absolutamente excecional. Por outro lado, foi reconhecido o mérito do percurso da FORMA, através da atribuição da medalha de mérito de cobre no dia 8 de julho de 2024. Como percebem, não há desatenção, mas sim, sobretudo, afirmação e reconhecimento. -----

Queria também dizer que, na minha perspetiva, embora não tenha nenhuma capacidade de intervenção, se é Moção, se é Congratulação, embora eu ache que devia ser Congratulação, no sentido de agradecimento, de fazer aqui um tributo ao seu trabalho, mas os senhores membros da Assembleia Municipal decidirão como querem qualificar essa proposta. Mas, estava eu a dizer que, de facto, é para nós, é para Chaves, é para esta cidade, é para este concelho um enormíssimo orgulho poder contar com uma Academia com esta qualidade. Pois bem, em Viena de Áustria que nós sabemos ser uma cidade de artistas, de músicos, enfim, uma cidade excecional nesse domínio, lá, no dia 7 de fevereiro, em competição com muitos representantes de outros Países, o facto de terem alcançado estes resultados, designadamente prémio de excelência coreográfica, melhor coreografia Freeman, Maria Antunes, entre tantos outros. Por fim, dizer que já tive a oportunidade de dizer à Mariana Carvalho que nós teríamos todo o prazer em recebê-las nos Paços do Concelho, dando-lhe o destaque e o reconhecimento devido, mas não fizemos só isso, dissemos também que tínhamos todo o prazer de poder mostrar à cidade, mostrar ao concelho, mostrar a todos quantos quiserem, essa prestação no todo ou em parte, no palco do multiusos do Cineteatro durante os meses de março ou de abril e vamos fazer isso para que nós possamos assistir àqueles que em Áustria tiveram esse privilégio de o fazer. Muito obrigado a todos. ---

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia novamente, tendo em conta o Voto ou Nota de Congratulação apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, mas também a Congratulação apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, em conversação ali junto à Mesa, e caso não haja oposição, aquilo que aqui sugeríamos, é que esta proposta possa ser vertida num único Voto de Congratulação ou numa única Nota de Congratulação que será feita e dirigida à FORMA e suas bailarinas em nome da Assembleia Municipal. Não sei se mais algum Grupo Municipal se querará manifestar, se ninguém levantar objeção a isto, sugeria à Mesa que pusesse à votação e sendo unânime será em nome da Assembleia Municipal de Chaves. -----

Nota de congratulação da Assembleia Municipal de Chaves à FORMA – Estúdio de Dança de Chaves e suas bailarinas. -----

Entre os dias 4 e 7 de fevereiro decorreu em Viena a competição internacional intitulada European Ballet Grand Prix 2025. A FORMA – Estúdio de Dança de Chaves, após meses de intensa preparação, 24 talentosas artistas subiram ao palco para apresentar solos, duetos e ensembles nas modalidades de Ballet Clássico e Dança Contemporânea, na competição para arrecadaram um total de 15 pódios. -----



Nesta competição de dança, de balé e de contemporânea, destinada a bailarinos jovens, entre os 7 e os 27 anos, as flavienses alcançaram distintos prémios, quer coletivos, quer individuais, destacando-se, desde logo, o prémio de excelência coreográfica e o primeiro lugar na categoria de Large Group Junior Contemporâneo, com a dança “A Free Man” da autoria de Maria Antunes. -----

Também na categoria de Dueto Contemporâneo as jovens flavienses lograram o primeiro lugar. Por sua vez, em Solista Contemporânea e Dueto Clássico as bailarinas da FORMA alcançaram o segundo lugar; prémio vencido, ainda, em mais 3 categorias de grupo. -----

O 3º lugar do pódio foi conseguido em mais sete categorias premiadas e ainda houve três alunas que conquistaram bolsas para o International Whorkshop Rome 2025. -----

A repercussão deste feito ultrapassou as fronteiras da nossa cidade, recebendo o reconhecimento público e consolidando a FORMA – Estúdio Dança de Chaves como uma referência de excelência no panorama da dança. -----

Com esta homenagem, reconhecemos não apenas o mérito das suas conquistas, mas também a dedicação incansável e a disciplina exemplar que demonstram, muitas vezes abrindo mão de momentos em família, de lazer e de estudo, em prol da sua paixão pela dança. -----

Asssembleia Municipal de Chaves felicita, assim, todo o trabalho desenvolvido pelo Estúdio de Dança FORMA, com os professores, coreógrafos e ensaiadores e a dedicação inabalável das suas alunas, cujo e empenho e mérito foram agora reconhecidos nesta competição, elevando o nome e orgulho flavienses e transportando a identidade de Chaves além-fronteiras. -----

Bem-hajam! Parabéns e obrigada! -----

Asssembleia Municipal de Chaves, em 12 de fevereiro de 2025. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento a uma questão colocada por um membro da Assembleia Municipal, sobre se o tempo de leitura da apresentação das Moções contava para o valor atribuído aos grupos. Disse: -----

“Temos que assentar de uma vez por todas e adotar uma decisão, e ela vai no sentido de o tempo utilizado na leitura da apresentação das Moções não ser registado”. -----

Seguiu-se a intervenção da senhora Deputada: -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Renovo os cumprimentos e um bom dia a todos. -----

MOÇÃO -----

“**Salvar o Castelo da Vila Medieval de Santo Estêvão**” -----

I – Enquadramento -----

A freguesia de Santo Estêvão, cuja vila fica situada no sopé entre a veiga do rio Tâmega e o monte, é composta por um aglomerado populacional contínuo de casas muito influenciadas pela arquitetura rural, sendo povoada em 2021 com cerca de 550 habitantes. -----

A população desta pitoresca vila reconhece como marca identitária da sua terra de nascimento, a casa torre senhorial, de planta quadrada, implantada em 100 m² de terreno, conhecida por todos como Castelo de Santo Estêvão, que é Monumento Nacional, classificado vai para 86 anos, pelo Decreto n.º 29 604, DG, 1.ª série, n.º 112 de 16 maio 1939. O imóvel possui o artigo matricial n.º 68 da freguesia da Santo Estêvão, encontrando-se inscrito a favor do Estado desde 1951. -----

A Torre senhorial, que poderá já existir há 700 anos (de construção estimada entre os séculos XIII-XIV), insere-se num pequeno terreiro relvado, delimitado e protegido por um muro em pedra, existindo junto ao muro posterior, uma instalação sanitária executada pela Junta de Freguesia há alguns anos. -----

A Torre, construída em planta quadrangular, tem cerca de 14 m de altura e três pisos, com telhado de cobertura em quatro águas enquadada por um caminho de ronda. -----

O acesso pela fachada principal, ao nível do primeiro piso, efetua-se por portal de arco quebrado de aduelas assentes nos pés-direitos, sendo precedido por escada de pedra com guarda também em pedra. No seu interior as paredes são em cantaria de granito e acesso aos pisos efetua-se por escada de madeira encostada à parede. O pavimento do 1º piso é em lajeado de pedra e apresenta o vigamento de madeira



de suporte do soalho do primeiro piso. Os restantes pisos são em madeira. No segundo piso existe um alçapão com escada móvel de ferro para acesso à cobertura. -----

Logo após a sua classificação, em 1940, o edifício teve uma intervenção completa que pretendeu manter a sua vetustez, permitindo a armação do telhado em madeira de castanho incluindo forro de pinho nacional e frechal de betão armado, com execução da cobertura do telhado com telha nacional dupla, entre muitas outras beneficiações de restauro e proteção. A torre da casa senhorial teve até 1946 prementes atenções de qualificação, e em 1962 a construção do muro de vedação. Esteve cedida à Casa do Povo que procedeu à instalação elétrica no primeiro piso. A junta de freguesia em 2006 construiu uns sanitários e efetuou arranjos exteriores na envoltura da torre. -----

Da cronologia do monumento e das intervenções requalificantes nele realizadas, facilmente se conclui que o conjunto patrimonial não recebe obras estruturais de requalificação nos últimos 50 anos. O que explica o seu atual estado de degradação, ameaçando mesmo ruir. -----

II - Considerandos: -----

1. O imóvel é propriedade do Estado Português, inscrito na matriz da freguesia de Santo Estevão com o número de artigo 68. -----

2. O Município de Chaves, em 5 de abril de 2022, elaborou através dos seus serviços, a pedido da Junta de Freguesia de Santo Estevão, um relatório em que se identificam diversas patologias no edifício, afirmando-se que se encontra num significativo estado de deterioração, sendo que tal estado tem vindo a piorar com o transcorrer do tempo desde essa data até ao presente. -----

3. Nessa mesma altura, foi enviada uma cópia do mencionado relatório à Direção-Geral do Património Cultural, bem como, à Direção Regional de Cultura do Norte, para efeitos do disposto na alínea d), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, recomendando que, com um caráter de urgência, o imóvel fosse objeto de obras de restauro, de modo a nulificar as anomalias detetadas. -----

4. Volidos mais de dois anos, a 9 de agosto de 2024, a CCDRN efetuou uma visita de inspeção, diagnóstico e avaliação do estado de conservação dos elementos estruturais da cobertura e das condições de segurança da torre do castelo, na sequência do alerta do Município. -----

5. No Relatório então produzido, face à existência de perigo iminente da cobertura vir a ruir, dado o estado de degradação atual em que se encontram os madeiramentos estruturais, o chefe de divisão de E.P. e Obras da CCDRN, alerta que se não houver uma intervenção urgente de reabilitação do Castelo Santo Estevão, de forma a impedir a entrada de águas pluviais no seu interior e a degradação contínua dos seus madeiramentos estruturais, existe risco iminente da cobertura, pavimentos e escadarias virem a colapsar. -----

III - Proposta: -----

Face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal delibere recomendar ao Património Cultural, I.P., tutelado pelo Ministério da Cultura, uma intervenção imediata para execução da proposta de reabilitação da torre, conforme consta do Relatório de Inspeção e Diagnóstico da CCDRN -----

A saber: -----

a) Reabilitação da cobertura, com aplicação de novo revestimento (telhas, tela protetora e respirável, ripado e contra-ripado, ...); -----

b) Tratamento do forro, com substituição dos elementos degradados; c) Restauro e reforço dos elementos estruturais fragilizados da cobertura, pavimentos e escadaria; -----

d) Reabilitação e impermeabilização do sistema existente de águas pluviais, com rufagens e tratamento da pedra do piso da cobertura da torre e ameias; e) Desinfestação de todos os madeiramentos contaminados por agentes xilófagos; -----

f) Reabilitação e tratamentos de madeiramentos dos pavimentos e escadarias interiores, com substituição dos elementos degradados; -----

g) Restauro e tratamento das zonas afetadas dos paramentos exteriores e interiores causados pelas infiltrações de águas e com forte presença de humidade, que apresentam desagregação granular, formação de placas e plaquetas, escamação, filmes e crostas negras e colonização biológica; -----

h) Refechamento em profundidade de juntas de paramentos exteriores e interiores, em argamassa, com ligante de cal natural, isenta de cimentos, com agregados por forma a atingir uma identidade em cor, grão e textura idêntica às cantarias existentes; -----



Assembleia Municipal de Chaves, em 12 de fevereiro de 2025 O Grupo Municipal do Partido Socialista” -

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um pequeno esclarecimento referente a esta Moção apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----
Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e estrutura de apoio. Só queria relativamente a esta Moção dar aqui algumas notas complementares e também alguma informação sobre aquilo que têm sido as diligências promovidas por este executivo nos últimos 7 anos e meio. Foi-nos dada nota pela Junta de Freguesia, porventura no ano de 2018 que, de facto, a torre teria alguns problemas, sobretudo ao nível da cobertura com infiltrações muito recorrentes que podiam pôr em causa a própria solidez e a estrutura do edifício. A primeira coisa que nós procurámos saber era, designadamente, quem seria o titular do património?! Porque se dizia, à data, que a Junta de Freguesia teria um contrato de comodato ou um contrato de outra natureza que permitia que a respetiva Autarquia de Freguesia pudesse fazer a gestão quotidiana do mesmo. Não foi possível até esta data conseguir identificar nenhum documento que pudesse estabelecer os termos e as condições em que essa utilização vem sendo feita, sendo absolutamente certo que houve intervenções por parte da Junta de Freguesia nesse edifício já há alguns anos como foi referido na Moção. Depois procurámos saber quem é que, de facto, tem a responsabilidade de garantir a manutenção e a beneficiação desta estrutura tão importante e com significado certamente muito relevante particularmente para a Vila Medieval de Santo Estêvão e para todo o Concelho, porque é uma estrutura militar de relevância. Percebemos que o edifício era propriedade do Estado Português, inicialmente identificado como Fazenda Nacional e depois com as sucessivas alterações orgânicas das entidades responsáveis pela gestão patrimonial dos imóveis do Estado, percebemos que passou para a Direção Geral do Património, integrada no Ministério das Finanças e agora com estas recentes alterações, designadamente com as alterações que ocorreram ao nível do Ministério da Cultura, com a criação de duas entidades, esta torre passou a ser, digamos assim, responsabilidade do Património IP, tutelada pelo Ministério da Cultura. Procurámos e temos procurado por diferentes formas, quer em reuniões no Ministério da Cultura com os diferentes Secretários de Estado, quer na Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional que, agora, também tem competências em matéria de cultura, procurámos que, de facto, esta situação fosse identificada e que pudesse ganhar prioridade no sentido de que a intervenção fosse realizada, porque o risco de degradação é efetivo e é manifesto. Nesse contexto, sensibilizamos o atual Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, doutor Jorge Sobrado que é o responsável pela Área da Cultura para vir conhecer, porque não conhecia esta torre, aproveitámos não só para o poder levar à torre de Santo Estêvão, mas também fomos com ele ao Castelo de Monforte de Rio Livre e fomos também com ele a outro edifício que nos parece que carece de classificação e ao mesmo tempo carece também de intervenção, eu estou a falar da Igreja da Misericórdia que também era importante que haja a possibilidade de lhe ser dada uma atenção particular. Tentámos sensibilizá-lo para a necessidade destes edifícios poderem ser mapeados, identificados e sinalizados para efeitos de investimento, designadamente com financiamento de algum Programa de Fundos Europeus que, porventura, possa existir e disponibilizámo-nos à data e estamos, ainda hoje, com essa predisposição de sermos parceiros neste processo e parceiros significa que o Município de Chaves, se houver a disponibilidade de estabelecer um contrato interadministrativo em que nos seja delegada a competência para contratar o projeto, pois, como sabem, os projetos desta natureza são muito específicos, muito particulares e naturalmente exigem competências técnicas muito específicas, mas estaremos disponíveis para receber essa competência e poder desenvolver as tarefas tendentes à contratação do respetivo projeto. Estamos também disponíveis para poder assumir as questões relacionadas com a contratualização da respetiva empreitada, sempre e quando o financiamento seja garantido pelo Estado. O que nos dizem, é que neste momento, essa responsabilidade também está na ESTAMO, que é outra Entidade que foi criada no domínio do Património Imóvel do Estado. A verdade é que todas estas diligências foram manifestamente infrutíferas, mas foram infrutíferas com o anterior Governo e estão a sê-lo exatamente da mesma forma com este Governo, e não queria sobre isto estabelecer nenhuma distinção de tratamento. O que nós precisamos, de facto é de uma ação, de uma decisão, e esta Moção pode servir também como um alerta, como uma chamada de atenção, como uma interpelação, como uma provocação para que, efetivamente, o Estado através do



Ministério da Cultura, concretizado na respetiva Entidade que gere este Património, possa efetivamente predispor-se a dar o primeiro passo que passa por elaborar um projeto, para que depois, efetivamente, possam ser identificados os trabalhos e contratualizada a respetiva empreitada. Portanto, na minha perspetiva, é bem-vinda esta Moção, ela poderá ajudar no sentido de reforçar esta necessidade manifesta de intervenção, e eu devo dizer que se todas as diligências formais e informais, como eu já disse antes, foram reforçadas por muitas comunicações escritas que foram enviadas para os diferentes órgãos com fotografias e com o diagnóstico de estado dessa torre, se isso não for suficiente, daremos também nota pública através de uma conferência de imprensa, ou de outra forma, da situação em que se encontra este património que é, como foi dito na Moção, classificado com a distinção de Monumento Nacional e, por isso, nós não podemos permitir que os Monumentos Nacionais possam ser abandonados e possam, eventualmente, perecer. Muito obrigado e felicitação ao grupo do PS por ter decidido fazer a Moção, muito obrigado. -----

Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, demais público presente, funcionários da autarquia, renovo os cumprimentos. -----

Apenas duas questões dirigidas ao senhor Presidente: -----

Senhor Presidente, no dia 17 de janeiro saiu uma notícia na CNN Portugal relativa ao levantamento da imunidade da senhora Deputada Fátima Correia Pinto, ex-Administradora da Empresa Municipal, senhor Presidente, não queremos, não iremos politizar de qualquer modo este assunto, pedimos apenas, e uma vez que as notícias que vieram a público, fazem transparecer que o processo atenta contra a Empresa Municipal, que nos possa esclarecer sobre o processo em causa, dentro daquilo que for possível? ----- Perguntar também, uma vez que na última Assembleia pediu que fossem indicados ou que lhe fizessem chegar nomes para o Provedor da Pessoa Portadora de Deficiência, que nos fizesse o ponto da situação sobre o assunto aqui falado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e os membros desta Assembleia. Não faço questão de voltar a reafirmar um alerta, continuamos sem informação sobre o processo que está em estudo da criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega. Nós assistimos, neste momento, a uma contínua degradação dos cuidados prestados pelo Serviço Nacional de Saúde, a privatização de serviços, a ausência cada vez maior de médicos dos quadros substituídos por tarefeiros, quando são substituídos, é um passo importante nessa degradação. Este Hospital é já vítima desse processo, os governos, os anteriores e o atual não trazem soluções de investimento nos recursos humanos do Serviço Nacional de Saúde e há, neste momento, uma paralisação dos Conselhos de Administração, isto nota-se nitidamente nesta Unidade Local de Saúde, não sei se estão paralisados, porque acham que vão ser substituídos, não sei se estão paralisados à espera da desagregação da Unidade Local de Saúde, mas sei que esse é também um fator que não ajuda à melhoria ou sequer à interrupção da degradação dos cuidados de saúde no País e em específico na região do Alto Tâmega. A CDU faz questão de deixar registado para que fique sempre lembrado que é um erro a desagregação atual da Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, é um erro que abre as portas à privatização de serviços, se vocês olharem para a Unidade Hospitalar de Chaves, o essencial dos investimentos foi feito em estruturas e em infraestruturas que o tornam um Hospital especialmente atrativo para a privatização de serviços parciais ou mesmo do Hospital no seu conjunto, fica esse registo. -----

O segundo registo, o senhor Presidente da Câmara até tinha aqui, há uns tempos, dito que ponderava essa situação, é ficar ou reafirmar-se o desafio do Município só ou o Alto Tâmega, como entendam, lançar uma iniciativa pública em defesa da paz, porque desde que esse tema tem sido aqui focado, e desde que



o senhor Presidente da Câmara falou da possibilidade de envolver a Autarquia, este Órgão Municipal ou outros, a Câmara ou até a CIM, desde esse momento os passos em direção à degradação da situação Internacional e do risco do exacerbar de conflitos que se podem tornar generalizados, nós estamos muito longe da segunda Guerra Mundial, mas é bom recordar que se não fizemos medidas para esvaziar o espírito atual, nos arriscamos a um caminho muito, muito penoso para todos, fica esse desafio à Autarquia e ao senhor Presidente da Câmara. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente, peço desculpa, pois pensei que estava inscrito, mas houve uma falha da nossa parte. Senhor Presidente da Mesa na sua pessoa cumprimentar naturalmente a senhora e o senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, colaboradores da autarquia, público aqui presente, órgãos de comunicação que eventualmente aqui estejam. -----

De uma forma muito telegráfica, dizer apenas em nome do Grupo Municipal do PSD, e reportando-me ao estatuto da oposição que na altura oportunamente o PSD, apresentou diversas propostas que não foram acolhidas pelo executivo municipal, mas na última Assembleia o senhor Presidente referindo-se a uma delas pelo menos à questão da eventual devolução ao abrigo da Lei das Finanças Locais que pode ir até aos 5%, de devolução do IRS e que nós apresentamos a proposta que poderia ser de 2,5% e chamo a vossa atenção senhores Membros da Assembleia para a Ata nº05 de 18 de dezembro de 2024, na página 35, de 73, a dada altura e passo a citar diz o senhor Presidente “entendo que não é tempo ainda, não é a hora de tomar esta decisão, provavelmente, se fosse egoísta, eu não ganho muito, mas a verdade é que 2,5% do meu IRS ainda dava qualquer coisa, mas não, não podemos pensar em nós, não podemos pensar numa visão egoísta, temos que pensar numa visão da nossa comunidade, uma visão do todo e não da parte e, por isso, é que eu sou contra esta proposta, mas fui no passado e sou agora.” Sublinho, “mas fui no passado e sou agora”, página 35 da Ata desta Assembleia de 18 de dezembro. -----

Permito-me recuar cerca de dez anos para a Ata deste mesmo órgão da Assembleia Municipal de 24 de Setembro, citando o mesmo autor, na altura, na oposição, líder do Grupo Municipal do Partido Socialista o doutor Nuno Vaz Ribeiro que diz “*entendemos que a Autarquia deveria dar um sinal concreto, que está atenta e comprometida com a melhoria da situação económica dos flavienses e devolver-lhe, pelo menos, 1% da participação que o Município de Chaves detém no IRS dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal em Chaves. Sublinho “Somos favoráveis a uma redução de pelo menos 1% do IRS da participação do Município de Chaves”* -----

Fim de citação. As conclusões quem quiser que as tire. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, disse: -----

Ainda bem que vamos ter política, ainda bem. Muito bom dia, senhor Presidente da Mesa desta Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos membros desta Assembleia Municipal, naturalmente estou aqui a cumprimentar também os senhores Presidentes e as senhoras Presidentes de Junta, o distinto público aqui presente, comunicação social que, porventura, ainda se encontra na sala e a quem nos dá apoio nesta nossa iniciativa. Queria começar por tentar responder, na medida do que for possível, à questão que foi suscitada pelo senhor Membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, que, não querendo fazer política, vai fazendo e, portanto, é sempre assim e sabemos bem que é. Dizer que, relativamente à questão da retirada da imunidade parlamentar à ilustre Deputada deste círculo, doutora Fátima Correia Pinto, a questão é muito simples, ela circunscreve-se a uma situação de um acidente ocorrido na Empresa Municipal com uma senhora, designadamente uma queda fora da banheira e que depois alegadamente se terá queimado. Trata-se de um processo remetido para a respetiva companhia de seguros, no entanto, não havendo acordo relativamente àquilo que é o valor da indemnização, o advogado e mandatário dessa senhora interpôs uma queixa crime, não só contra a senhor Deputada, mas também contra todo o Conselho de Administração. Como sabem, à data dos factos, julgo que os factos remontam a agosto de 2020 e nessa altura eu era Presidente do Conselho de Administração, também à data a doutora Fátima era a Administradora Executiva desta Empresa Municipal e o doutor Luís Areias, enquanto membro do



Conselho de Administração. Foi feita uma queixa não apenas contra ela, mas contra todo o Conselho de Administração porque dizem que os membros do Conselho de Administração têm responsabilidade criminal por alguém ter caído numa banheira e de se ter queimado. Enfim, veremos o que é que o processo diz, mas os factos são estes, naturalmente já percebem que não têm nenhuma dimensão política, que não têm nada a ver com questões de natureza de gestão, enfim, que possam ter a ver com ética republicana e com outras matérias, portanto, esperemos que o processo seja findo naturalmente, é esse o nosso desejo, é, de facto, uma situação desconfortável até para a senhora Deputada por causa de uma situação desta natureza, de um acidente que terá ocorrido e de sermos todos envolvidos, o que resultou neste pedido de levantamento da imunidade parlamentar. -----

Portanto, nesta perspetiva a queixa-crime é contra todos, contra os três, sendo que eu ainda não prestei declarações, mas hei-de prestar declarações nesse processo, irei dizer tudo o que sei e o que sei sobre o assunto, é nada! Enfim! -----

Depois, dizer que, sobre a questão do processo de designação do Provedor da Deficiência, o PSD foi muita afoito a indicar um militante do mesmo Partido, eu sei, eu sei disso, de facto, há uma proposta que nos chegou e a proposta é de um militante do PSD, mas nós gostaríamos que fosse alguém mais isento, mais independente, que fosse mais abrangente que não fosse tão sectário e, portanto, dizer que faremos um procedimento de identificação de um conjunto de pessoas que tenham sensibilidade, conhecimento sobre esta matéria, e depois se chegarmos à conclusão que aquele que reúne os maiores atributos é o do PSD, fá-lo-emos com certeza, não há sobre isso nenhuma dificuldade, porque não temos sobre isso nenhum prurido como tiveram outros no passado e, se calhar, o senhor membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, é a pessoa que mais afirmação podia fazer com isso, porque, no passado, pessoas conotadas com o Partido Socialista eram excluídas, preteridas, afastadas. Pois bem, com este executivo municipal pessoas militantes do PSD, no caso, a sua companheira, já foi objeto de mobilidade entre carreiras e está consolidada, é hoje técnica superior, veja só a diferença! Veja só a diferença! É só para ficar a diferença de trato e de tratamento, quando se acusam outros de fazerem coisas que não fazem, provavelmente, deveriam olhar-se ao espelho, mas cada um tem os espelhos que quer ou que compra. -----

Depois queria também dizer ao senhor membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, que quanto às suas preocupações, quanto àquilo que têm sido e quais são os riscos do SNS, eu partilho-os todos, posso não partilhar algumas visões, algumas soluções concretas. Efetivamente os tempos de dificuldade e de ameaça existem, são verdadeiros, são reais e eles colocam-se em cima da mesa. Se com o anterior executivo eu acreditava que a questão da privatização não poderia acontecer, com este executivo governamental isso pode estar em cima da mesa, isso pode ser uma visão que pode perpassar alguns dos líderes e dos responsáveis na área da Saúde, esperemos que não. Eu individualmente ou enquanto exercer funções de Presidente de Câmara estarei sempre, mas sempre de forma inflexível na defesa do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, na defesa dos Serviços de Saúde que são prestados na Unidade Hospitalar de Chaves. -----

É verdade que, nos últimos anos, foi feito um investimento importante, relevante e interessante de mais de 10 milhões de euros na parte infraestrutural e na parte dos equipamentos da Unidade Hospitalar de Chaves, isso é manifesto, eu sempre interpretei e entendi que esse investimento se trata de um investimento qualificante no edificado para permitir que o essencial que é a prestação dos cuidados de saúde possam ser desenvolvidos em contexto adequado, com as condições necessárias e para que, efetivamente, isso possa ser também, uma forma de afirmação do Serviço Nacional de Saúde. Essa foi a minha perspetiva, essa é a minha perspetiva e continuará a sê-lo no amanhã. E, portanto, eu entendo que criadas as condições físicas no bloco operatório, nos diferentes serviços, agora na consulta externa, em todas as componentes que fazem parte e que integram a Unidade Hospitalar, o que nós precisamos fazer agora, é, efetivamente, investir nos recursos humanos, isso é condição necessária para que a atividade clínica, a atividade cirúrgica possa aumentar, possa crescer, possa corresponder àquilo que são as demandas, as procuras e as necessidades em saúde da nossa população. Foi isso que tive a oportunidade de dizer à senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde, dizendo-lhe que valorizávamos as intervenções que foram recentemente feitas na consulta externa, mas que era essencial que continuássemos a fazer um reforço dos recursos humanos, e há, como todos sabem, no tempo da gestão do PS, o PSD vinha sempre aqui falar sobre isso, nós continuamos sem urgência pediátrica!



Parece que já temos, mas não temos urgência pediátrica a funcionar 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano. Foi isso que eu lhe fui dizer, disse-lho em dezembro no Gabinete em Lisboa e disse-lho agora aqui também na inauguração, que é uma condição necessária. Portanto, tem que haver um reforço no sentido que nós tenhamos resposta na urgência ao nível pediátrico, isso é fundamental, é fundamental até como sinal de segurança, até para contribuir para aquelas propostas que nós temos feito de incremento da natalidade, até para dar aqui uma ideia de que o interior tem futuro e que não está abandonado e, portanto, essa é uma exigência de que nós nunca desistiremos e teremos sempre em cima da mesa. -----

Depois, dizer que também já tarda muito a abertura dos cuidados intermédios, não apenas pela circunstância da Unidade funcionar, mas pelo que significa uma Unidade Hospitalar ter cuidados intermédios é porque se valoriza a área cirúrgica, isso é fundamental. Não sei, verdadeiramente, se é incapacidade do Conselho de Administração, se é falta de vontade da tutela ou o que em concreto acontece, de facto, não está a acontecer e a parte do edificado, dos equipamentos há mais de um ano que estão prontos e, por isso, continuamos a ter aqui uma exigência grande nesta resposta. Mas, depois, precisamos também que a Unidade possa ser reforçada a nível de um conjunto de especialidades médicas, isso é fundamental e essencial, isso parece-nos absolutamente crucial. Depois, saber se a criação de uma ULS mais pequena, é uma oportunidade ou é um risco! Podemos divergir sobre esse caminho, pois eu entendo que a criação de uma ULS, é uma forma de ter mais recursos humanos, ter perspetivas de carreira para os respetivos clínicos, ter a capacidade de fazer contratos novos, eventualmente, diferenciando algumas áreas de intervenção. Agora temos que fazer alguma coisa, essa mudança tem que acontecer, se depois os riscos são maiores ou menores, se os riscos e ameaças são maiores que as oportunidades, é algo que poderemos aferir num momento posterior. -----

De qualquer das formas, dizia que o nosso compromisso, o meu compromisso é com o Serviço Nacional de Saúde, é aí que nós estamos concentrados, é por aí que se concretiza verdadeiramente a igualdade, é através do Serviço Nacional de Saúde e, portanto, sim com certeza. Depois, existem ao nível do País, a nível Internacional já algumas Organizações que fazem a defesa pela paz, já existe até um movimento de municípios que se organizou para fazer a defesa pela paz, mas eu acho que é um tema, sinceramente, que não sei se é um tema que tem que ser decidido de cima, das organizações para as respetivas comunidades ou tem que ser ao contrário? Eu gostaria muito mais que a Câmara se associasse a um movimento da comunidade genuíno e determinante que, efetivamente, pudesse fazer a diferença, por quê?! Porque se o município em vez de se associar a uma associação existente, tomar qualquer iniciativa, isso, muitas vezes, pode ser interpretado como uma solução que não seja congregadora ou que não acrescente muito e, por isso, eu gostava muito que nós enquanto sociedade, enquanto comunidade, pudéssemos aqui, neste tema, efetivamente construirmos uma proposta de defesa da paz, porque sim! Ela está ameaçada, não só a paz, a própria democracia está hoje ameaçada e, portanto, sim! Nós estaremos disponíveis, o Município estará disponível, mas acho que é um processo que tem que ser um processo colaborativo e integrador que possa envolver todos e que não seja um processo da Câmara Municipal de Chaves nem do seu Presidente. -----

Depois, queria dizer ao membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, bem-vindo, despertou de um sono profundo! Bem-vindo à discussão pública, teremos toda a oportunidade de debater todos os temas, este que trouxe aqui e outros. Parece que andava adormecido, agora acordou, não sei se isso resulta de alguma circunstância muito específica ou tem a ver apenas com a circunstância de estarmos em ano eleitoral. Provavelmente tem a ver com isso, pois existem protagonistas que só acordam de quatro em quatro anos e outros estiveram adormecidos dezasseis anos, não é o nosso caso. Sobre isso queria dizer o seguinte: É verdade que essa proposta foi feita por mim, mas foi feita por mim enquanto líder do Partido Socialista, sufragada dentro da secção de Chaves do Partido Socialista e, certamente, o PSD como o PS têm, em muitas matérias, divisões internas, opiniões diferentes. Quando nós vimos aqui vimos representar um Partido, não nos o vimos representar individualmente. No que me diz respeito, continuo a pensar o mesmo, hoje tenho uma liberdade que não tinha na altura, quiçá, mas penso exatamente o mesmo e penso porquê?! Quando o PSD fez um contributo em sede de audiência do direito de oposição, em sede de discussão dos documentos previsionais, apresentando uma proposta de redução de 2,5%, significando duas coisas. A primeira, que as finanças do Município estão muito melhor do que aquelas que herdámos em 2017, porque já é possível reduzir esse valor, sendo que à data



não era possível, porque verdadeiramente as finanças não o comportavam, porque se encontravam numa situação de falência. A segunda constatação interessante relaciona-se com o facto de saber quem é que privilegia esta medida?! Privilegia os mais ricos e não os mais pobres e o que está a fazer com aquela proposta, é dar a quem já tem muito, não é dar a quem não tem nada, porque, convenhamos, quando alguém traz uma proposta aqui para devolver IRS, está a dizer o quê?! Está a dizer às pessoas que têm rendimentos mais elevados que vão ter devolução do IRS e está a dizer a quem não paga IRS neste Concelho que são, se calhar, mais de 50% e àqueles que têm valores muito residuais que não vão receber nada. Esta é a justiça social que os senhores querem? É esta justiça social que defendem? É essa igualdade que vocês querem? Nós percebemos claramente o seguinte: vocês estão com os ricos, nós estamos com todos nesta sociedade. Muito obrigado. -----

Direito de resposta -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Senhor Presidente, obrigado, agradeço os elogios que eu assim os interpretei, do senhor Presidente à minha pessoa, e estamos naturalmente no campo político, eu não sei se a minha intervenção foi motivada pelo slogan do senhor Presidente em 2017, “ACORDAR CHAVES” e, se calhar também eu acordei como o senhor Presidente, fazendo o paralelismo da sonolência que me atribuiu. Mas Chaves não acordou e senhor Presidente aquilo que o senhor Presidente veio aqui defender foi exatamente aquilo que defendeu o Presidente da Câmara Municipal de Chaves, (é só ler a Ata), em 2014, os papéis é que se inverteram e eu não me estava a referir à proposta, mas sim à sua contradição senhor Presidente é, que o senhor Presidente em 2014, era favorável à redução de 1% na participação do IRS e mais dizia que “reembolsar diretamente às famílias aumentando esse valor para o poder local”, as palavras são suas senhor Presidente, não são minhas. Por aqui me fico. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, em resposta à intervenção do senhor membro desta assembleia disse: -----

Reitero e renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores e aos distintos membros desta Assembleia Municipal. -----

Pois bem, demorou muito tempo a acordar, sete anos para acordar é muito tempo, de facto, mais vale tarde do que nunca, já diz o nosso povo, o adágio popular assim o diz. E, de facto, posso dizer-lhe que Chaves acordou, mas alguns não acordaram e teimam em manter-se no passado e teimam com o sono de um período do passado. Mas vou-lhe dar aqui algumas evidências de que Chaves acordou, para que, efetivamente, este plenário possa conhecer algumas das mudanças e que alguns mais distraídos entendam se houve ou não houve evolução. Nós tínhamos em 2017 uma Câmara falida com cerca de 40 milhões de euros de dívida, 38 milhões de euros para ser exato. Nós hoje temos uma Câmara que paga a tempo e horas, com saúde financeira, com capacidade de fazer projetos novos, de fazer projetos de milhões de euros, sem necessidade de recorrer a financiamento, temos hoje uma dívida total inferior a metade da que tínhamos em 2017. Noutra dimensão, em 2017 o Município tinha um nível de desperdício de água de 70%, estando hoje abaixo dos 50%, aliado a uma situação de incumprimento reiterado com as Águas do Norte, relativo ao facto do Município comprar água em alta, a vender aos consumidores finais e não pagar a água às Águas do Norte. Enfim, mas vamos continuando com essas evidências de que, de facto, Chaves acordou. -----

Em 2017 não havia nenhum Centro de Investigação neste território, pois bem, hoje nós temos um AquaValor, um Centro de Investigação que, efetivamente, está a ser reconhecido nacional e internacionalmente e que tem tido um papel importante de fixação de investigadores e de conhecimento e que se encontra, neste momento, integrado num conjunto de processos muito importantes seja no domínio das termas, seja noutros domínios das águas. Em 2017 nós não tínhamos Ensino Superior Público, em 2025 nós temos Ensino Superior Público em Chaves, temos duas licenciaturas em funcionamento e mais duas aprovadas. Em 2017, em Chaves, havia uma Escola de Enfermagem moribunda, sem capacidade de atração, com o risco de fechar por falência técnica, científica e financeira. Pois bem, em 2025 temos o que na altura se dizia que já tínhamos, mas não tínhamos, não tínhamos nenhuma Escola Superior de Saúde, como se apregoou no tempo do doutor João Batista, tempo em que foram colocadas placas e passados dez, quinze ou vinte anos, continuámos a não ter. Pois bem, temos



desde há dois anos em Chaves, efetivamente, uma Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha do Alto Tâmega, mas sim, houve mais mudanças e essa mudança é visível aonde?! É visível no turismo, o crescimento exponencial que teve o turismo em Chaves, sim, aconteceu também no termalismo com crescimento mais para o dobro do que acontecia em 2017, temos uma cidade luminosa, limpa, arejada, capaz, atrativa. Hoje, nós não nos sentimos envergonhados em lado nenhum, pois Chaves está onde sempre deveria ter estado, uma cidade reconhecida, uma cidade atrativa, uma cidade com interesse, uma cidade que gera curiosidade a toda a gente. E, portanto, quero dizer que muitos continuam por acordar, mas felizmente a maioria dos flavienses acordaram e acordaram bem e hoje sabem bem quem é que está à frente da Câmara Municipal. Mas deixe-lhe responder, se não percebeu o que eu disse, eu repito, eu Nuno Vaz, continuo a ter a mesma opinião e, portanto, se o Nuno Vaz teve uma contradição na expressão, ele teve-a enquanto dirigente do Partido Socialista, expressou a posição de um Partido e a posição do Partido era aquela num determinado momento, hoje o Partido tem uma posição diferente, mas, pelos vistos, se há contradição no PS ela também é manifesta no PSD, não é manifesta no PSD?! Portanto, significa que nesta matéria parece que, e deixe que lhe diga outra coisa e mesmo, a graduação 1% não é na mesma coisa que 2,5%, também lhe quero dizer, porventura a proposta do PSD tinha outro objetivo, não era distribuir o dinheiro pelos mais ricos, provavelmente era tirar dinheiro a este executivo para não fazer as obras que tem para fazer, se calhar era essa a proposta e era a isso que queriam chegar. Muito obrigado. -----

Direito de resposta -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado senhor Presidente, para encerrarmos o assunto, o Grupo Municipal do PSD só gostaria de sublinhar que o senhor Presidente da Câmara, Doutor Nuno Vaz Ribeiro, pessoa que muito estimo pessoalmente, mas estamos a falar em termos políticos e em termos políticos o senhor Presidente acabou de reconhecer a contradição do Partido Socialista que defendeu em 2014 uma situação na oposição e no poder defende outra, e utilizando uma expressão popular que o senhor Presidente utilizou também na última Assembleia, permita que lhe diga, "*Bem prega Frei Tomás*". Obrigado. -----

Encerrou a discussão o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Renovo cumprimentos, ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, aos distintos membros desta Assembleia Municipal. De facto, se há campeão das contradições, é o PSD. Nós temos percebido isto nas sucessivas Assembleias Municipais, as contradições são mais que muitas, e até neste assunto é curioso que não se faça meia culpa e que não se venha reconhecer uma contradição manifesta, procurando-se que outros a reconheçam. Pois muito bem, devia também vir aqui dizer que, afinal, o PSD tem esta e muitas outras contradições e que elas resultam de alguma desorientação. E ainda bem que vem para me parafrasear, é importante que, de facto, use as minhas palavras, é um reconhecimento que, de facto, digo coisas que devem ser sublinhadas. Portanto, dizia também que, e explicando, que efetivamente num determinado momento o PS teve uma posição mais comedida, mais comedida porque 1% é menos de metade de 2,5%, portanto, mais comedida, mas, ainda assim, este Presidente de Câmara que hoje, por acaso, já nem é o líder do PS, tem a oportunidade de manter essa decisão e entendo, sinceramente, que a proposta de não distribuir os 5% a nível de IRS, é aquela que neste momento no contexto atual das finanças do Município melhor responde ao interesse dos nossos concidadãos. -----

Pois bem, como todos sabem, nós temos desafios exigentes que não são financiados. Se nós não tivéssemos tido uma capacidade de gestão rigorosa, nós não podíamos ter feito a pavimentação da Estrada de Chaves a Montalegre, como não teríamos capacidade, por exemplo, porque não tem financiamento comunitário, de lançar o concurso para requalificar a Estrada Regional 314 que liga Chaves a Carrazedo de Montenegro, portanto, se nós não tivéssemos a capacidade de gerir adequadamente, se nós não tivéssemos reduzido para menos de metade o custo financeiro da dívida, diga-se os juros, se nós não tivéssemos reduzido o custo com a energia através da implementação de sistemas mais inteligentes e mais eficientes. Hoje temos, como sabem, em todo o concelho iluminação pública led, o que nos permite poupar muitos milhares de euros; se nós não tivéssemos introduzido também um processo de eficiência que está mais difícil, mais moroso, mais complexo do que nós pensávamos e estaríamos hoje a gastar



mais com os sistemas de água e de saneamento; se nós não tivéssemos tido a capacidade de uma gestão adequada dos fundos comunitários, hoje não tínhamos a capacidade de demonstrar resiliência financeira para lançar, por exemplo, obras de 8 ou 9 milhões de euros sem financiamento comunitário e também não teríamos condições financeiras para lançar o concurso para uma piscina coberta e isso deve-se sobretudo ao quê?! À boa gestão, e essa boa gestão implica que também na área financeira, na área fiscal, dos impostos locais ela possa ser manifesta. Certamente, num futuro, espero que muito longínquo, o PSD o possa fazer e possa concretizar essa proposta. Muito obrigado. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

O Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro** solicitou à Assembleia autorização para alterar a Ordem de Trabalhos, passando o Ponto 3 da Ordem do Dia para o início do Período da Ordem do Dia, em virtude de a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, Maria do Céu Teixeira de Moraes Sevivas ter de se ausentar da reunião por motivos profissionais. -----
A Assembleia autorizou a alteração. -----

PONTO 3 - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2024. -----

A Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, **Maria do Céu Teixeira de Moraes Sevivas**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório. -----

“Bom dia, cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal os restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, os senhores Deputados, os Presidentes de Junta e restantes elementos. Um cumprimento especial para os membros da assembleia, que têm assento na CPCJ. Estou presente nesta Assembleia para apresentar o Relatório de Atividades referente ao ano 2024. -----

Relativamente aos tempos de afetação dos membros com assento obrigatório na CPCJ, todas as Entidades estão a cumprir com o estipulado, exceto a Segurança Social, que desde o mês de maio do ano de 2020, retirou 7 horas, não tendo até ao momento cumprido com as 21 horas, colocando desta forma em causa um acompanhamento eficaz dos processos. -----

Passo a explicar como se inicia o processo de acompanhamento. -----

Após a receção de qualquer tipo de sinalização, a mesma é analisada numa primeira fase pela Presidente, procedendo-se logo à abertura ou reabertura do Processo de Promoção e Proteção, sendo posteriormente revisto em reunião restrita (quinzenais ou extraordinárias, mediante cada situação) e aí é deliberada ou não a instrução do processo. -----

Os processos são atribuídos a dois técnicos que a partir desse momento irão fazer as diligências necessárias para assegurar o bem-estar das crianças ou caso estejam expostas a um perigo/ risco eminente, afastá-las deste e colocá-las em segurança (neste caso com ou sem consentimento, artº 91). Caso não se obtenha o respetivo consentimento dos progenitores, a CPCJ tem competência ao abrigo do artº 91 de retirar a criança, colocá-la em segurança e posteriormente avaliar a situação de risco. A CPCJ tem 48 horas para comunicar esta situação ao Ministério Público, a quem compete validar ou não esta decisão. -----

Passo a apresentar o relatório anual que foi sujeito a aprovação em reunião da Comissão Alargada, no dia 28 de janeiro, tendo sido enviado para a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Ministério Público, no dia 31 de janeiro. Todos os dados deste Relatório estão na plataforma informática da Comissão Nacional. -----

No ano de 2024, a Comissão de Chaves trabalhou 264 processos, sendo que destes, 90 processos transitaram do ano de 2023; deram entrada 124 processos novos e foram instruídos 230 processos, reabertos 45 processos e 2 processos vieram remetidos de outras comissões. -----

No total foram arquivados 187 processos (cessou a nossa intervenção, ou porque o perigo não subsistia ou porque passaram os 18 meses que é o limite temporal de acompanhamento). No caso de ao fim do tempo previsto, o perigo subsistir, é solicitado ao Ministério Público autorização para dar continuidade a este acompanhamento. -----

Há situações em que a pedido dos jovens, após atingirem a maioridade, continuam a ser acompanhados até aos 25 anos, só no caso de continuarem a estudar. -----



Foram arquivados liminarmente, 3 processos (porque não reuniam critérios para a instrução de processo). Havia 240 processos com medida e 3 transferidos para outra Comissão por alteração competência territorial, o que perfaz um total de 243 processos. -----

Este último ponto ocorre aquando da mudança de residência da criança para outro concelho, ficando a cargo da CPCJ da área abrangente que corresponde à área de residência. -----

Quanto às entidades que mais sinalizaram foram as Forças de Segurança, PSP e GNR, com 78 processos, cujas problemáticas têm por base crimes de violência doméstica entre os progenitores e, consequentemente, com a exposição das crianças a estes comportamentos. -----

Seguem-se os Estabelecimentos de Ensino com 68 sinalizações, relacionados com o elevado número de absentismo, abandono escolar e comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina. Os Estabelecimentos de Saúde sinalizaram 35 processos. Registaram-se 33 sinalizações anónimas, tendo havido um grande aumento relativamente a 2023. O Ministério Público sinalizou 12, os Projetos (Psicóloga, APAV, CVP) 12 sinalizações, mães sinalizaram 8. As restantes com números inferiores a 5: pelo pai e pela CPCJ, 4 sinalizações cada; familiares sinalizaram 3; vizinhos e particulares sinalizaram 3; IPSS com 2 sinalizações; Autarquia, com 2 sinalizações; DGRS com 1 sinalização e Segurança Social com 1 sinalização também. -----

As crianças acompanhadas por nacionalidade, a grande maioria, 184 crianças são de nacionalidade portuguesa, no relatório que foi enviado vêm mencionadas 10 crianças de nacionalidade desconhecida, porque à data da sinalização não existia informação relativamente à mesmas ou são processos que vieram de outra CPCJ; os restantes foram 16 crianças do Brasil, 5 crianças de França, 3 crianças de Angola, 2 crianças do México, 1 criança de Cabo Verde e, também, 1 criança de São Tomé e Príncipe.

Relativamente à modalidade de contacto para a CPCJ, o correio eletrónico foi o mais utilizado, com 147 sinalizações, seguindo-se o escrito com 97 sinalizações (sendo algumas anónimas), por e-mail via Comissão Nacional 13 sinalizações, presencial 10 sinalizações e telefónico 3 sinalizações. -----

Crianças Acompanhadas por Modalidade de Ensino: do Ensino Regular acompanhamos 120 crianças, do ensino Técnico-Profissional na Escola 14, do Regime educativo especial 6, do Ensino Profissional/Centro de Formação 4, as restantes 60 crianças pertencem à faixa etária até aos 5 anos (crianças que estão em creches, com os pais). -----

Quanto ao número de crianças acompanhadas por escolaridade no ano de 2024, a faixa etária mais sinalizada foi dos 15 aos 17 anos com 60 processos, dos 11 aos 14 anos com 48 processos, dos 6 aos 8 anos com 26 processos, dos 9 aos 10 anos com 16 processos, dos 18 aos 21 anos com 14 processos. Dos 0 aos 5 anos: das 45 crianças acompanhadas, 20 ficarem em casa com os pais, as restantes em creches, pré-escolar e com familiares. -----

A problemática mais frequente foi a violência doméstica com 53 processos, a negligência (ao nível da saúde, educação e negligência grave) com 36 processos, absentismo escolar 34 processos, comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina com 23 processos, exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança/jovem com 21 processos, falta de supervisão e acompanhamento com 17 processos. -----

Processos em que a criança assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada 13 processos, consumo de estupefacientes 11, ofensa física 7, ofensa física por castigo corporal 7, hostilização e ameaças 6 processos, abandono escolar 6 processos, mau trato psicológico ou indiferença afetiva 4 processos. As problemáticas de abuso sexual, aliciamento sexual e violação ou outro ato sexual 3 processos, mau trato físico 4 processos, Bullying 3 processos, depreciação/ humilhação 3 processos. As restantes problemáticas com 1 processo cada: privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança, aos cuidados de terceiros em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais.

Relativamente à problemática por faixa etária, a problemática mais frequente até aos 2 anos foi a falta de supervisão e acompanhamento com 4 processos e negligência grave também com 4 processos. Na faixa etária dos 3 aos 5 anos, foi a violência doméstica com 9 processos e negligência grave com 5 processos; dos 6 aos 8 anos, foi a violência doméstica com 16 processos; dos 9 aos 10 anos, também violência doméstica com 4 processos; dos 11 aos 14 anos foi a violência doméstica com 14 processos, seguindo-se a problemática de comportamentos graves e antissociais ou de indisciplina com 11 processos; dos 15 aos 17 anos, a problemática mais sinalizada passou a ser comportamentos graves e antissociais ou de



indisciplina com 10 processos, seguindo-se a problemática em que o jovem assume comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada com 7 processos; dos 18 aos 21 anos, havia 7 processos de absentismo escolar, 3 processos de abandono escolar e 3 processos de violência doméstica. -----

Os processos de abuso sexual e importunação sexual distribuíram-se pelas faixas etárias dos 11 aos 14 anos com 2 processos e dos 15 aos 17 com 1 processo. Estes processos de agressão sexual foram contabilizados porque foi esta sinalização que deu origem à abertura do processo, no entanto, ao longo do acompanhamento foram detetadas mais situações de importunação sexual, sendo que estas não são contabilizadas por não estarem na origem da abertura. Também é importante referir que uma sinalização pode ter várias problemáticas associadas. No caso da sinalização por violência doméstica podem estar descritas outras problemáticas, como a negligência, os maus-tratos... -----

Relativamente às medidas de promoção e proteção, a Comissão faz uma avaliação diagnóstica que pode ir até aos 6 meses e a partir daí, caso se justifique, é aplicada uma medida de Promoção e Proteção ou caso o perigo não se tenha verificado ou não subsistir, é arquivado. -----

Apesar da lei prever muitas medidas de promoção e proteção, a mais aplicada pela Comissão foi a de apoio junto dos pais, com 34 processos, por forma a privilegiar o acompanhamento em meio natural de vida evitando o corte de laços familiares. Seguem-se as medidas de apoio junto de outro familiar com 6 processos em que estas crianças foram entregues a familiares para evitar o acolhimento residencial. ----

Foram institucionalizadas 7 crianças, tendo sido rejeitados 2 pedidos pela Segurança Social por falta de vagas ou porque as instituições não reunirem condições para acompanhar crianças com a problemática descrita. No ano de 2024 foram aplicadas 2 medidas cautelares, que neste momento ainda se encontram em vigor, sendo esta uma medida que consiste em colocar a criança em segurança, enquanto se procede à avaliação diagnóstica e à definição do seu encaminhamento. Esta medida tem a duração máxima de seis meses, devendo ser revista no prazo máximo de 3 meses. -----

Devo salientar a colaboração e partilha existente do trabalho em rede com outras instituições por forma a melhorar resultados e consequentemente conseguir dar uma resposta adequada a cada situação tendo, sempre em conta o superior interesse da criança. -----

Vou salientar o apoio prestado pela equipa da Ação Social do Município, Segurança Social, RSI, DGRS, Forças de Segurança, Agrupamentos de Escolas e Equipas de Mediação, ELI - Equipa Local de Intervenção Precoce, Casas de Acolhimento Residencial, Cruz Vermelha Portuguesa/Delegação de Chaves, ULSTMAD - Hospitais de Vila Real e Chaves e Centros de Saúde, com quem a CPCJ tem uma estrita colaboração. -----

Antes de terminar a apresentação, quero salientar a dedicação dos elementos da Comissão Alargada, que têm realizado um excelente trabalho ao nível da prevenção e divulgação. -----

Relativamente à colaboração com o Município, este continua disponível e empenhado em assegurar os meios necessários ao bom funcionamento desta CPCJ, tendo destacado a tempo inteiro, uma assistente técnica e duas técnicas superiores. Gostava de concluir com um agradecimento ao senhor Presidente e toda a equipa pelo apoio e disponibilidade demonstrada, pois sempre que a CPCJ requer apoio logístico, nomeadamente, viaturas, materiais, técnicos de informática ou qualquer outro serviço, somos atendidos com prontidão. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

“Bom dia, começo por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados Municipais, comunicação social e demais presentes. -----

É com grande regozijo e sentido de responsabilidade que hoje, perante esta Assembleia Municipal, podemos de forma analítica discorrer algumas considerações sobre o Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves (CPCJ), referente ao ano de 2024. -----

Desde logo, trata-se de um documento que reflete o trabalho incansável e essencial desta comissão na defesa dos direitos das nossas crianças e jovens. -----



O documento aqui hoje apresentado, pela senhora Presidente Maria do Céu Sevivas, para além de um conjunto de números e estatísticas, traduz histórias de vida, desafios enfrentados e também sucessos alcançados. -----

Revela o empenho de profissionais dedicados que, em articulação com escolas, forças de segurança, entidades de saúde e famílias, procuram construir soluções que protejam os mais vulneráveis. -----

A CPCJ tem uma missão nobre, a de garantir a proteção daqueles que se encontram em situação de perigo, promovendo o seu bem-estar e assegurando que crescem num ambiente seguro e saudável. ----

Através do seu trabalho, são identificadas e acompanhadas situações de negligência, maus-tratos, abandono escolar, exposição à violência doméstica, entre outras problemáticas que afetam o desenvolvimento e a segurança das crianças e jovens do nosso concelho. -----

Contudo, sabemos que, por mais que se tenha feito, há sempre muito mais a fazer. -----

A luta pela proteção dos nossos jovens é contínua, e cada nova criança ou jovem que chega à Comissão é um lembrete da responsabilidade que todos temos enquanto sociedade. -----

As questões relacionadas à violência, abandono e situações de risco precisam de ser enfrentadas de forma cada vez mais coordenada, com mais recursos e com uma rede de apoio mais robusta. -----

Mas, a CPCJ não está sozinha nesta tarefa, pois conta com o envolvimento das instituições locais, desde as escolas, os centros de saúde, as forças de segurança e, claro, as famílias, que são fundamentais à ampliação e eficácia do trabalho desta comissão. -----

E só através de uma atuação conjunta conseguiremos, de facto, garantir que as nossas crianças e jovens possam crescer de forma segura, saudável e com todas as oportunidades, reafirmando o nosso compromisso com um futuro melhor para todos. -----

Um futuro onde eles possam crescer num ambiente que promova a dignidade, o respeito e a proteção dos seus direitos fundamentais. -----

Deste modo, reforço a necessidade do compromisso de todos, em continuar a apoiar e valorizar o trabalho da CPCJ, garantindo que nenhuma criança do nosso concelho fique desprotegida ou invisível. -----

Neste âmbito, gostaria também de destacar a importância da articulação entre a CPCJ e o município, pois o apoio das autarquias é crucial para dotar as Comissões dos recursos necessários para desempenhar a sua missão. -----

Para além disto, entendo que a sensibilização da sociedade é fundamental. -----

A proteção das crianças e jovens não pode ser uma responsabilidade exclusiva da CPCJ. -----

É um dever coletivo, que exige o envolvimento das famílias, das escolas e de toda a comunidade. Quanto mais informados estivermos sobre os direitos das crianças e sobre os sinais de risco, mais eficazes seremos na prevenção e intervenção atempada. -----

Neste contexto, e no que se refere à comissão alargada da CPCJ de Chaves, destaco o empenho e trabalho desenvolvido pelas Senhoras e Senhores Comissários que representam as suas Instituições na comissão alargada, que, têm como prática, organizar diversas iniciativas em torno do mês de prevenção dos maus-tratos na infância, da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Dia Europeu para a Proteção das Crianças contra a Exploração e o Abuso Sexual. -----

Nesta senda, gostaria de destacar a importante ação de informação e sensibilização, que decorreu em abril 2024 e que foi dirigida às turmas de 5 e 6 ano da Escola Nadir Afonso, levada a efeito pelo comissário António Castanheira, representante das Associações de Pais e Encarregados de Educação e por mim mesma. Peço desculpa pela modéstia, mas a experiência tem-me proporcionado a oportunidade de aprender e crescer, o que é um privilégio. Contudo, na qualidade de representante na Comissão tenho igualmente a responsabilidade de prestar contas ao órgão que represento. -----

Esta ação teve como objetivo principal informar as crianças sobre a Convenção dos Direitos da Criança e, paralelamente, sobre os seus deveres enquanto crianças e futuros adultos. Através de uma abordagem didática e envolvente, procuramos não apenas transmitir conhecimento, mas também estimular a reflexão sobre a importância de respeitar os próprios direitos e os dos outros. -----

O sucesso desta ação ficou claro pela grande participação das turmas, com 11 das 14 existentes que se envolveram ativamente nas atividades propostas. Aproximadamente 200 alunos, entre crianças e jovens, tiveram a oportunidade de se aprofundar neste tema tão relevante para a formação de uma cidadania responsável e consciente. -----

O comportamento dos estudantes foi surpreendente!!-----



Durante a palestra e as discussões subsequentes, pudemos observar um grande interesse por parte dos alunos. -----

Estavam atentos, curiosos e, acima de tudo, dispostos a aprender e a refletir sobre as questões que envolvem a proteção de seus direitos e o cumprimento dos seus deveres. -----

Muitos até se sentiram motivados a formular perguntas pertinentes e a partilhar as suas próprias experiências, demonstrando que, quando se lhes oferece a oportunidade, as crianças estão mais do que preparadas para se envolver em temas de grande responsabilidade social. Além disso, essa interação fortaleceu a ideia de que a educação não deve ser apenas uma via de conhecimento, mas um espaço de troca e desenvolvimento mútuo, onde tanto os educadores quanto os educandos aprendem uns com os outros. -----

Mais do que uma simples ação informativa, foi dado mais um passo na construção da consciência coletiva sobre a importância da proteção da infância e da juventude, e de como cada criança tem um papel ativo na sociedade que está em constante transformação. -----

Foi dado, a meu ver, mais um contributo na promoção da parentalidade positiva e na construção da parentalidade livre de violência e promoção de comportamentos parentais respeitadores dos melhores interesses e direitos das crianças, numa lógica comunitária, sistémica e com foco na prevenção. -----

Por fim, agradeço, em nome do Grupo Municipal do PS, a dedicação e esforço da CPCJ de Chaves, de todos os profissionais e voluntários que, diariamente, fazem a diferença na vida das nossas crianças e jovens; e a todos os membros da CPCJ que com ela colaboram ativamente. Agradeço ainda as palavras de apreço da Professora Maria do Céu, relativamente ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos comissários da comissão alargada da CPCJ. -----

A jornada para a proteção integral das nossas crianças e jovens é longa e exige de nós uma dedicação constante. -----

Mas, com união, compromisso e esforço conjunto, tenho a firme certeza de que estamos no caminho certo.” Muito obrigada. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Renovo cumprimentos a todos os presentes. Só referir três aspetos: O primeiro é de que forma nós Autarquia, Assembleia Municipal o que seja podemos pressionar a Segurança Social a libertar as sete horas que são necessárias? Às vezes uma contestação pública num tema tão importante como é a CPCJ, pode empurrar a Segurança Social, a finalmente definir as tais vinte e uma horas que estão estipuladas. O segundo, levantou-se aqui uma questão que é: se a violência doméstica tem um peso tão grande e, a violência doméstica neste caso é, só uma parte porque há muita violência doméstica onde não há crianças, não é? É assustador os dados são assustadores e, podem ser um desafio para alguma iniciativa nessa área. Nós sabemos que por exemplo em Espanha e não falo em nenhum sítio em especial, mas quem vai pelas terras de Espanha vê campanhas em todas as lojas, nas autarquias, tudo num grande movimento de denúncia da violência doméstica, isso é um aspeto que podia merecer uma reflexão, porque aqui, pode ser só um fragmento do que é a vida familiar. O terceiro aspeto é que tem que haver um alerta social, eu contactei com alguém que trabalha nesta cidade e que estava de serviço e não era em serviços emergentes, não era na Saúde, nem nos Bombeiros, nem na Polícia, estava de serviço, uma mãe e que tinha filhos, no dia 24 de dezembro, no dia 25 de dezembro, no dia 31 de dezembro e no dia 1 de janeiro. A desregulação dos horários de trabalho, a selvajaria dos horários de trabalho é, um fator que agride as crianças, não é fácil pais e mães, que às vezes não se encontram com a proliferação dos turnos com o trabalho aos fins-de-semana, em empresas que não se justifica e, recordamos a questão do encerramento dos espaços comerciais ao domingo e, depois não venham dizer que isso é um argumento de bom senso, vocês vão à Suíça e vão ver se na Suíça vêm algum hipermercado ou algum centro comercial aberto. Estão fechados em nome de quê? Da defesa também da família porque se nós vamos desregulando tudo, se vamos tendo fábricas que sistematicamente trabalham de dia e de noite e, este processo se alarga a vários serviços que não são essenciais, não é fácil manter as crianças protegidas em casa quando o pai e a mãe praticamente não se vêem. Fica esse alerta e essa denúncia. -

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----



Senhor Presidente, senhor e senhora Secretários, senhora e senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e estrutura de apoio. Sobre este tema, o que me impele a vir cá, é agradecer o trabalho de todos os membros da Comissão, da Comissão Alargada e da Comissão Restrita, fazer esse agradecimento na pessoa da sua Presidente, a professora Maria do Céu Sevivas, pelo empenho, pelo compromisso, pela dedicação que tem sabido imprimir nas suas equipas, para que, de facto, as respostas no que diz respeito à promoção e à proteção sejam verdadeiramente implementadas. Dizer que, e como todos sabem, a Comissão é um órgão independente que não tem nenhuma relação de dependência com o Município, apenas de cooperação, de colaboração e é isso que nós temos procurado fazer e imprimir no sentido de que todas as condições indispensáveis à realização desta missão tão importante, tão necessária, enfim, indesejável, mas necessária. Nós não gostaríamos que as Comissões existissem, mas a realidade é o que é, e nós sabemos que as crianças estão sujeitas a um conjunto muito significativo de agressões de diferentes naturezas. Portanto, a mim só me incumbe agradecer muito esta dedicação, diria quase este sacerdócio, porque, de facto, é algo que se faz e que se faz com o coração, muito obrigado na sua pessoa a todas as equipas, muito obrigado. Depois, queria, quanto à abordagem do membro desta Assembleia Municipal Melissa Lopes, do PS, concordar com esta visão e esta necessidade crescente que as nossas comunidades e as nossas instituições têm para olhar não só para a criança, mas para qualquer cidadão numa perspetiva mais abrangente, enfim, mais inclusiva, mais atenta, é de facto um desafio crescente para o qual temos que ser todos convocados, e só o seremos se estivermos disponíveis para o ser. ----- Depois, naturalmente, sobre os alertas deixados aqui pelo membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que vamos também nós procurar junto da Segurança diligenciar no sentido de que, efetivamente, aquilo que são os compromissos assumidos pelas Entidades Públicas, e as Entidades Públicas assumem nas CPCJ diversas obrigações desde os Municípios, a Área da Educação, a Área da Saúde e o que nós esperamos é que a Segurança Social não falhe e, de facto, possa cumprir com esta obrigação que é ter nesta Comissão Restrita uma Técnica afeta ou alocada com vinte e uma horas por semana. Quanto a outras dimensões, os alertas ficaram aqui, as responsabilidades são, sobretudo, de Entidades Públicas da Área Central, sendo que os Municípios, nesta matéria, não têm grandes competências. Muito obrigado. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: *“que a Assembleia Municipal tinha tomado boa nota e conhecimento do relatório e agradeceu à Professora Maria do Céu Sevivas o empenhamento neste projeto, importantíssimo para o Concelho, na defesa das crianças e estendeu aquele agradecimento a todos os membros das Comissões (Restrita e Alargada), manifestando-lhes todo o apoio ao trabalho meritório que realizam”*. -----

Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024. -----

A Ata número cinco, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 18 de dezembro de 2024, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Dez Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da informação. -----

Cumprimentos ao senhor Presidente, à senhora Secretária, ao senhor Secretário, à senhora e aos senhores Vereadores, a todos os distintos membros desta Assembleia Municipal, público e comunicação social. Venho aqui, apenas, para dar três ou quatro notas muito breves; a primeira, dizer que como tem sido timbre desta gestão, dar nota de todas as intervenções mais relevantes em que pude estar presente, dando uma nota de enquadramento, de contextualização e do propósito de todas as reuniões que nós fizemos e qual foi a intenção de podermos estar presente. Depois, queria também permitir-me dar nota



aqui de alguma informação sobre as questões relacionadas às áreas de natureza financeira. Dizer que, e como estamos no início do ano, a execução física quer da receita, quer da despesa, quer na componente capital, quer na componente corrente, ainda está na fase muito incipiente, isso é mais que normal. Dizer também que depois de aprovada a alteração à Revisão dos Documentos Previsionais, nós teremos para o ano de 2025 um orçamento de oitenta e dois milhões de euros, é seguramente o maior orçamento que algum dia este Município teve, o que nos permitirá fazer muito investimento. ----- Depois, queria dar nota que, ao nível da dívida a terceiros, neste momento, porventura, o Município de Chaves terá a menor dívida à Banca dos últimos tempos. Depois, queria também dizer que temos feito um esforço no que diz respeito às dívidas de terceiros, de verdade, olhar efetivamente para aquilo que eram os créditos que tínhamos sobre terceiros e ficarem apenas aqueles que verdadeiramente existem e que não são duvidosos. Durante muitos anos, o PSD emitiu notas de crédito sobre a ocupação do subsolo, milhões e milhões de euros, foram postas muitas ações, ações essas, que na sua grande maioria, foram votadas ao insucesso e, portanto, significa que se os Tribunais dizem que essa dívida não existe, o que nós temos que fazer é eliminá-la. Neste momento, a dívida de terceiros é de cerca de quatro milhões, trezentos sessenta e quatro mil euros, quando ela já foi de dezassete, vinte e vinte e sete, sendo que era uma forma de fazer equilíbrio artificial, um artifício orçamental para ter um orçamento equilibrado, mas está aqui uma diferença entre os que dizem e os que fazem. Depois, queria também, sobre isso, dizer outra coisa, o Município de Chaves tem seguramente, neste momento, a maior capacidade de endividamento que algum dia teve na sua história, tem uma margem absoluta de quase quarenta e seis milhões de euros que pode contratar à Banca, eu repito, é seguramente a maior capacidade de endividamento que este Município algum dia teve. Eu não estou aqui a incentivar, nem estou aqui a dizer que temos que fazer empréstimos à Banca, não é nada disso que eu estou a dizer, é apenas um sinal de bom desempenho financeiro, mas aquele que nós podemos usar em cada ano em termos de capacidade de endividamento, neste momento, passa os 18 milhões de euros, significa que há um sinal muito importante de evolução positiva em termos financeiros. E, portanto, dizer que verdadeiramente a nossa dívida desceu de forma muito substantiva, permitiu-nos poupar em juros, mas, sobretudo, permite-nos ter a capacidade de sonhar para fazer as grandes obras que este Concelho sonha há mais de vinte anos, esta é, de facto, a possibilidade que nós temos e que nunca tivemos no passado. E, depois, dizer que temos aqui também, digamos, os sinais de risco financeiro estão completamente limpinhos, não há aqui nenhum sinal de risco e eu se alguém tiver dúvidas compare com aqueles que existiam em 2014, em 2015, em 2016 e em 2017 para ver se é igual ou se a coisa era bastante diferente. Depois, também queria aconselhar os senhores membros desta Assembleia Municipal a olharem para a relação das ações que existem em Tribunal, não só para o número, mas também para a expressão financeira dos pedidos para verem se a coisa é igual ou é muito diferente e depois avaliem se é para melhor ou para pior e, portanto, ficam aqui estas notas que me pareciam importantes vir partilhar. E, por último, mesmo por último, dizer que neste preciso momento, já temos sessenta e três empreitadas em execução, para quem diz que não acontece nada, é muita empreitada! -----

Não se registaram intervenções. -----

Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 4 - 1ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025. INFORMAÇÃO N. 04/DDEF/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos membros desta Assembleia Municipal, público presente, comunicação social e estrutura de apoio. Esta proposta que nós trazemos à Assembleia Municipal e que tem esta designação, "Primeira Alteração Orçamental Modificativa, vulgo Revisão aos Documentos Previsionais aprovados no final do ano de 2024, estamos naturalmente a falar de uma alteração ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Mais Relevantes. -----

Esta alteração decorre da possibilidade, não da obrigação, de nós podermos utilizar o Saldo de Gerência. Como sabem, até à pandemia, essa possibilidade só se podia efetivar após a aprovação dos Documentos Previsionais da Prestação de Contas. Desde o tempo da pandemia foi feita uma alteração e já o podemos



fazer logo no início de fevereiro, logo que determinados Mapas Financeiros estejam aprovados e o que nós queremos fazer, é exatamente isso, é dar capacidade aos órgãos, dar capacidade à Câmara Municipal para que possa promover, lançar, executar obra e investimento de maior relevância e maior expressão. O que nós trazemos e propomos aqui, é que os senhores membros desta Assembleia Municipal possam aprovar esta revisão no sentido de que aquilo que é o Saldo de Gerência do ano de 2024, e estamos a falar num Saldo de Gerência de onze milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros, que vai permitir que o Município no ano de 2025 que passa a ter um Orçamento de oitenta e dois milhões de euros, possa ser executado. -----

Naturalmente, que essas dotações que estão explicitadas, que estão discriminadas em termos de cada afetação individual quer no PPI, quer no PAM, representa a possibilidade de um investimento muito importante, mas também de incremento de muitas atividades que estão no PAM e algumas despesas correntes. É, de facto, uma oportunidade de este Município, da Câmara Municipal dar tradução, consecução, concluir ou iniciar um conjunto muito importante de intervenções em 2025. Como sabem, existem um conjunto muito significativo de investimentos em curso ou em preparação para lançamento, queria recordar aqui alguns, queria dizer que, efetivamente, estamos em fase de conclusão, quer da Aquae Salutem, quer do multiusos Aquae Nature Palace e do Centro Ecuménico, a Casa Mortuária, que também esperamos inaugurar durante os próximos meses. Como sabem, está já em execução, neste momento, a requalificação da cobertura das Termas Romanas, para que seja um jardim, encontrando-se também, neste momento, em fase de conclusão, a Estrada Municipal que liga Chaves a Montalegre, mas queremos lançar outros procedimentos e queremos para isso, naturalmente ter a dotação suficiente e a revisão dos Documentos Previsionais também o permite. Queremos lançar ainda este mês o concurso Público para a contratação da requalificação da Estrada Regional 314, queremos lançar brevemente, apesar de estarmos a ter algumas dificuldades no IPDJ, dificuldades estranhas, mas, enfim, acontece a todos, para a abertura do concurso da Piscina coberta que era suposto estar aprovado em dezembro e estamos, neste momento, ainda sem aprovação por parte do IPDJ. Depois, queremos também ter a oportunidade de fazer intervenções de requalificação em muitas das nossas vias de acesso às nossas localidades e queremos fazer a execução do saneamento das Avelas, do saneamento e rede de água e pavimentos de Argemil da Raia, mas também em Vila Nova de Monforte. Enfim, queremos ter a capacidade de executar muitos milhões de euros de investimento, porventura, ainda num contexto de fraca captação de investimento comunitário, pois estamos neste momento numa fase de candidaturas, significando isso que a sua execução acontecerá em 2026. Mesmo assim, com esta alteração, vamos certamente ter a capacidade de fazer, porventura, o maior investimento de sempre neste Concelho e, por isso, queria que nos dessem os instrumentos, e os instrumentos são, aprovarem esta Revisão Orçamental. Muito obrigado. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos os presentes, senhor Presidente de Mesa, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, Membros eleitos, Presidentes de Junta presentes, pessoal de serviços de apoio, comunicação social que esteja presente, público e se me esqueci de alguém, considerem-se englobados quando cumprimento todos os flavienses aqui presentes. Deixem-me fazer o reparo que é bom estar de volta, não estive presente nas últimas reuniões por motivos académicos e profissionais, mas é bom estar de volta à maior casa da democracia do Município de Chaves, passando agora ao tema que estamos aqui a discutir neste momento. Esta alteração modificativa levanta, ao nosso Grupo Parlamentar, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata algumas questões, se do ponto de vista da receita é simples perceber que se trata essencialmente de uma incorporação dos saldos de gerência, como disse e bem o senhor Presidente da Câmara e, no plano de atividades municipais, entende-se que é um reforço mais ou menos proporcional de cada uma das inscrições que lá estão vertidas, há um par de questões que se levantam no Plano Plurianual de Investimentos, PPI e, no Orçamento da Despesa. -----

Começando pelo Plano Plurianual de Investimentos, assistimos a um reforço em dobro das rubricas relativamente às Funções Sociais que congratulamos, mas há uma redução de mais de um milhão e meio da dotação para as Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração. Isto representa uma redução



de cerca de 30%, 29,4% de uma rubrica que nos parece estratégica para o futuro da nossa cidade e, é desafetada cerca de 30%, da sua dotação inicial e que temos que perceber o porquê desta redução? Do ponto de vista do Orçamento da Despesa é interessante ver que, a maior parte do reforço no Orçamento, uma parte muito significativa do reforço quase 50%, vai para aqueles outros, outros, outros, seja nas Despesas de Capital, ou seja, nas Despesas Correntes, para colocar aqui uns números basicamente nós temos um reforço de quatro virgula um milhões de euros, nesses outros, outros, outros, não estou a fazer dupla contagem, porque temos, os outros depois, os outros, dos outros mas se formos aos outros finais às rubricas mais finas vemos que somando isso quatro virgula um milhões de euros, vão para esses outros e não me parece que seja uma forma muito transparente de orçamentar mas, ficamos abertos aos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara. Mas isto sendo assim, nem sequer deixa grande espaço para perguntas neste ponto, porque não fazemos a mais pequena ideia do que é que estamos a falar em concreto. -----

Outro ponto e é o ponto final que nos salta um pouco à vista e, que nos deixa um pouco perplexos é que temos um Executivo que é de maioria de um Partido de Esquerda, do Partido Socialista que passam a vida a falar de condições de trabalho, digno, justo, as questões da precariedade laboral e, temos um aumento muito considerável de uma rubrica que contribui para a precariedade social. Não há nada que não estejamos habituados temos vários relatos de Câmaras Socialistas, de Partidos de Esquerda em geral que, realmente a nível de precariedade laboral percebem do assunto. Mas concretizando as despesas com pessoal recebem um reforço de não dizendo aqui o número ao cêntimo mas, mais de 450 mil euros e, este reforço é integralmente alocado à rubrica pessoal em regime de tarefa ou avença este aumento representa um aumento de 66%, face ao valor inicialmente previsto para esta rubrica ficando com um total de um virgula um milhões de euros e quase um milhão virgula dois milhões mas vamos dizer um virgula um milhões de euros que é integralmente alocado à contratação de trabalho precário. Isto comprometerá assumimos nós, mas como já disse, anteriormente estamos abertos às justificações, à agenda para o emprego digno e talvez os pressupostos legais para a celebração deste tipo de contratos. Estas duas questões já que aquela parte dos outros, não consegue ser matéria suficiente para ser uma questão e, que nos parece altamente discricionário e, especialmente, com enfoque nesta última relativamente às condições de trabalho, farão o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, votar contra pelo seu caráter moral e, económico sem prejuízo e digo pela terceira vez do direito ao contraditório e, à pertinência das explicações que possam ser facultadas na fase de discussão deste tema e que assistiremos obviamente atentamente. Muito obrigado. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo PS, no uso da palavra disse: -----

“Muito bom dia a todos, cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, demais público aqui presente, senhora e senhores funcionários e staff de apoio a esta Assembleia Municipal. -----

Após termos tido a oportunidade de escutar atentamente as explicações dadas pelo senhor presidente da câmara, cremos que poucas dúvidas restam quanto à alteração cuja sanção agora se pede a esta assembleia magna; -----

Muitas das vezes somos críticos quanto ao formalismo que se exige e às burocracias que são criadas pelo legislador e que não deixam que os municípios e os órgãos da administração pública vão mais além; O atavismo, o centralismo, o excesso de formalismo, a exegéticas e avultadas normas que visam regular, mas que acabam por criar obstáculos, são desvantagens e entraves apontados pelos nossos edis, e mesmo pelos mercados em geral; -----

Na sequência da malfadada pandemia veio-se a legislar no sentido de ser possível, antes da prestação de contas, que no caso dos municípios ocorre em abril, passar a poder-se fazer a incorporação de saldo em período anterior àquele, que não corresponde a receita, mas que permite fazer o reforço das verbas. Quanto mais rapidamente se puderem fazer as alterações ao PPI e ao PAM, também de forma mais célere se executam os projetos; -----

Neste sentido consideramos que foi dado um importante passo para se agilizar a execução orçamental, contrariando o que acima se adjetivou como obstáculo ao desenvolvimento; -----



*Poderão os detratores afirmar que se trata de uma má prática! Nada mais falso e desajustado da verdade, pois a execução do atual executivo está alinhada com as melhores práticas do país; -----
Os documentos anexos são bem claros e explícitos, pelo que não nos oferece qualquer dúvida o voto favorável, devendo, todavia, sublinhar-se aqui algumas das áreas objetos desse mesmo reforço; -----
A beneficiação do património municipal, o reforço dos meios e sistemas de prevenção e combate a incêndios, reforços para a beneficiação dos equipamentos da educação e saúde, bem como outras relevantes afetações, merecem o nosso mais empenhado apoio. -----
Sinceramente não conseguimos alcançar do mapa que vem anexo, ao nível de reforços do PPI de onde é que a oposição diz que não é claro e, que não são feitos reforços relevantes como por exemplo, temos aqui um reforço de um milhão e meio, para as áreas de acolhimento empresarial de nova geração, bem como outros relevantes reforços. -----
Assim sendo neste sentido o Grupo Municipal do PS, votará favoravelmente a esta importante alteração.”
Tenho dito. -----*

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Muito bom dia, renovando cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, à senhora e ao senhor Secretários, à senhora e aos senhores Vereadores, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, todos quantos estão aqui nesta sala, convidados, público, comunicação social e estrutura de apoio. Bem-vindo, bem-vindo de novo, espero naturalmente que não seja apenas por razões eleitoralistas, que não seja por causa de ser ano de eleições, dou-lhe o benefício da dúvida e, portanto, sobre isso não faço nenhuma consideração, nem juízos de valor. Lamento dizer-lhe que vou ter que começar pelo fim, quando alguém vem cá no sentido de que possa ser esclarecido sobre um conjunto de situações e use esse argumento para dizer que vai votar contra, é porque a decisão está tomada e não quer ser esclarecido. Portanto, quero dizer-lhe que se, efetivamente, estivesse de boa-fé, se estivesse aberto a uma discussão séria e fundamentada, aguardaria naturalmente que eu pudesse dar algumas explicações sobre as questões que aqui suscitou e no fim, com juízo de valor adequado, tomaria ou tomariam uma decisão. No entanto, não é isso que acontece aqui, foi um processo inverso, querem votar contra e querem arranjar argumentos, pois bem, parece-me sinceramente que não é a forma mais correta de regressar, acho que devia, e reconheço que tem qualidade, que tem competência técnica para poder, sob o ponto de vista político também, poder evidenciar aquilo que é o seu ponto de vista técnico e, portanto, se calhar, a política deveria muitas vezes não toldar os nossos raciocínios mais técnicos. Vamos então às questões que colocou, às questões técnicas ou mais ou menos técnicas que foram suscitadas, que como sempre e como tem sido apanágio nos últimos anos as dotações relacionadas com a Área Social têm sido muitíssimo relevantes quer na área do PPI, quer na área do PAM, isso tem naturalmente a ver com o muito investimento que este Executivo tem feito nos últimos mandatos na Área Social, requalificação e modernização daquilo que é o Parque Habitacional Social e incrementando um conjunto de respostas sociais. A resposta, relativamente à diminuição por comparação com a dotação na área industrial, designadamente na Área de Acolhimento Empresarial encontra-se relacionado com uma explicação. Todos sabem nesta Assembleia Municipal que o visto do contrato para a requalificação e modernização da zona industrial foi recusado pelo Tribunal de Contas, estando os serviços, neste momento, a iniciar novo processo de contratualização, sendo que aquilo que era a dotação necessária para dar início à execução em 2025, ela vai acontecer só no final de 2025 e depois em 2026. Naturalmente, num bom critério de gestão orçamental, o que vai acontecer, é que a dotação prevista para 2025 é menor do que aquela que nós tínhamos previsto já em 2023, em 2024 e em 2025 e, portanto, dizer que esse propósito e esse objetivo continua a ser presente. Nós vamos continuar a querer executar um financiamento que foi alcançado num procedimento concorrencial em que o Município de Chaves obteve um financiamento de cerca de onze milhões de euros e estamos absolutamente comprometidos na sua concretização, com mais dificuldade, com mais complexidade, começando de novo, com certeza, mas nós somos resilientes, determinados e sabemos para onde queremos ir e vamos lá chegar pese embora as dificuldades. Depois, queria também dizer-lhe, que dada a sua formação de gestão, perceberia, se algum dia tivesse feito um exercício orçamental, que na despesa a classificação muitas vezes desse tipo de despesa, cai obrigatoriamente nos “outros”, não há outra forma de o fazer e, portanto, era da sua parte o que eu estava



à espera que viesse, é que me dissesse assim: Olhe, senhor Presidente, diga-nos hoje ou daqui a dois dias quais são exatamente as ações que querem acomodar naquela dotação financeira. E nós podemos fazê-lo com total transparência, não há nenhuma opacidade, não há nenhuma intenção de esconder, portanto, se tiver alguma curiosidade, e fica aqui este meu compromisso, sobre alguma das ações que pretenderão ser financiadas ou, acomodadas com essa dotação dos “outros”, nós dar-lhe-emos essa informação como tínhamos dado na reunião de Câmara se nos tem sido pedida. Explicitem-nos essa informação e nós podemos fazê-lo sem problema nenhum, basta que nos perguntem na dotação dos “outros”, o que é que verdadeiramente aqui têm?! E nós dizemos sem problema nenhum, dando esse detalhe e esse pormenor sem nenhum problema de transparência, porque não há nenhum problema de transparência, porque tudo o que se faz é publicitado. -----

Depois, queria dizer-lhe também que sobre os Recursos Humanos e sobre aquilo que tem a ver com a agenda para o trabalho digno e aquilo que tem a ver com a precariedade, nós não podemos confundir realidades diferentes, as situações que são acomodadas em prestação de serviços, nada têm a ver com um trabalho permanente, ele visa dar resposta a necessidades que são transitórias e, portanto, nós temos que continuar a ter, por exemplo, para dar resposta, vou dar aqui alguns exemplos, para nós podermos ter férias desportivas, férias no carnaval, férias na Páscoa, nós temos que contratar em avença, não há outra solução, para nós, muitas vezes, termos de encontrar soluções na área do desporto que são projetos temporários de curta duração, temos que contratar em avença e, portanto, o que nós temos feito verdadeiramente é procurar que as soluções contratuais sejam as idóneas à natureza das situações concretas e não há aqui nenhuma violação pelo contrário, e deixo aqui uma nota: desafio o PSD a identificar um mandato em que tenham sido corrigidas tantas situações de desajustamento funcional relativamente ao desempenho dos trabalhadores de forma transversal para todos os trabalhadores sem nenhuma discriminação, estou a falar do quê?! Do que antes se chamava a reclassificação e agora se chama mobilidade intercarreiras, fica esta nota! Portanto, queria-lhe dizer o seguinte: eu não percebo o PSD, ao mesmo tempo que critica o PS, e neste caso o Presidente da Câmara, por ter aberto no Mapa de Pessoal, e vamos ter oportunidade de discutir a seguir, vagas para contratos de trabalho em funções permanentes ou a tempo indeterminado, critica também que nós ao mesmo tempo tenhamos situações de contratação em avença?! Pois bem, nós temos que ter nos nossos instrumentos de Gestão de Recursos Humanos todas as capacidades para responder à complexidade das necessidades que existem, compreenderá e concordará comigo que, de facto, o mundo, hoje, exige muitas situações em aquisição de serviços e avença em muitas situações específicas, seja na cibersegurança, seja nalguns domínios técnicos, seja na engenharia, seja na arquitetura e seja na contratação pública, compreenderá que, pontualmente, mas mais frequentemente do que nós gostamos, temos que fazer contratações, porque o mundo é complexo, é exigente, é dinâmico e nós não temos nos nossos quadros sempre os recursos humanos, idóneos, suficientes para responder a todas essas necessidades e, portanto, temos que ter a capacidade de contratar em avença, em tarefa, mas temos também que ter a capacidade de ter os recursos humanos suficientes para quê?! Para executar, por exemplo, um Orçamento de oitenta milhões de euros ou, por exemplo, cumprir as obrigações todas que foram estatuídas nos Municípios ou que têm vindo a ser transferidas para os Municípios. De facto, a exigência é crescente, é maior, mas também queria afirmar aqui uma coisa perentória, é que a percentagem da despesa com pessoal no total da nossa despesa e o total do nosso Orçamento, é das menores dos últimos anos da Câmara Municipal de Chaves, pode comparar muito bem com aquela que foi a gestão do PSD, se quiserem podemos fazer essa discussão, podemos fazê-la de forma aberta e técnica se entenderem e, portanto, nós não estamos a gastar mais do que o necessário, só o necessário. E, portanto, o que eu disse e já o disse numa conferência de imprensa e vou dizê-lo aqui, nós gastaremos em recursos humanos o dinheiro necessário para cumprir as nossas obrigações e para dar resposta às necessidades que existem e que são naturalmente as necessidades da nossa comunidade, dos nossos concidadãos. Portanto, dizer-lhe o seguinte, sim, nós estamos comprometidos com a agenda do trabalho digno, sim! Muito obrigado. -----

Posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e sete votos a favor, onze votos contra e sete abstenções, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor: Pelo Grupo Municipal do PS: -Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Luíz Mário Alves Carneiro, Cristina Maria Inocêncio



Imaginário, Domingos de Moura Alves, Manuel Guerra Afonso, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Fernando Miguel Borges Valpaços, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Ricardo Vassal Coutinho, José Carlos Carvalho Fernandes e Nuno Miguel Claro da Silva-----

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo - José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira, Lúcia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo - André Lourenço da Silveira, de Faiões - Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos - Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras - António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha - Alfredo José da Silva Barreira, de Oura - António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco - Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte - Gilberto Santos de Jesus, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, de Santa Maria Maior - Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, de Santo Estevão - Maria José Sena Barros Pereira, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia - Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela - Augusto do Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações - Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões - João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha - Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Travancas e Roriz - Antero Luís Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos) - Rui Manuel Branco Rodrigues, e representação de Vale de Anta - Jorge José Pereira de Carvalho, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia - Fernando de Jesus, de Vilela Seca - Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega - Liliana Pires Lage. -----

Votos contra: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, Pedro Miguel Vieira Miranda, Anabela Maria Neves Martins e Gilberto Gomes Alves. -----

Abstenções: Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António José dos Santos e João Luís Gonçalves Rodrigues. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Vítor Carlos Teixeira Pimentel Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes. -----

Não participaram na discussão e votação do presente assunto, os seguintes quatro membros deste órgão deliberativo, por não se encontrarem presentes no momento da votação: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Sónia Cristina Adães Ferreira. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Sanfins - Sara Cristina Trinta Morais, de Santa Leocádia - João Manuel Teixeira Pereira Borges e de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira. -----

PONTO 5 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES; ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM, TENDO EM VISTA O RECRUTAMENTO DE: 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ARQUITETURA PAISAGISTA; 3 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE ENGENHARIA DO AMBIENTE; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO; 2 ASSISTENTES OPERACIONAIS NA ÁREA DE JARDINAGEM, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO; 1 ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE JUVENTUDE E DESPORTO, NO ÂMBITO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO; 1 ASSISTENTE OPERACIONAL NA ÁREA DE CULTURA E TURISMO, NO ÂMBITO



DA RESERVA DE RECRUTAMENTO EM VIGOR, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, E, AINDA, 3 TÉCNICOS SUPERIORES NA ÁREA DE PSICOLOGIA; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE EDUCADOR SOCIAL; 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE HUMANIDADES E 1 TÉCNICO SUPERIOR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO INCERTO, PARA ALOCAR AO “PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO (PNPSE)”. PREVISÃO DE DOIS (2) POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU, MUITO CONCRETAMENTE PARA A UNIDADE FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE LIMPEZA URBANA E ESPAÇOS VERDES (ULUEV) E UNIDADE FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE ÁGUA, SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS (UASAP). PROPOSTA N.º 10/GAPV/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Obrigado senhor Presidente, aproveito para o cumprimentar e cumprimentar também os membros da respetiva Mesa, à senhora Vereadora e aos senhores Vereadores, aos Membros desta Assembleia Municipal, público, comunicação social e estrutura de apoio. Pretendia apresentar esta proposta para esclarecer o desiderato da mesma, o que nós estamos aqui a propor e o que levei à Câmara Municipal e que foi aprovada por unanimidade, foi a alteração do mapa de Pessoal, não foi a abertura de nenhum procedimento concursal, porque essa competência é competência própria do Presidente e, portanto, queria fazer esta distinção para que não ficasse aqui essa confusão. -----

Depois, dizer que estes postos de trabalho só não foram incluídos no Mapa de Pessoal que trouxemos à Assembleia Municipal em dezembro apenas por falta de elasticidade financeira e que nós agora já conseguimos com a Revisão do Orçamento, esta é a explicação simples, não é preciso fazer mais nenhuma indagação, nem nenhuma conjectura sobre esta matéria. O que nós trazemos aqui, eu vou dizê-lo de forma clara para que todos os Membros desta Assembleia Municipal que queiram e conheçam, o que nós temos aqui, é aditar ao nosso Mapa de Pessoal, porque entendemos que é necessário abrir uma vaga para um Técnico Superior de Arquitetura, três vagas para Engenheiros Cívicos, porque têm sido aposentados um conjunto de Técnicos do Município e é preciso renovar, porque os Quadros do Município na área da Engenharia são, hoje, pessoas com mais de cinquenta anos, queremos também abrir na área do Ambiente uma vaga, na área de Comunicação uma vaga, depois estamos a falar de seis Técnicos Superiores, não são dezoito, nem vinte, depois queríamos também, nesta matéria, reforçar o Mapa de Pessoal com mais dois Assistentes Operacionais de Jardinagem, mais um Assistente Operacional da área da Juventude e Desporto, depois mais um Assistente Operacional de Cultura e Turismo, queríamos contratar também cinco Técnicos Superiores, três na área de Psicologia, um Educador Social e uma das Humanidades, para quê?! Para nós podermos concretizar um projeto que se chama “PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO”, para podermos continuar a ter nas escolas como tivemos no último quadro comunitário uma equipa multidisciplinar que pudesse trabalhar as dimensões que não tem a ver com os conteúdos da escola, portanto, relacionais, lúdicas, é isso que nós queríamos trabalhar nas escolas. Depois, dizer que o que está aqui em causa nestes cinco Técnicos Superiores, não são contratos definitivos, são contratos de trabalho a termo incerto, ou seja, que o vínculo vigorará enquanto existir esse projeto, porquê?! Porque é um projeto financiado por Fundos Comunitários, ou entendem que nós não temos de contratar ninguém, fazer nenhum projeto, porque o sucesso escolar é o que nós já ambicionamos e não queremos mais nada?! Ou então, queremos, de facto, desenvolver este projeto com uma participação de 85% e contratar nesta modalidade os Técnicos?! Depois outra confusão, é importante que se diga que nós queremos criar no Mapa de Pessoal uma Divisão que é a Divisão de Ambiente, que é uma Divisão muito abrangente que tem o saneamento, tem o abastecimento de água, tem limpeza urbana, enfim, tem todas as questões relacionadas com estas áreas centrais, das alterações climáticas e outras e nós queremos nessas áreas criar um lugar de Dirigente de Terceiro Grau, um da Limpeza Urbana e Espaços Verdes e outro da Água e Saneamento, é isso que nós queremos fazer sem riscos, sem insustentabilidade financeira, sem comprometermos o nosso orçamento, mas sobretudo para quê?! Para que nós consigamos prestar, manter os serviços que temos e incrementá-los na área da Gestão Urbanística, na área do ambiente, na área da educação e da área social, é isso que nós propomos



aqui e que tanta celeuma provocou. Pois bem, nós não estamos a propor aqui nenhuma Chaves Social, nós não estamos a propor aqui nenhuma Voz da Juventude, nós não estamos aqui a propor nenhuns instrumentos que sejam um do exemplo da famigerada Chaves Viva. Não estamos a fazê-lo, não estamos a criar nenhum quadro paralelo, não! Estamos a dizer de forma clara que estes lugares providos neste ano ou no próximo, não tem que ser necessariamente este ano, mas que devem estar no Mapa de Pessoal, porquê?! Porque eles são essenciais, fundamentais para nós podermos prestar um serviço de qualidade, e fazê-lo sem risco de ficarmos numa situação de falência financeira, porque, verdadeiramente, os nossos rócios continuam ainda a ser menores do que outrora. Muito obrigado -----
Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----

Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente de Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, caros membros desta Assembleia e pessoal de apoio. -----
*“Venho em nome do grupo municipal do PSD falar sobre este ponto e partilhar com esta assembleia a seguinte reflexão: Esta proposta apresentada pelo executivo municipal mistura dois assuntos que, sob o ponto de vista legal e administrativo, devem ser tratados de forma diferente, ou seja, por um lado propõe a alteração do mapa de pessoal e, por outro, a abertura de procedimentos concursais de recrutamento; Esta estratégia da autarquia, para além de tornar a proposta confusa, sob o ponto de vista substancial, subtraiu ao órgão executivo a possibilidade, legítima, de votar autonomamente as duas matérias, podendo, inclusive, votar em sentido diferente em cada uma das mesmas; -----
Refira-se, aliás, que, sob o ponto de vista das competências, a aprovação e alteração do mapa de pessoal encontra-se cometida à assembleia municipal e a abertura de procedimentos concursais ao órgão executivo municipal; -----
Por outro lado, não se retira da proposta, pelo menos de forma expressa, a urgência na criação dos postos de trabalho em causa, na sua globalidade, e que justifique a prática de ato pela Câmara Municipal traduzida na alteração do mapa de pessoal, para ratificação deste órgão deliberativo. -----
Sendo certo que o instituto da ratificação apenas pode ser usado em situações de urgência comprovada e fundamentada, sob pena de possível ilegalidade da prática do ato; -----
É de referir que, o mapa de pessoal, enquanto instrumento de capital importância de planeamento dos recursos humanos no Município, foi aprovado em dezembro de 2024, pelo que não se entende que, decorridos, sensivelmente, menos de dois meses sobre a aprovação do mesmo, esteja agora para aprovação/ ratificação uma alteração ao mapa de pessoal, circunstância que apenas pode ser entendida como um erro grosseiro (atendendo ao número de postos de trabalho - 18) de planeamento das necessidades de recursos humanos. -----
Por outro lado, a proposta integral, ainda, uma outra decisão consubstanciada no recrutamento de dirigentes municipais de 3º Grau, facto legalmente incompreensível e inaceitável, tanto mais que o regime de recrutamento de cargos dirigentes desta natureza obedece às regras próprias do Estatuto do Pessoal Dirigente. -----
Por último, no plano político, é eticamente censurável, sem prejuízo das questões de possíveis ilegalidades acima enunciadas, que seja promovido a abertura de procedimento concursal para a seleção de 18 novos colaboradores, maioritariamente Técnicos Superiores, no último ano do mandato autárquico em curso e a, sensivelmente, a alguns meses das eleições autárquicas.” -----
Obrigada. -----*

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Muito obrigada, senhor Presidente na sua pessoa renovo os cumprimentos a todos os presentes. Perdoar-me-ão que não resista sem querer parecer condescendente, não resista aqui a fazer uma nota quanto à intervenção anterior e, nós aqui pelo menos a maioria de nós, se calhar, bem o compreenderemos que as lições de direito administrativo, andem abundantes para o lado dos senhores deputados do Grupo Municipal do PSD, não sei se, os nossos concidadãos mais distantes deste pequeno universo político-partidário terão essa mesma compreensão. Ainda, assim, dizer que mesmo digo eu! faço intervenções já há alguns anos! que mesmo que nos preparem a intervenção, mesmo que nos dêem a lição de direito



ainda, assim, se na intervenção anterior à nossa forem oferecidas explicações que ponham em causa aquilo que cá vimos dizer a seguir talvez conviesse digo eu! reformular aquilo um pouco! aquilo que vamos dizer para não correr o risco de dizer disparates, com todo o respeito que tenho pessoal, naturalmente, pela senhora Deputada Professora Isabel. -----

Depois e, quanto à proposta em concreto, sendo certo, que o senhor Presidente, esclareceu na sua intervenção inicial que se trata não de recrutamento mas de uma alteração ao Mapa de Pessoal, dizer em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista e, de forma muito clara que para nós fazer mais, fazer melhor como a evidência se tem demonstrado aqui, que se tem feito neste Concelho implicará certamente fazer com mais Técnicos e com Técnicos cada vez mais qualificados e, portanto, ajustados às necessidades do Município, às necessidades do Concelho, mas, mais importante em benefício da Comunidade e em benefício de todos nós é, para isso que profissionais qualificados nos sítios certos servirão. Portanto, vemos com bons olhos esta alteração ao Mapa de Pessoal, nos termos em que aqui ela nos foi trazida e, explanada dizer também o senhor Presidente, também, já o salientou que contrariamente a outros tempos estes são procedimentos, muito claros, muito transparentes e, apenas um Quadro de Pessoal, repito sem necessidade de Quadros Paralelos como, em tempos já existiu e também houve um tempo em que se falava das taxas e taxinhas eu reporto-me a um tempo das associações e associaçõeszinhas, que serviam para tudo e mais alguma coisa designadamente para o encaixe de pessoal, mas não, necessariamente para um serviço prestado à comunidade ou de qualidade, qualidade agora essa que vimos nos serviços prestados pelos Municípios e, recordo também, um tempo em que tínhamos um número de Divisões Municipais absolutamente desajustado à realidade local e à realidade flaviense com um número de Divisões que ombreavam inclusivamente, com o de grandes Municípios e, de grandes Cidades e, pasme-se lembro-me até de um tempo em que havia Divisões que tinham Chefes de Divisão, que só se chefiavam a si mesmos porque nem equipa tinham esse tempo acabou e bem haja por ter acabado. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Caríssimo Presidente, caríssimo Secretário, caríssima Secretária, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público presente comunicação social. É um tema curioso, eu estava a olhar aqui para a proposta que foi sufragada na reunião de Câmara, é curioso, ela foi votada por unanimidade e, portanto, eu interpretei que a vontade do PSD fosse no sentido de que os assuntos que foram à reunião de Câmara e que nós trazemos aqui à Assembleia Municipal, houvesse, de facto, um consenso nessa matéria e fosse entendimento que era necessário fazer a alteração do Mapa de Pessoal para dar tradução àquilo que são as necessidades efetivas, manifestas a nível de Recursos Humanos. E, portanto, vir a esta Assembleia com texto escrito, não vou dizer quem é o autor que não interessa e também não vou atacar a mensageira, não vou fazer isso, não vou atacar a mensageira, porque normalmente em Roma atacava-se sempre os mensageiros e não se atacava quem mandava a mensagem. Dizer o seguinte, as explicações que eu dei sobre a questão do só agora e não em dezembro relativamente à alteração ao Mapa de Pessoal, tem a ver com uma questão meramente orçamental, só agora é que há dotação, porque temos uma revisão aprovada já, e isso pode naturalmente acomodar esta despesa e, por outro lado, isso significa que estamos em tempo, eu acho muito curioso que alguém me venha falar de ética, de ética republicana, sinceramente os meus exemplos não vêm tanto das palavras, vêm das ações, do concreto, daquilo que nós fazemos no dia a dia e, sinceramente, eu não acho nada de antiético ou de falta de ética. O facto de, no início de um ano económico/financeiro, concretizarmos uma alteração ao Mapa de Pessoal não representa de modo alguma falta de ética neste processo. Não vejo, até acho normal, por exemplo, como já aconteceu em muitos Municípios e no Município de Chaves que no momento das eleições estejam a decorrer concursos públicos para o recrutamento pessoal, como para contratação de qualquer serviço. Isso faz parte da atividade normal, não há nada de excecional, ou só porque nós vamos ter eleições em setembro ou em outubro, ainda não sabemos quando, já paramos?! Não contem com isso, porque nós vamos trabalhar muito, vamos trabalhar muito, portanto, não contem com isso. Sobre a capa, que a é capa de valores que alguns não seguem, querem que nós nos paremos, que nós nos acomodemos, não! Nós temos muito trabalho para fazer, e foi esse trabalho que os nossos concidadãos nos pediram para fazer, os muitos concidadãos, os



muitos flavienses exigem de nós trabalho, muito trabalho, muita dedicação e, com certeza, para que isso aconteça tem que haver o quê?! Estratégia, planeamento, operacionalização, tem que haver instrumentos de concretização, e quais são os instrumentos de concretização das nossas políticas e dos nossos projetos?! Olhe, são os recursos financeiros que acabámos de aprovar na revisão do Orçamento, mas são também os Recursos Humanos, mas também são os Recursos Operacionais, são as máquinas, os equipamentos, as informáticas e as aplicações, tudo isso faz com que nós possamos produzir e dar satisfação às múltiplas necessidades e, portanto, nós vamos continuar a fazê-lo. -----

Portanto, se entendem que a nossa proposta e a deliberação é ilegal, impugnem-na, vão para os tribunais, para o Tribunal Administrativo, olhem, há um em Mirandela, logo ali ao lado, impugnem-na. Agora, vir para a discussão política com o argumento técnico jurídico, enfim, a mim não me convencem, mas eu também não voto, não é? Só tenho que defender a proposta. E, portanto, ataque-se a proposta, defenda-se o interesse público, faça-se isso, mas não se utilizem argumentos jurídicos para fazer política desta forma, mas, enfim, essa é uma opção de cada um, só tenho que a criticar e é isso que aqui estou a fazer. Portanto, dizer que a competência deste Órgão, desta Assembleia Municipal cinge-se com a questão do Mapa de Pessoal, a competência de aprovar um Mapa de Pessoal é desta Assembleia Municipal, a competência de abrir procedimentos concursais não é desta Assembleia Municipal, portanto, usar aqui, nesta Assembleia Municipal, argumentos de que há aqui uma confusão e que a decisão podia ser diferente, não! A deliberação desta Assembleia Municipal tem apenas a ver com o Mapa de Pessoal, não tem a ver com mais nada e, portanto, esse argumento não colhe e, por isso, eu queria dizer-vos de forma clara, que é, devem ser recrutados todos os Recursos Humanos necessários para o cumprimento das diferentes missões, seja na Saúde, seja nos Municípios, seja na Educação, é isso que nós defendemos, é isso que nós queremos fazer e, portanto, esta proposta defende o interesse Público e prossegue naturalmente aquilo que são as competências do Município. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e quatro votos a favor, oito votos contra e uma abstenção. -----

PONTO 6 - REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES – PROCESSO Nº 136/16 DO MUNICÍPIO DE CHAVES – INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 7/SPU/2025 DA TÉCNICA SUPERIOR, ANA ISABEL AUGUSTO, ARQUITETA, DE 22.01.2025 -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, comunicação social, público presente e staff de apoio. Vou fazer muito sumariamente uma apresentação, a discussão seguinte permitir-nos-á abordar outras temáticas e fazer, provavelmente, uma discussão mais intensa, queria dizer que o Dossier da Revisão do PDM, algum do mesmo está junto à Mesa, naquelas pastas, mas também é verdade que ele foi possível de consultar, sobretudo, nalgumas plantas de ordenamento e de condicionantes através de um aplicativo que está no Site do Município, queria só fazer aqui uma resenha histórica muito breve sobre esta matéria. -----

O Plano Diretor Municipal de Chaves em vigor foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95, de 12 de janeiro, publicada em Diário da República – 1.ª Série B, N.º 35 – em 10 de fevereiro de 1995, é este PDM que hoje nós estamos a rever. O Executivo Municipal eleito em dezembro de 2001, portanto do PSD, iniciou o procedimento de Revisão do PDM em 19/11/2002, conforme publicação no Diário da República 2ª Série Nº 267 do Aviso 9570/2002, sendo que a legislação em vigor recomenda que os Planos Diretores Municipais deverão ser objeto de revisão ao fim de 10 anos. Como certamente estão recordados, o Partido Social Democrata liderou os destinos da Autarquia entre 2002 e 2017, sendo que em momento algum concluiu um único processo de revisão apesar da legislação recomendar a sua revisão em 2005 e em 2015. Em 23/10/2017, após a tomada de posse do Executivo Municipal liderado por mim, foi constatado que apesar dos sucessivos contratos exarados para o seu tratamento, nomeadamente, em junho de 2004, com a Faculdade de Engenharia do Porto e, mais tarde, em 2015 com os GIPs, o mesmo, à data, estava numa fase que ainda não permitia a sua conclusão. --- Neste contexto, este Executivo Municipal encetou as diligências necessárias para garantir o seu tratamento e consequente aprovação, tendo de forma articulada com a Direção de Serviços do Ordenamento do Território da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte



tramitado todo o processo legal, apesar de ter sido objeto de um constrangimento decorrente do surgimento da Covid19 que condicionou os trabalhos no período compreendido entre 2020 e 2021. Ultrapassado o período de condicionamento, em janeiro de 2022, a Câmara Municipal deliberou reiniciar o processo de Revisão do PDM, com o aproveitamento de todo o conteúdo material e documental a produzir até à data, determinando a abertura de um novo período de participação preventiva para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que pudessem ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de revisão. Este impulso resultou na constituição de uma nova Comissão Consultiva, diga-se que esta Comissão Consultiva tem 30 Entidades, teremos a oportunidade de as identificar já de seguida e que participam nesta mesma Comissão, designadamente, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, a Agência Portuguesa do Ambiente, a Administração da Região Hidrográfica do Norte, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, eu referi estas porque são as mais importantes, porque tutelam os interesses que têm a ver com a Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional, Perímetro Florestal e também uma outra que tem a ver com o Perímetro Hidrográfico da Veiga de Chaves que é importante, como sabem, sobretudo na Veiga e isto foram exemplos de entidades que foram integradas nesta Comissão Consultiva e que são no total 30. No primeiro semestre de 2022 a evolução dos trabalhos e os novos prazos para a conclusão do PDM conduziram o Município a solicitar agendamento da primeira reunião plenária da Comissão Consultiva, realizada no dia 03/05/2022, tendo como resultado a emissão de pareceres por parte das mesmas entidades que integram o Conselho Consultivo, sendo de teor favorável ou favorável condicionado à correção e ao aperfeiçoamento da proposta de plano, designadamente o parecer emanado pela Agência Portuguesa de Ambiente, enviado em agosto de 2023, registando apenas um parecer desfavorável por parte da Direção-geral de Energia e Geologia. -----

O Município, em função do conjunto de pareceres emitidas pelas Entidades mencionadas, efetuou a devida correção da proposta do plano de modo a permitir a realização da segunda reunião plenária da Comissão Consultiva agendada para o dia 06 de fevereiro de 2024, tendo a maioria das Entidades emitido parecer favorável ou favorável condicionado com recomendações, existindo a necessidade de nova correção e novas interações com as entidades com capacidade de emitirem pareceres. É importante que se diga, e vou aproveitar este momento para o fazer, a Revisão do PDM é um processo muito complexo, muito moroso, tão moroso que o PSD em dezasseis anos não conseguiu concretizá-lo apesar de ter gasto duzentos mil euros ou mais de duzentos mil euros com a Faculdade de Engenharia, e é um processo complexo porquê? Porque é um processo que envolve trinta Entidades, é um processo relativamente ao qual o Município de Chaves, a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal não têm liberdade de decisão, portanto, quem define, quem classifica, quem determina que determinadas parcelas ou porções do nosso território são Reserva Agrícola, Reserva Ecológica, Perímetro Florestal, Proteção da Veiga de Chaves, Servidões Administrativas relacionadas com espaço aéreo, com edifícios militares e com outros, são essas mesmas entidades. Portanto, o Município de Chaves, os seus Órgãos, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara não tem o poder de alterar nenhuma decisão de classificação do solo, portanto, se o solo for classificado como Reserva Agrícola, não cabe à Câmara Municipal nem ao senhor Presidente alterá-lo, tem que obedecer, tem que cumprir, porque nós temos que nos conformar com aquilo que são as decisões das trinta Entidades que participam nesta Comissão. E, portanto, significa que se nós tomássemos uma decisão em desrespeito com essas classificações, aí sim, praticaríamos uma decisão ilegal, seria inválida, no caso concreto nula e de nenhum efeito, portanto, em face dos pareceres condicionados e com recomendações tivemos que iniciar nova ronda de contactos, nova ronda de consultas, sempre de forma técnica, com suporte documental e técnico. Em resultado de um conjunto significativo de reuniões foi possível obter o parecer final a 22/04/2024, em consideração com a pronúncia do Conselho Consultivo na segunda reunião plenária do plano condicionada à observação de recomendações mencionadas nesse documento e nos pareceres emitidos pelas Entidades retro citadas, bem como, a salvaguarda da legalidade da proposta de plano a submeter à discussão pública, tendo a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional proferido decisão global definitiva e vinculativa para todas as Entidades Públicas ao acolhimento das observações efetuadas pelas entidades constituídas, mais uma vez se percebe que a entidade que tem o papel importante nestes processos de



coordenação e neste processo de revisão do PDM, é a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional. -----

Concluída a fase de acompanhamento do plano, a Câmara Municipal deliberou em reunião pública realizada no dia 23/05/2024 a abertura do período de discussão pública na proposta de revisão do PDM e do respetivo relatório ambiental com a duração de 30 dias úteis com início no dia 01/07/2024 e término no dia 12/08/2024, tendo sido devidamente publicitado através de meios eletrónicos de divulgação, nomeadamente a publicação de avisos na página da Internet e do Facebook deste Município nos respetivos locais de atendimento ao cidadão e afixação de editais nas sedes de todas as Juntas de Freguesia do Concelho de forma a possibilitar uma participação ativa e informada durante a fase de discussão pública, bem como, a preparação para o período de vigência do plano. -----

Foram promovidas sessões de esclarecimento diferenciadas com a realização de sessões de apresentação da proposta de revisão do PDM aos funcionários e agentes do município, assim como, outras destinadas a Presidentes de Junta de Freguesia, Técnicos Projetistas e Agentes de Construção Civil que atuam nestes setores, bem como, para os Municípes em geral, tendo sido realizada neste mesmo espaço. Após o término do período de discussão pública da proposta de plano e de revisão ambiental os serviços técnicos procederam à organização e tramitação para a base de dados, tendo em vista permitir a apreciação global das participações por parte da Câmara Municipal com o apoio da equipa técnica responsável pelos trabalhos da Revisão do PDM. Foram registadas trezentas e quarenta e oito participações válidas num universo de seiscentas e oitenta e sete interações, no Geo-portal que foi o tal instrumento que foi disponibilizado para acesso digital no Site do Município, sendo que o Município, em função do alegado leque de participações, encetou uma última diligência procedimental com o desiderato de se conseguir melhorar a delimitação de alguns perímetros urbanos e de alguns aglomerados rurais decorrente de reclamações apresentadas pelos interessados e cuja metodologia de ponderação teve por base os mesmos critérios adotados para a ponderação das participações não abrangidas por qualquer restrição ou servidão de entidade pública. E quais foram os pressupostos? Contiguidade das parcelas objetos de reclamação com os perímetros urbanos ou com os perímetros dos aglomerados rurais, existência de redes de infraestruturas mínimas, em concreto, abastecimento de água e saneamento de águas residuais, numa lógica de rentabilização do investimento realizado, presença de novas edificações ou de compromissos urbanísticos válidos e eficazes que justificam o ajustamento dos perímetros desde que não colidam com outras servidões e restrições de utilidade pública conforme já foi referido antes, cumprindo desta forma os critérios de classificação e qualificação do solo, como é possível constatar da cronologia dos factos. O atual Executivo foi o único que se empenhou verdadeiramente em garantir o novo Plano Diretor Municipal, cumprindo uma obrigação legal, alicerçado na metodologia participada onde todos tiveram o seu lugar, sendo que o Partido Social Democrata e os seus dirigentes nunca participaram, nunca participaram nem quiseram participar em nenhum processo de discussão, apenas, hoje, criticam. Importa, por fim, afirmar que o Executivo Municipal cumpriu a sua parte, tendo levado o documento final ao conhecimento da reunião de Câmara no passado dia 30 de janeiro e será apreciado hoje, aqui, nesta Assembleia Municipal, é prova de que com resiliência e com determinação é possível concluir este processo. Queria também, ainda, aduzir outros argumentos, como sabem, a obrigação da conclusão deste processo de revisão foi sempre manifesta, ela existiu em 2005, em 2015, isso nunca foi cumprido pelo PSD. por outro lado, era importante que se dissesse, se o Município de Chaves, hoje, tivesse um plano de segunda, de terceira ou quarta geração como os muitos Municípios têm, incluindo alguns vizinhos nossos, provavelmente, as alterações que este plano tem, não seriam hoje tão profundas, vou dizer quais são: se o Executivo do PSD tivesse em 2014 ou em 2015 ajustado o plano à lei dos solos em vigor, ajustado o plano ao regime jurídico de instrumento de gestão territorial, nós hoje não teríamos a necessidade de fazer uma intervenção tão intensa, e essa intervenção resulta de uma obrigação legal, com a nova lei dos solos, com a nova lei de gestão dos instrumentos territoriais, significa que a categoria de espaços urbanizáveis deixa de existir. Pois bem, todos nós sabemos que na Cidade e nas Aldeias havia as chamadas Periurbanas e Perirurais que eram áreas urbanizáveis, essas áreas, hoje, de acordo com a lei em vigor, a lei dos solos, não podem existir, só temos áreas agrícolas e áreas urbanas, e quem definiu exatamente essa classificação no essencial não é a Câmara Municipal, não somos nós, quem define efetivamente a classificação dos solos são, sobretudo, as Entidades que têm competência nas áreas que eu referi, na área agrícola, na área florestal, na área ambiental, enfim, na área de tudo o que



tem a ver com servidões de utilidade pública, se qualquer porção do solo impender sobre essa parcela, essa classificação do solo que eu já referi ou uma servidão de utilidade pública ou uma restrição de utilidade pública, nós não podemos, mesmo querendo e tendo toda a vontade, colocá-la como área urbana. Mas, apesar disso, quisemos, “in extremis”, tentar depois das 348 participações, sobretudo, junto da Reserva agrícola Nacional procurar novamente que esta Entidade pudesse desafetar da Reserva Agrícola algumas parcelas, e fizemos isso no dia 23/12/2024 em Braga, numa reunião, no sentido de podermos discutir 80 ou 90 propostas, pois bem, dessas oitenta ou noventa propostas 70% ou 80% delas foram aceites ou aceites de forma parcial, outras não foram aceites. -----

E, portanto, neste momento, a proposta que nós hoje trazemos aqui, queria que tivessem a certeza absoluta, foi a proposta trabalhada, discutida e participada e podia dizer, por exemplo, que na área da Reserva Ecológica nós tivemos nove ou dez propostas diferentes que nós apresentamos, sempre no intuito de podermos acautelar algumas das muitas situações que nós entendíamos que era possível e que era necessário acautelar. Pois bem, muitas destas situações, e se os senhores membros desta Assembleia Municipal tiverem curiosidade, podemos consultar as Atas das reuniões e podemos identificar e conhecer em concreto quais foram as muitas situações que foram focadas e que foram focadas porque, em muitos casos, a discussão aconteceu casa a casa e rua a rua, mas é verdade, hoje com os instrumentos que existem, com a capacidade que todas as entidades têm de terem fotografias aéreas sobre o território, foi possível, eles próprios, muitas vezes, conheciam o estado da edificação melhor que nós, porque já tinham feito essa avaliação. Portanto, essa discussão foi feita, foi uma discussão intensa e queria que tivessem a certeza absoluta que é uma proposta muito trabalhada, não alcançando os objetivos que nós gostaríamos, sobretudo, nalgumas Freguesias, nalgumas localidades em que gostaríamos que os perímetros fossem melhores. Mas, ainda assim queria dizer-vos que os perímetros que hoje estão incluídos nesta proposta, eles são mais generosos do que foram aqueles que foram discutidos no tempo do PSD em 2014 e 2015. -----

E por último, queria deixar aqui uma pequena interpelação, foi algo que me foi dito e naturalmente dizê-lo aqui, disseram-me que a revisão do PDM estaria pronta em 2016 no final de 2016 e que, o então Presidente da Câmara, só não a submeteu aos Órgãos do Município, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, porque teve medo das reações em termos eleitorais, gostava que pudessem responder a esta pergunta? -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Obrigado, senhor Presidente na sua pessoa renovo os cumprimentos antes apresentados e “**Relativamente ao ponto 6 da ordem do dia “REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL do MUNICÍPIO DE CHAVES”**”, vem o **GMPSD-CHAVES** dizer o seguinte: -----

O Plano Diretor Municipal (PDM) é um dos instrumentos mais importantes no ordenamento do território de um concelho. Ele é responsável por orientar o crescimento, desenvolvimento e sustentabilidade de uma determinada área, além de definir o uso do solo e as estratégias para o futuro. O Plano Diretor Municipal não é apenas um documento técnico, mas um reflexo das intenções políticas e sociais para o desenvolvimento do território, e a sua elaboração deve ser pautada por um processo democrático, transparente e eficiente. No entanto, o que se tem verificado no contexto do concelho de Chaves é uma série de falhas que comprometem não só a qualidade do planeamento, mas também a própria credibilidade das instituições envolvidas. -----

A Câmara Municipal, que tem a responsabilidade de gerir o processo de elaboração do PDM, falhou flagrantemente em vários aspetos essenciais, comprometendo a eficácia e a transparência do processo. O primeiro grande erro cometido foi o não cumprimento dos prazos estabelecidos para a elaboração do plano. Atrasos sucessivos, sem justificações claras ou comunicação eficaz, geraram uma sensação de desorganização e desleixo, afetando diretamente o ritmo do desenvolvimento do concelho. O PDM é um instrumento fundamental para a definição de políticas públicas e a orientação do desenvolvimento urbano e rural, e o fato de não ter sido finalizado dentro do prazo prejudicou os vários setores da sociedade que dependem da sua definição para orientar os seus projetos e ações. -----



Dizer ainda que, se não tivesse sido, recentemente, alterado o quadro legal, em vigor (DL 80/2015) o município de Chaves estaria exposto a sanções financeiras graves, para a autarquia, muito concretamente: inibição de apresentação de candidaturas a fundos externos (nacionais e comunitários). O município passou a estar sujeito a sanções de natureza urbanística, muito concretamente, à suspensão do plano em algumas zonas do território concelhio, paralisando os licenciamentos urbanísticos. ----- Além do incumprimento dos prazos, outro erro grave foi a redução das áreas urbanizáveis previstas no plano. O PDM é um instrumento que deve refletir as necessidades reais de crescimento urbano e os desafios que surgem com o aumento populacional e as transformações económicas e sociais. No entanto, ao reduzir as zonas urbanizáveis, a Câmara Municipal limitou o espaço disponível para novos empreendimentos, seja na construção de habitação, áreas comerciais ou infraestruturas públicas. Tal atitude pode ser vista como uma tentativa de controlar o crescimento de forma excessivamente restritiva, mas, em última instância, pode resultar num estrangulamento do desenvolvimento do concelho, pois não se antecipa a longo prazo as necessidades de expansão da cidade e da região. ----- Ademais, a redução das áreas urbanizáveis no espaço rural revela uma falta de compreensão do próprio território e das suas dinâmicas. As áreas rurais têm um enorme potencial de desenvolvimento, seja em termos de infraestruturas, turismo, agricultura ou energias renováveis. ----- A restrição dessas zonas a apenas atividades agrícolas ou de preservação ambiental vai limitar o desenvolvimento de alternativas mais sustentáveis e inovadoras, que poderiam gerar emprego e diversificar a economia local. Além disso, o desconsiderar da realidade local, ao não considerar as pré-existências não legalizadas que existem no concelho, demonstra uma falta de respeito pelas necessidades das populações que há anos vivem em condições irregulares. ----- Essas pré-existências, fruto de um processo histórico de crescimento desordenado, foram ignoradas, o que representa uma falha grave na tentativa de regularizar situações que têm um impacto direto na vida das pessoas. ----- A falta de envolvimento das Juntas de Freguesia no processo de elaboração do PDM é outro ponto crítico a ser destacado. As Juntas de Freguesia são as entidades mais próximas da população e conhecem a fundo as particularidades do território que representam. No entanto, o processo de consulta e envolvimento das Juntas de Freguesia foi, no melhor dos casos, superficial e, no pior, inexistente. A ausência de um diálogo claro e de uma verdadeira colaboração com as Juntas de Freguesia resulta numa falha de articulação entre as diversas camadas da administração local e um desprezo pelo conhecimento local, que é essencial para a elaboração de um plano que realmente atenda às necessidades da população. ----- O impacto dessa falha na participação foi claramente evidenciado no elevado número de participações durante o período de discussão pública. O número de manifestações de descontentamento das pessoas, sejam elas cidadãos, técnicos ou empresários, é um claro reflexo do descontentamento generalizado face ao processo de elaboração do PDM. ----- A falta de uma consulta pública efetiva e a limitação do tempo disponível para o debate público restringiram a oportunidade das partes interessadas de se expressarem de maneira adequada e de contribuírem para a construção de um plano mais equilibrado e ajustado à realidade do concelho. ----- A enorme quantidade de participações na consulta pública é um indicador claro de que o plano não está em sintonia com as expectativas da população e com as realidades económicas e sociais do território. Técnicos de urbanismo, empresários e cidadãos não se reconhecem no PDM que agora se pretende aprovar à pressa, o que demonstra que houve falhas na identificação e análise das necessidades da comunidade. ----- O descontentamento foi generalizado e os pontos de conflito surgiram em várias frentes: o uso do solo, a acessibilidade, a qualidade das infraestruturas, o desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental. ---- A falta de uma visão holística e de um planeamento de longo prazo resultou num PDM que não conseguiu responder às aspirações da população. ----- Outro aspeto fundamental que precisa ser abordado é a falta de uma projeção clara para o futuro do concelho. O Plano Diretor Municipal deveria ser uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e o progresso do território. No entanto, ele falhou em oferecer uma visão inovadora e integrada de desenvolvimento. A ausência de um plano de futuro que preveja o crescimento demográfico, a evolução das necessidades económicas, as transformações nas infraestruturas e a adaptação às



mudanças climáticas demonstra uma falha grave na responsabilidade da Câmara Municipal em liderar um processo visionário de ordenamento territorial. -----

EM SUMA, o processo de revisão/elaboração do PDM revelou falhas graves e comprometeu a qualidade do planeamento urbano e rural no concelho. -----

O não cumprimento dos prazos (o executivo socialista teve mais de sete anos para rever o PDM e mesmo assim não conseguiu cumprir o prazo, legalmente, estabelecido para o efeito, ou seja, 31 de dezembro de 2024), a redução das áreas urbanizáveis, o desrespeito pelas pré-existências não legalizadas, a falta de envolvimento das Juntas de Freguesia, o descontentamento generalizado da população e o fracasso na definição de um plano de futuro robusto são aspetos que devem ser criticados com veemência. -----

O PDM deveria ser um instrumento de transformação e desenvolvimento, mas acabou por revelar-se mais uma **demonstração de ineficiência e falta de visão**. -----

O processo de elaboração deste plano não garante transparência, participação e, acima de tudo, um **compromisso real com as necessidades e expectativas da comunidade flaviense**. -----

URGE neste processo uma rápida avaliação e revisão do PDM. -----

Dar-lhe uma visão não burocrática e ou normativa, mas sim, uma visão operacional, assistida de desenho urbano, e com claros critérios de justiça, na distribuição dos encargos e dos benefícios emergentes do próprio plano, combatendo, na medida do possível, o flagelo da especulação urbana. -----

Este executivo Municipal deve refletir sobre os erros cometidos e corrigir o curso de ação, envolvendo a população e as partes interessadas no processo decisório e garantindo que o plano seja verdadeiramente representativo do território e das suas aspirações. -----

Caso contrário, o concelho irá estar a hipotecar o seu futuro, comprometendo o bem-estar da sua população e a sua capacidade de se desenvolver de forma equilibrada e sustentável. -----

Face ao exposto e tal como nos é apresentada a presente proposta, não resta outra alternativa ao

GMPSD, senão VOTAR CONTRA a presente revisão do PDM que revela Desatenção aos Prazos, Falta de Planeamento e Desconsideração pela Realidade Local.” -----

Disse. -----

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, distintos membros desta Assembleia, público aqui presente, comunicação social e estrutura de apoio. Há muito tempo que eu não via tanta desfaçatez junta, sinceramente, tanta desfaçatez e tanto desalinhamento com a realidade, pois bem, vamos então analisar aquilo que foi o argumentário aqui apresentado. Foi este Executivo Municipal que não cumpriu prazos e não cumpriu prazos de trinta dias, ou seja, nós não cumprimos o prazo desde o dia 31/12/2024 até ao dia 12/02/2025, foi este o incumprimento do prazo, já falaremos sobre as razões do incumprimento do prazo e compara-o com 17 anos de incumprimento! É preciso ter desfaçatez! E já percebemos que leem todos muito bem! Já percebemos todos que leem muito bem! Mas também se percebe claramente que não leram o documento. Não quiseram saber. Não quiseram conhecer. Não leram nenhuma peça. Nenhum membro do PSD pediu para consultar o PDM, para ler o relatório ambiental, para lerem as plantas, para analisar os textos, tudo o que foi feito aqui, é tudo falácia! Não leram um único documento e não têm uma única proposta! Vocês ouviram alguma proposta?! Alguma proposta de correção de um perímetro?! Alguma proposta de correção de uma área que devesse ser classificada de acordo com os critérios normativos que tão bem invocam?! E de acordo com os critérios definidos a nível Nacional da Política Pública do Ordenamento do Território e em função da aplicação desses critérios o que é que devia ser diferente no PDM para vocês votarem a favor?! O que é que nesta proposta de Revisão do PDM deveria ser alterado para que efetivamente merecesse o voto a favor do PSD?! Pergunto?! Onde?! Em São Vicente?! Em Nogueira da Montanha?! Em Soutelinho?! Em Vidago?! Ou em Chaves?! Onde é que estão os erros graves?! A visão errada?! Quer dizer, um mês de atraso hipoteca o desenvolvimento e o crescimento e dezassete anos não hipotecaram?! Portanto, vossas excelências estão confortáveis com dezassete anos de paralisia, de incapacidade, de incompetência e estão agora todos preocupados com um mês de atraso! É estranho, são as coerências, as incoerências na política como na vida, não vale tudo, têm que ser coerentes, se



utilizam determinadas premissas, têm que saber tirar as respetivas conclusões e, não podem, na minha perspetiva, deixarem-se capturar por uma visão normativa de direito de alguém que quer impor uma solução e que durante o tempo que lá esteve não fez nada, não se deixem capturar, porque os resultados vão ser muito maus, não se deixem capturar, se querem fazer política, façam política em nome próprio e na primeira pessoa, porque senão, provavelmente, os resultados serão maus. Mas voltemos outra vez à Revisão do PDM. Pois bem, estavam a dizer que os riscos da Câmara Municipal eram gravíssimos, a não poder aceder a Fundos Comunitários, eu posso aqui afirmar que o Município de Chaves está entre aqueles que mais rapidamente diligenciaram o processo de Revisão do PDM, sim! Temos um mês e doze dias de atraso, é um facto, mas também já apresentámos as justificações necessárias para que isso tivesse acontecido, se o senhor Membro desta Assembleia Municipal tivesse estado atento ao que eu disse no enquadramento, não teria lido a palavra de outros, teria feito a sua afirmação, e vou dizer quais são, eu disse que nós aproveitámos as reclamações, as participações que foram apresentadas, as trezentas e quarenta e oito, mas não foram apenas trezentas e quarenta e oito pessoas que foram à Câmara, e não houve falta de transparência, pelo contrário, foi montado um gabinete com técnicos para dar explicação, para dar auxílio, para ajudar a fazer as participações, foram feitas muitas sessões públicas, não vi vossa excelência nessas sessões públicas, por exemplo! Eu não o vi! Nem vi nenhum membro do PSD lá, mas nas sessões públicas feitas com quem?! Com os Presidentes de Junta, com os técnicos, com os técnicos da Câmara, com a população em geral, eu não os vi lá! E, portanto, falta de transparência?! Falta de proximidade?! Falta de conhecimento de quem?! De quem está num gabinete e não está aqui e acha que conhece a realidade e conhece o Concelho, não conhece, não conhece mesmo! Eu conheço cada aldeia do nosso Concelho, cada realidade, sabe porquê?! Porque ando nesse território, porque vou lá, porque estou lá e não o faço por Google Maps ou outro tipo de instrumento, não! Falo com as pessoas, estou com elas. Eu assumo que nos atrasamos um mês, nós até podíamos ter cumprido, é verdade, se nós não tivéssemos querido “in extremis” tentar tudo o que fosse possível que estivesse ao nosso alcance e ao alcance dos nossos técnicos ser corrigido. E o que é que fizemos?! Nós quisemos junto das Entidades todas perceber se, efetivamente, a vontade das pessoas, de muita gente que nos contactou que gostaria e queria que determinada área fosse urbana. Mas, a verdade, é que a Reserva Agrícola, a Reserva Ecológica, o Perímetro de Proteção da Veiga de Chaves e, por nós, por mais que nós quiséssemos, por mais que nós propuséssemos, a verdade é que a decisão foi negativa e, portanto, não deixe passar aqui a ideia, nem na comunicação social, que a decisão é da Câmara porque não é!! A decisão da classificação desse tipo de solo não depende da Câmara e, portanto, não se engane, não se queira enganar as pessoas, quem classifica o solo como Reserva Agrícola, Reserva Ecológica quem classifica o solo como Perímetro Florestal, quem classifica o solo como Zona de Proteção à Veiga de Chaves, não é Câmara de Chaves, nem o seu Presidente! São essas Entidades e as muitas outras que eu já referi as tais trinta que eu falava e, isso é impossível de arredar, mas nós quisemos aproveitar dezembro para quê? Para garantir que sessenta ou setenta propostas de Reserva Agrícola, ainda pudessem ser acauteladas e foram-no, mas foram-no porquê?! Porque a Comissão da Reserva Agrícola, deferiu os pedidos porque se tivesse dito que não, era não. Mas também, quisemos fazer outra coisa os tais perímetros que vossa excelência fala, foram negociadas com os Presidentes de Junta, no tempo da gestão do PSD, eles foram melhorados e foram melhorados naquela proposta que apresentamos hoje na Revisão do PDM e quais foram os pressupostos? Os pressupostos foram simples, contiguidade parcelas ao lado daqueles perímetros definidos de acordo com os critérios da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, terem infraestruturas, não poderem ter naturalmente servidões e restrições de utilidade pública, mas nalguns casos ainda conseguimos que, a Comissão Agrícola pudesse contemplar aquelas áreas. E, portanto, dizer que nós não reduzimos as áreas urbanizáveis, as áreas urbanizáveis acabaram, acabaram com a Lei de 2014 ou 2015 que vossas excelências quando estavam no Governo deste município deviam ter feito a alteração ao PDM e não o fizeram porquê?! Por medo e porque é que não aprovaram a revisão do PDM, em 2016 que a tinham pronta?! Por medo eleitoral e, posso confidenciar aqui uma coisa. Foi dito numa reunião de discussão na Comissão de Coordenação que, efetivamente, a revisão do Plano Diretor Municipal estava pronta em 2016 e só não foi terminada e não foi levada aos Órgãos, porque o senhor Presidente, à data, teve receio dos resultados eleitorais. Isto é governar?! Sem dúvida que há desfaçatez e houve cobardia. -----



Mas vamos voltar ao início e, portanto, nós não cumprimos em dezembro, porque quisemos melhorar a proposta, e ainda bem que o fizemos, porque sessenta ou setenta participações puderam ser atendidas e alguns dos perímetros das Freguesias foram corrigidos. Enfim, é verdade que, por exemplo, temos aqui Freguesias que foram muito dinâmicas, e virem dizer aqui que não souberam, bem, os senhores Presidentes de Junta foram muito dinâmicos e sabiam bem o que queriam, só que em muitos casos não tiveram a aceitação das Entidades competentes, mas não foi da Câmara Municipal, porque as propostas fizeram-nas, eu vejo aqui nesta sala, por exemplo, o Presidente da Junta da União de Freguesias de Vidago, fez uma série de propostas, algumas atendidas, outras não, o senhor Presidente da Junta de São Pedro de Agostém também fez muitas propostas e outros que aqui estão nesta sala, fizeram-nas e nós apresentámo-las. Pois bem, a Câmara Municipal e o seu Presidente, contrariamente ao que se queria depreender da intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, não tem capacidade para classificar solo urbano, e qualificá-lo de forma isolada, isso não existe. Portanto, dizer que esta proposta que aqui está, é uma proposta em que eu gostaria muito que a dinâmica económica, que a dinâmica da edificação obrigasse a uma revisão, não no tempo ordinário, porque, como sabem, a nova legislação impõe que a revisão do PDM seja de cinco em cinco anos, mas eu gostaria muito de trazer aqui uma proposta de revisão que pudesse ser suportada e aprovada em função da dinâmica e da construção e pode ser já para o ano ou daqui a dois anos. Porque, quando nós falamos de instrumentos de gestão territorial dinâmica, e estamos apenas a centrar-nos no PDM, há outros instrumentos de Gestão Territorial de base Municipal e podemos lançá-los com certeza, por exemplo, uma lei que vossa excelência referiu, mas que, se calhar, era importante explicá-la, foi feita uma alteração há pouco tempo relativamente ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, essa lei passou na população que era uma lei que permitiria transformar solo rústico em solo urbano, atenção que isso é verdade! Só que tem um conjunto de condições! Primeiro não pode ter as tais servidões de que nós falávamos, não pode estar na reserva agrícola, não pode estar na reserva ecológica, não pode estar no perímetro de proteção da Veiga de Chaves, depois 80% da edificação nessa zona de expansão tem que ser construção pública, habitação pública, portanto, isto é preciso que se diga de forma verdadeira e que não se faça política com esta matéria. Não entendo como é que alguém que durante dezassete anos não fez a sua obrigação, ainda vem criticar aqui quem faz e por isso é que eu disse que é desfaçatez! É uma coisa estranha! E que venha dizer que nós comprometemos o processo e que violámos prazos, pois bem, nós temos uma violação de quarenta e dois dias e quem tem de dezassete anos, sente-se com legitimidade para criticar os outros. -----
Muito obrigado. -----

Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos, senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, membros desta Assembleia, ao público aqui presente, à comunicação social e também um cumprimento especial aos funcionários da autarquia. O que me traz aqui hoje, de facto, é um assunto muito importante para as nossas Freguesias e, quero começar por dizer e realçar a coragem que este executivo teve em trazer um documento importante para a Gestão Territorial das nossas Freguesias porque, passado estes anos todos e nós principalmente nós Presidentes de Junta que estamos habituados, a decidir e, a fazer coisas, não estamos habituados a deixar correr e gostamos que as coisas sejam resolvidas e, que ao mesmo tempo tenham sentido e que consigamos resolvê-las da melhor forma. É, certo, que a proposta que nos é apresentada relativamente à minha Freguesia cria aqui alguns constrangimentos e, algumas alterações muito significativas. É de realçar que ao longo deste processo acho que todos os Presidentes de Junta, se empenharam no sentido de poder dar os contributos necessários. -----

A União de Freguesias de Vidago, apresentou propostas, contributos, no sentido de podermos melhorar esta proposta final. Por isso, não podemos aceitar críticas que são feitas, relativamente, à nossa postura. Nós Presidentes de Junta, que estamos todos os dias junto da população, de certeza que fizemos de tudo e ajudamos para que esse contributo pudesse ser melhorado. Há um aspeto muito importante que temos que realçar, todos os mecanismos que o Município pôs ao dispor das Juntas de Freguesia e da população



em geral disponibilizando toda a informação necessária, para se poder dar contributos. Um agradecimento também aos Técnicos que de uma forma geral estiveram sempre disponíveis para nos ajudar a apresentar as nossas reclamações e contributo. Acho que foi um processo que seguiu o seu trajeto natural que foi fundamentado por nós no sentido de poder ser melhorado. Relativamente, à minha Freguesia em concreto apresentamos cerca de 30 propostas algumas delas pela Junta de Freguesia, outras por particulares que quiseram dar os seus contributos. Há aqui determinadas situações em que as instituições que têm que se pronunciar sobre esses espaços que antigamente eram urbanizáveis e agora deixaram de ser sofreram algumas alterações, nomeadamente de uma forma geral em todas as localidades da minha Freguesia. Falando de Vidago em concreto temos ali três zonas que me parecem que não deveriam ter sido alteradas a Avenida Sá Carneiro, a Rua Maria Emília Campilho, na Avenida 20 de julho, também tivemos ali situações em que estamos perante solos urbanizáveis e que deixaram de o ser estamos a falar no centro da Vila. Também, temos de falar nas nossas aldeias porque nomeadamente em Arcossó na Estrada Municipal 550 que liga Vidago a Arcossó houve uma alteração muito significativa, na Estrada e na Rua do Penedo do Lobo que liga a zona urbana de Arcossó à Ponte Seca, também deixa de estar dentro daquilo que antigamente se designava por perímetro urbano. Temos por exemplo na aldeia de Selhariz, na entrada, em Valverde, também, nalguns acessos por exemplo para Vilas Boas também foi excluído. -----

O espírito que eu entendo em parte, das Instituições que querem que aquelas zonas urbanas, centrais das nossas localidades sejam aproveitadas, no sentido de haver investimentos. Deparamo-nos no dia a dia com um problema, os proprietários das casas que estão nas zonas mais centrais e que estão devolutas, pensam que aqueles espaços, estão cobertos a ouro e é impossível aproveitar esse espaço. Termina, tinha mais algumas coisas para acrescentar, mas termino dizendo que este descontentamento em determinadas situações, julgo que é generalizado dos nossos Presidentes de Junta e claro que cada um irá votar no sentido daquilo que seja o melhor para as nossas Freguesias. Muito obrigado. -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

“Renovo os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e na sua pessoa considero cumprimentados os demais presentes, nesta Assembleia Municipal. -----

- Ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a proposta de revisão do PDM, pelo que um executivo socialista trazer a esta assembleia magna a presente proposta, é algo com que o grupo municipal do PS muito se congratula; -----

- O PDM, ainda em vigor, data de 1995, contando com 30 anos de existência, sendo evidentes as suas omissões e os seus anacronismos, pois ao longo destas 3 décadas não foi revisto, não foi atualizado, daí que a sua revisão constitua uma hercúlea tarefa que este executivo levou a cabo, e que merece a nossa sincera congratulação e louvor! -----

- É, pois, uma grande honra para todos nós, apreciar a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, depois de avaliado pela Câmara Municipal, no passado dia 30 de janeiro; -----

- Poucos temas são tão preponderantes e fundamentais para o desenvolvimento sustentado de um Concelho como o ordenamento do território; -----

- Exige-se um modelo de desenvolvimento territorial, que responda, hoje, às necessidades das futuras gerações, alicerçado no âmbito mais vasto do crescimento sustentável e do emprego, sabendo aproveitar os nossos recursos naturais e as nossas infraestruturas; -----

- O objetivo de estabelecer para o nosso território, opções estáveis, que criem condições para o investimento, para a competitividade e coesão, prosseguindo, o desígnio último, de proporcionar qualidade de vida a quem vive no nosso concelho, está presente e patente na revisão proposta; -----

- Devemos estar conscientes, sendo credíveis e verdadeiros, ao afirmar que o município tem pouco margem de decisão, estando sujeito às decisões e imposições de imensas entidades externas e terceiras, constituindo estas cerca de 40 organismos autónomos; -----

- Daí que o uso desta revisão como arma de arremesso político, nos pareça uma demagogia pegada, sem qualquer fundamento fáctico, entrando-se no campo da guerrilha política, tão arredia dos interesses dos cidadãos, e que visa apenas semear a insídia, a discórdia e acentuar a falta de formação, ou até de literacia territorial; -----



- Só a título de exemplo das dificuldades encontradas, refiro-me ao domínio dos diplomas legais que limitaram e limitam as opções do Município, pelo alcance que atingem no desenvolvimento do regime de uso do solo, salientando a REN, a RAN e os condicionalismos à edificação no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios; -----
- O facto deste executivo ter a coragem de levar a cabo esta revisão, dá bem conta do empenho, da determinação e da coragem que colocam na governação, pondo sempre em destaque os interesses do concelho e das pessoas que nele habitam, em detrimento dos interesses pessoais ou políticos; -----
- Meus senhores e minhas senhoras, temos de ser honestos e afirmar que uma revisão do PDM acarreta sempre muitas entropias, criando sempre alguma insatisfação, a qual é sempre oportunamente aproveitada pelas forças da oposição; -----
- Disse-me, um passarinho do mundo editorial, que em tempos, um dos executivos anteriores, em nada relacionado com o atual, ainda pensou em fazer uma proposta de revisão do PDM, mas acabou por recuar por ter medo e receio ... pois é ... de facto é necessária coragem, determinação e competência técnica, para levar a cabo esta hercúlea tarefa; -----
- Que o Plano hoje sujeito a aprovação, seja uma referência e um contributo para o desenvolvimento social e económico, e um fator de promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais do nosso concelho, pelo que o mesmo receberá o voto favorável da parte do grupo municipal do Partido Socialista.”
Muito obrigado. Tenho dito. -----

Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
Senhor Presidente, o orador que me antecedeu ao membro desta Assembleia, Dr. Rui Pinheiro do CDS - Partido Popular, peço desculpa agora do Partido Socialista, não vou responder à narrativa que aqui veio trazer, quero responder sim e trocar argumentos meramente no plano político, senhor Presidente meramente no plano político senhor Presidente, já o disse aqui e reafirmo publicamente tenho estima e consideração pela sua pessoa mas, no plano político discordamos como é natural e, sempre com o máximo de respeito. Permita-me, que lhe diga senhor Presidente da Câmara, de uma forma clara, de uma forma frontal, respeitosa mas com toda a clareza que, não compete ao PSD fazer o trabalho do Executivo Municipal, tal como o Partido Socialista nunca colaborou com os Executivos do Partido Social Democrata, também, nesta matéria nomeadamente quando o senhor Presidente estava à frente dos destinos do Partido Socialista. Senhor Presidente quanto ao facto do PSD, dever ter aprovado o PDM, em 2005 e, não o ter feito dizer-lhe que é hora de deixar de olhar para trás e olhar para a frente os flavienses já não aceitam que o Executivo continue a conduzir a viatura municipal pelo retrovisor, está na hora de olhar e, de conduzir preparar o futuro que está à nossa frente e, foi esse mandato que os flavienses lhe confiaram. Pensamos nós que já não é momento de continuar e quando lhe dá jeito dizer que os compromissos de 2017, já foram sufragados pelos flavienses, mas quando lhe dá jeito ir buscar os compromissos que o PSD, não cumpriu em 2001 ou 2005 ou 2009 e por aí afora. É verdade que o PDM que está em vigor é, o PDM que foi aprovado pela gestão Municipal Socialista em 1995 é verdade! E, portanto, o PSD, foi utilizando esse PDM, suspendendo e, adaptando as medidas que necessitou ao longo dos tempos de acordo com as suas necessidades é um facto! O senhor Presidente diz que não tem de falar do passado, que esse já foi escrutinado mas, repetidamente, volta a essa matéria eu gostaria de lhe dizer senhor Presidente só para terminar uma nota meramente política, que já se sabe que foi na altura da dupla sanção, a sanção financeira e a sanção urbanística, que foi aplicada num Governo do Partido Socialista, já que falou em governos do PSD, senhor Presidente para terminar nestes quase oito anos cerca de sete anos e meio, por estar no último ano do segundo mandato dizer que o Partido Socialista, ao fim deste tempo, perdeu uma oportunidade com esta revisão do PDM, perdeu essa oportunidade e, desculpa-se com o PSD. Na nossa opinião deve-se a duas situações ou a dois factos primeiro um não assumir de responsabilidades, o segundo a um assumir fracasso nesta matéria. -----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento dizendo que, de acordo com o Regimento, as Declarações de Voto serão entregues na Mesa até ao fim da respetiva reunião, mas que, necessariamente, serão anunciadas no final de cada votação. -----



Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, membros desta Assembleia Municipal, público aqui presente, comunicação social e naturalmente quem nos assiste em termos técnicos a esta sessão. Queria, em primeiro, dar uma nota pela intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Vidago, dizer que, de facto, a Freguesia fez um conjunto muito alargadíssimo de participações e de contributos e se a decisão se circunscrevesse ao Executivo Municipal a decisão seria simples, era mantê-las. Portanto, se nós pudéssemos manter todas as situações de periurbanas e de perirurais como terreno urbano, eles ficariam, mas isso não está na competência do Município e, portanto, muitas das situações que foram suscitadas em Vidago e noutros sítios, está agora classificada como Reserva Agrícola ou Reserva Ecológica Nacional. Portanto, nessas situações e, porventura, terá tido a oportunidade, não sei se já responderam às participações, não sei se os serviços já o fizeram, perceber o que é que nós fizemos relativamente a cada uma delas. Como disse há pouco, nós tivemos o cuidado de analisar reclamação a reclamação, participação a participação para quê?! Para que nós pudéssemos perceber, de acordo com o enquadramento legal, o que é que nós podíamos fazer e, porventura, não sei se foi o caso de Vidago ou não, ainda conseguimos na reserva agrícola melhorar as propostas, isso resultou de uma aceitação por parte da Comissão da Reserva Agrícola Nacional. Queria reiterar, reafirmar que essa classificação do solo por essas entidades não pode ser afastado nem por decisão da Câmara Municipal, nem por decisão desta Assembleia Municipal, se, porventura, algum dos membros deste Órgão imaginou que trazia aqui uma proposta de alteração ao PDM, e dizia, não, vão-me desculpar, mas eu quero que este Órgão vote que tudo o que era área urbanizável deve ficar como área urbana e nós votávamos a favor, todos nós, não, apenas os senhores membros, porque eu não voto neste Órgão, sabem qual era a consequência?! Nulidade do plano, portanto, eu acho que o que nós temos que fazer neste processo, é tendo identificado e bem essas situações, e foram muitas em cada uma das Freguesias, o que nós temos que fazer na, nossa perspetiva, bem, neste preciso momento essas situações não puderam ser acauteladas e não puderam ficar como área urbana, vamos depois estar atentos para que se for possível com alguma alteração que se diz que venha a acontecer na lei dos solos e que venha alterar a lei dos solos, e se houver condições para alterar essa classificação, nós não vamos esperar dezassete anos, nem dois, nem cinco, nós daremos início imediatamente a um processo de revisão do PDM, porque a lei não nos inibe de fazer um novo processo de revisão do PDM com menos de cinco anos, temos é que ter justificação e a justificação para isso qual pode ser? Pode ser a alteração normativa, veremos o que é que a nova lei dos solos se for aprovada, vai dizer ou em função daquilo que possa ser a dinâmica económica e industrial que possa acontecer em cada uma das nossas Freguesias, porque se nós tivermos fundamentos para iniciar esse processo, nós vamos iniciá-lo apesar de o processo ser como já perceberam, complexo e moroso, com um universo de entidades muito significativo. Portanto, duas coisas são absolutamente certas, nós temos que rever o PDM, isso é absolutamente certo, não pode ser de outra maneira e já devia ter sido feito até dia 31/12/2024, não foi feito apenas porque nós quisemos esgotar todas as possibilidades de melhorar a proposta de revisão do PDM e apresentámos essa justificação a quem?! À Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte para quê?! Para que nós possamos demonstrar com evidências que nós fizemos tudo para cumprir, para que não tenhamos nenhuma sanção, designadamente, aquela que foi aqui há pouco aduzida que tem a ver com a inibição de não poder aceder a Fundos Comunitários, eu estou certo, que essa questão não aconteceu, nem vai acontecer, porque há dezenas e dezenas de Municípios que estão muitíssimo mais atrasados que o Município de Chaves. -----

Depois, dizer o seguinte, que as propostas que estão nesta revisão do PDM, elas estão de acordo com a lei e, portanto, nós se quiséssemos, nós, e quando digo nós, digo serviços Técnicos, Estrutura de Apoio a Técnicos, Executivo Municipal ter uma proposta diferente daquela que foi a resultante dos pareceres vinculativos das trinta Entidades, não seríamos bem sucedidos e não conseguiríamos aprovar a Revisão do PDM. Portanto, a minha opinião é que nós devemos aprovar esta proposta de Revisão do PDM e devemos olhar para ela já para o futuro para podermos perceber se nós teremos condições para a melhorar no futuro, designadamente como?! -----

E, portanto, é isso que queria dizer ao Presidente da União de Freguesias de Vidago e, na sua pessoa, é naturalmente uma opinião que expressei para as outras trinta e oito Freguesias, porque a opinião é a



mesma, eu sei bem que vocês têm a título próprio ou por representarem terceiros situações em que gostariam, desejariam que fosse diferente, também eu, mas o Presidente da Câmara ainda não tem competência para alterar nem RANES, nem RENES, alguns que tentaram, foram acusados de crime. Portanto, eu não tenho competência para alterar nem Reservas Agrícolas, nem Reservas Ecológicas, nem perímetros, nem alterar servidões administrativas, nem restrições de utilidade pública, como não temos essa competência, temos que nos conformar àquelas regras. Por outro lado, dizer-vos também que todos os proprietários e todos aqueles que têm terrenos nessas zonas confinantes com áreas ou perímetros urbanos, a expectativa é que algum dia possam ser terrenos urbanos e, portanto se, de facto, a dinâmica e aquilo que é o natural das coisas, for de crescimento, quem tem terrenos perto dos limites de perímetros urbanos, continua a ter um ativo importante que não deve alienar, na minha opinião, eu não o faria, com certeza, enfim, mas isso já estou a falar por terceiros e não é a minha intenção. Depois, queria, agora sim, abordar mais detidamente a intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, não vou andar aqui com trocas, se era CDS, se é PSD, se é Iniciativa Liberal eu sei que o PSD anda ativamente a tentar fazer uma coligação autárquica entre o CDS e a Iniciativa Liberal, que sejam bem sucedidos, porque às vezes o somatório é subtração, mas veremos se isso não será no caso, logo se verá, os resultados finais assim o dirão, mas eu não vou estragar nada desse processo que anda no intuito de poderem juntar o CDS e a Iniciativa Liberal. Mas queria dizer sobre isto o seguinte: nós não queríamos que o PSD fizesse o trabalho do PS, não, nunca foi assim no passado, nem é no presente e já demos notas que a mudança aconteceu, eu não queria repetir-me do que disse há pouco, na área do acolhimento empresarial, na área financeira, no ensino superior, na Saúde, nas Termas, no Turismo, no crescimento económico, enfim, eu não sei qual é o parâmetro em que nós não tenhamos crescido, mas estou disponível para que vossas excelências me digam, na dívida não crescemos com certeza! E, portanto, estamos disponíveis para isso e dizer que, este processo de revisão do PDM não vai condicionar, obstaculizar, dificultar o crescimento económico! Pois bem, eu devo dizer-vos uma coisa, é exatamente este PDM, esta revisão do PDM que vai permitir um investimento de milhões de euros na zona industrial! É exatamente esta revisão do PDM que vai permitir que uma empresa que se chama CORTIZO faça um investimento, um investimento privado na área industrial maior do que alguma vez aconteceu em Chaves, foi promovida pelo PSD? Claro, foi o PSD que captou a empresa e que a trouxe para aqui, sim senhora, e que comprou cerca de 300 mil metros quadrados, foi? Não, esta decisão é mérito, sobretudo, deles próprios, porque adquiriram 280 mil metros quadrados, porque têm um projeto, têm uma iniciativa e têm uma decisão. Pois bem, eu vou ter que lhe dizer na próxima reunião que afinal o mérito é do PSD, não é deles! Sim, dir-lho-ei com certeza! Mas estava eu a dizer ainda que este processo de revisão do PDM, tinha constrangimentos, tem dificuldades e elas são sentidas sobretudo onde? Sobretudo na margem esquerda do Rio Tâmega, toda aquela zona da Veiga tem muitas restrições, vamos ter situações em muitas Freguesias em que antes não era Reserva Agrícola, agora é Reserva Agrícola numa lógica que nos foi apresentada, eu não estou a dizer se concordo, se não concordo, o que nos disseram foi, então se nós temos que ter um setor agrícola estratégico e não defendermos as zonas com potencial agrícola, vamos produzir onde? E, portanto, acreditem que, de facto, as discussões foram muito intensas e na maioria dos casos não conseguimos convencê-los e utilizámos argumentário, se calhar, muito mais extenso do que aquele que foi apresentado aqui hoje pelo PSD. Mas nós não esperamos que o PSD faça o nosso trabalho, porque se não arriscaríamos a que fosse mal feito e nós queremos fazer um trabalho bem feito, é esse o nosso pressuposto, é essa a nossa ambição, é isso que nós queremos fazer. Depois, dizer o seguinte, nós não estamos a olhar para o futuro, nós estamos no futuro, e estamos no futuro porquê? Nós não estamos a tentar descortinar o futuro, para onde é que é o caminho, não nós sabemos qual é o caminho, enunciarmo-lo, as nossas prioridades estratégicas estão bem definidas e elas podem ser aqui outra vez enunciadas para que não fiquem dúvidas na cabeça de ninguém, para nós a área da qualificação e do conhecimento é estratégico, é vital e a esse nível o PSD falhou, falhou redondamente. Nós queremos afirmar o quê? O Ensino Superior Público e o Ensino Privado nós queremos afirmá-lo, queremos também afirmar o quê? Queremos afirmar a parte da Investigação, porque acreditamos muito que é pela investigação que nós podemos acrescentar valor aos nossos produtos locais, seja nas Termas, seja na área Agrícola, seja dos Produtos Alimentares e nós não queremos apenas um Centro de Investigação como o Aquae Valor, queremos mais um para instalar em Vidago, um Centro de Investigação ligado à Agricultura Biológica, é isso que estamos a trabalhar, é para



aí que queremos caminhar, eu acredito que vamos lá chegar, mas queremos também ter um Campus, um Campus onde tenha uma Escola, onde tenha um Centro de Investigação, onde tenha um espaço de trabalho com as empresas, mas também queremos, ao mesmo tempo, que a Escola Profissional cresça, se afirme e que continue a formar quadros importantes, queremos que essa ligação seja maior e crescente com o IPB, mas queremos também o quê? Que as nossas Escolas de todos os níveis de ensino façam um trabalho importantíssimo, porque acreditamos mesmo que é pela educação, é pelo conhecimento que nós transformamos vidas e também, transformamos territórios, é por aí que queremos continuar a seguir, primeira premissa do desenvolvimento e do crescimento, primeira visão estratégica esta, mas queremos fazer outra coisa importante, queremos que Chaves tenha um papel importante na indústria, porque acreditamos muito que é tendo uma estrutura económica diversificada, com diferentes áreas que vão desde o Turismo, ao Termalismo, ao Comércio, à Indústria, ao Ensino Superior, à Agricultura e à Floresta que nós somos mais resilientes, mais capazes e mais preparados para qualquer coisa no futuro. E, portanto, estamos muito motivados na questão da indústria, curiosamente eu não vi aqui nenhum membro do PSD perguntar se afinal os tais postos de trabalho estão conseguidos? E se, afinal, o investimento na área da Indústria está conseguido? Têm dúvidas ainda, parece que não. E, portanto, segunda prioridade, falava antes da qualificação do Ensino Superior e falei agora da Indústria, mas para nós é importante o Turismo, e nesse vetor o Termalismo é muito importante, por isso é que estamos a qualificar uma oferta tão importante, e por isso é que no ano de 2023/2024 tivemos mais de treze mil aquistas que frequentaram os nossos balneários e queremos dar relevância não apenas ao Balneário de Chaves, mas também ao de Vidago que ainda não está no ponto em que nós gostaríamos, mas isso é um processo bastante mais difícil, porque nasceu mal, foi mal concebido. Como é que se pode criar uma oferta termal quando não se tem a água? Queria dizer mais, esta é a nossa visão estratégica, este é o nosso futuro, ele é conhecido e não é qualquer processo de revisão do PDM que nos vai toldar o espírito, que nos vai adulterar a visão, nós sabemos bem para onde é que queremos ir e só anda perdido quem não sabe para onde é que quer ir. Muito obrigado. -----

Colocada à votação, a proposta consubstanciada na revisão do Plano Diretor Municipal de Chaves, com todo o seu conteúdo material e documental integral, foi aprovada por maioria, com quarenta e sete votos a favor, dezoito votos contra e três abstenções. -----

Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras. -----

Declaração de voto -----

“No período de discussão pública do Plano Diretor Municipal de Chaves, a minha Freguesia apresentou várias propostas e contributos que permitissem melhor o documento final de revisão do PDM, mas as diversas entidades que tiveram intervenção neste processo foram muito intransigentes nas alterações propostas, nomeadamente a REN, RAN, ICNF, entre outras, resultando no final do processo num encolher do perímetro de construção na minha Freguesia. Numa altura em que as Freguesias do interior se debatem com o problema da desertificação, a aprovação destas restrições nas nossas Freguesias, vai acentuar ainda mais a enorme dificuldade de fixar população. Nos aglomerados habitacionais, existem muitas habitações em ruínas ou em mau estado de conservação, que poderiam ser adquiridas para posteriormente serem requalificadas, mas os seus proprietários pedem muito dinheiro no momento de vender e as pessoas que querem fixar a sua residência nas nossas Freguesias não tem capacidade económica para as adquirir. Existem situações de acordos de partilhas entre vários herdeiros, em que na altura da divisão dos bens, foi atribuído um determinado valor por um artigo que estava dentro do perímetro de construção e com revisão do PDM o solo passou por exemplo para reserva agrícola Nacional, desvalorizando o valor económico daquele terreno. A alteração do PDM já se arrastava desde 1995 e é de enaltecer a coragem do atual Executivo Municipal em concluir este processo e acredito que grande parte das alterações foram impostas pelas diversas entidades que tiveram de intervir neste processo, mas como Presidente da Freguesia de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paranheiras) acho que a proposta final não vai de encontro aos interesses dos meus fregueses e por isso ter votado contra.” -----

Pedro Miguel Rodrigues Fernandes, Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde da Raia. -----



Declaração de voto -----

“No período de discussão pública do Plano Diretor Municipal de Chaves, a minha Freguesia apresentou várias propostas e contributos que permitissem melhorar o documento final de revisão do PDM, muitas dessas propostas foram feitas para ruas em quais o executivo a que presido com grande esforço e gestão rigorosa investiu muito para dotá-las de infraestruturas necessárias ao bem estar da nossa população e consequentemente ao alargamento do referido PDM, nomeadamente conduta de água e saneamento bem como a pavimentação das mesmas. No entanto as diversas entidades que tiveram intervenção neste processo foram muito intransigentes no acolhimento das alterações propostas, nomeadamente a APA, ICNF, RAN, REN, entre outras, resultando no final do processo num encolher do perímetro de construção na freguesia de Vila Verde da Raia. Numa altura em que as freguesias do interior se debatem com o problema da desertificação, a aprovação destas restrições nas nossas Freguesias, vai acentuar ainda mais a enorme dificuldade em fixar população, pois este encolher do perímetro vai fazer com que haja um incremento nos preços dos terrenos, o que vai dificultar ainda mais a referida fixação. A alteração do PDM já se arrastava desde 1995 e estava rodeada de muitas expetativas, que acabaram por sair goradas na maior parte dos casos, pese embora os esforços do Executivo Municipal em concluir e levar a bom porto este processo e apesar de acreditar que grande parte das alterações foram impostas pelas diversas entidades intervenientes nesta revisão, não podia em consciência e por uma questão de coerência como Presidente da Freguesia de Vila Verde da Raia votar favoravelmente esta proposta final por entender que não vai de encontro aos interesses dos meus fregueses, razão pela qual votei contra a aprovação deste PDM.” -----

Carlos Manuel da Cruz Chaves, Presidente da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha. -----

Declaração de voto -----

“No período de discussão pública do Plano Diretor Municipal de Chaves, a minha Freguesia apresentou várias propostas e contributos que permitissem melhorar o documento final de revisão do PDM, mas as diversas entidades que tiveram intervenção neste processo foram muito intransigentes nas alterações propostas, nomeadamente a REN, RAN, ICNF, entre outras, resultando no final do processo num encolher do perímetro de construção na minha Freguesia. Numa altura em que as Freguesias do interior se debatem com o problema da desertificação, a aprovação destas restrições nas nossas Freguesias, vai acentuar ainda mais a enorme dificuldade de fixar população. A alteração do PDM já se arrastava desde 1995 e é de enaltecer a coragem do atual Executivo Municipal em concluir este processo e acredito que grande parte das alterações foram impostas pelas diversas entidades que tiveram de intervir neste processo, mas como Presidente da União de Freguesias de Soutelo e Seara Velha acho que a proposta final não vai de encontro aos interesses dos meus fregueses e por isso ter votado contra.” -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo e Seara Velha -----

Carlos Manuel da Cruz Chaves” -----

Júlio Manuel Abambres Carneiro, Presidente de Junta de Freguesia de Vale de Anta. -----

Declaração de Voto -----

No período de discussão pública do Plano Diretor Municipal de Chaves, a Junta de Freguesia de Vale de Anta apresentou várias propostas e contributos que permitissem melhor o documento final de revisão do PDM, mas as diversas entidades que tiveram intervenção neste processo foram muito intransigentes nas alterações propostas, nomeadamente a REN, RAN, ICNF, CMC, entre outras, resultando no final do processo num encolher do perímetro de construção na Freguesia de Vale de Anta. -----

Numa altura em que as Freguesias do interior se debatem com o problema da desertificação, a aprovação destas restrições nas nossas Freguesias, vai acentuar ainda mais a enorme dificuldade de fixar população. -----

Existem situações em que os arruamentos apresentam as infraestruturas básicas e passaram para fora do perímetro de construção. Existem outras situações em que os acordos de partilhas entre vários herdeiros, em que na altura da divisão dos bens, foi atribuído um determinado valor por um artigo que estava dentro do perímetro de construção e com revisão do PDM o solo passou para fora do perímetro de construção, desvalorizando o valor económico daquele terreno. -----



A Junta de Freguesia de Vale de Anta, achou que a proposta final não vai de encontro aos interesses dos fregueses e por isso votamos contra. -----

Sendo treze horas e quarenta e cinco minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram, entretanto, retomados às quinze horas e trinta minutos. -----

PONTO 7 – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO DE APOIO ÀS FREGUESIAS, POR PARTE DO MUNICÍPIO DE CHAVES, EM VISTA AO APOIO NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS | APROVAÇÃO DE MATRIZ DE PROTOCOLO DISCIPLINADOR DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES SIGNATÁRIAS. PROPOSTA N.º 11/GAPV/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Boa tarde, cumprimentar naturalmente o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, a senhora e o senhor Secretários, os senhores Vereadores, os senhores Membros desta Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o pessoal de apoio que é imprescindível para o nosso trabalho, de facto, é uma grata satisfação poder apresentar esta proposta. Do que nós estamos a falar nesta proposta em concreto, é deste processo colaborativo e de compromisso que temos assumido com as Freguesias do Concelho desde 2018, portanto, é já a oitava proposta que eu tenho o prazer de apresentar, de poder partilhar com vossas excelências aquilo que tem sido a motivação e os fundamentos em que se estribam esta proposta. Desde o princípio que nós expressamos aquilo que é uma realidade manifesta, que é a insuficiência de recursos financeiros que as nossas Freguesias têm, esse é, de facto, algo indesmentível, nós sabemos que as nossas Freguesias, para o conjunto das competências que têm, tem manifestamente insuficientes recursos financeiros, tem ainda menos recursos humanos e tem ainda menos recursos técnicos e de outra natureza operativa. E, portanto, conhecendo essa realidade e sabendo bem isso, sabendo bem essas dificuldades e entendendo que são Autarquias como são os Municípios, entendemos desde o princípio fazer um esforço de cooperação financeira para que as Freguesias todas, as nossas trinta e nove Freguesias possam prosseguir com aquilo que são a consecução dos seus projetos e a consecução daquilo que são os compromissos que foram assumindo com os respetivos fregueses. Queria recordar, sobre este propósito, que logo em 2018 o que foi dito nesta Assembleia Municipal por mim, é que ano após ano, nós iríamos reforçar os apoios financeiros para as Freguesias. Penso que volvidos oito anos nós, podemos dizer que a prova foi cumprida, que este compromisso foi satisfeito, mais, e dizer que isto tem sido feito com a consciência da boa utilização e da grande utilidade que estes apoios têm para as Freguesias e continuar a dizer que que sei que estes apoios ainda continuam a ser insuficientes para a prossecução de todas as competências que estão no âmbito das respetivas Freguesias. Mas, também é verdade que esta proposta que agora apresentamos e que melhora a proposta de 2024, tem sempre uma lógica de sustentabilidade financeira e de equilíbrio. Hoje, este apoio financeiro para as Freguesias já supera um milhão de euros, um pouco acima de um milhão de euros. Queria, sobre isto, recordar que nos Executivos que eu liderei, não houve um único ano em que nós não tivéssemos deixado de apoiar as Freguesias, não houve um único ano! Nós nunca concentrámos os apoios financeiros em ano de eleições! Nós nunca concentrámos em ano de eleições, por exemplo, em 2021 e agora em 2025 tivemos sempre, sempre a mesma constância, e a constância qual foi? Reforçar paulatinamente esse apoio. Pois bem, é exatamente isso que fazemos nesta proposta e o que nós propomos é o incremento de 5%, para aquilo que foi o valor do ano de 2024, e isto vai naturalmente permitir que ainda no ano em curso, ou seja, no ano de eleições, mas para que todos os Presidentes possam fazer os projetos que tinham ambicionado. Portanto, nós fizemos o ano passado em 2024, trouxemos a esta Assembleia Municipal a proposta de transferência de concessão de apoio financeiro às Freguesias em fevereiro de 2024 e também trazemos em fevereiro de 2025, e o propósito é claro, é para que os senhores e as senhoras Presidentes de Junta possam, querendo, garantir que os protocolos sejam celebrados o mais rapidamente possível e que logo na data da sua outorga possam receber 50% do respetivo valor do protocolo e depois possam no mês de junho ou julho receber o remanescente. -----

Portanto, é esse o compromisso que aqui fica expresso no pressuposto que todos sem exceção independentemente da sua cor política, porque o que nós achamos, é que cada um de vocês tem



compromissos que certamente quererão honrar, e não vai ser por causa da Câmara Municipal que vão deixar de o fazer. Por isso, aqui fica esta proposta que me dá, com já disse no princípio, uma enormíssima satisfação, porque ao mesmo tempo que aumentamos o apoio financeiro para competências próprias, transferimos, não fechámos, há duas Freguesias que ainda estão por fechar na transferência de competências, essa transferência de competências não contendeu, não diminuiu como alguns suspeitariam ou teriam medo que acontecesse o valor do apoio financeiro para as Freguesias. Por conseguinte, nós acreditamos muito nas Freguesias e, portanto, esta é a evidência dos que acreditam nas Freguesias, outros dizem que acreditam, mas depois não são consequentes. Muito obrigado. -----
Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----

Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
*“Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, presidentes de junta, membros eleitos, funcionários de apoio, comunicação social e demais publico presente. -----
As nossas juntas de freguesia são o órgão com maior proximidade aos seus cidadãos e territórios, são elas que conhecem as maiores necessidades do nosso concelho, são também elas na pessoa dos seus presidentes que todos os dias são confrontados pelos nossos concidadãos com necessidades de todo o género: é a água que não chega, é o sinal de trânsito que caiu, é a estrada que precisa de arranjo, é aquele problema que não deveria existir, mas existe! -----
E este apoio, é importantíssimo para que as nossas juntas de freguesia, os nossos presidentes de junta, possam, de ano para ano, continuar a definir e promover aqueles projetos que salvaguardem os interesses das respetivas populações e seus territórios. -----
A proposta aqui hoje apresentada e levada a nosso escrutínio, estou convicto que deverá ser aprovada por unanimidade pois estamos a falar do aumento de 5% em relação ao apoio de 2024. -----
Em termos de números são mais 50.000€ em relação ao ano anterior, mas se quisermos comparar com o ano de 2017 quando o executivo era liderado por outro partido político temos um incremento de 400.000€. -----
Podemos dizer que o apoio vai no sentido certo, talvez, não com a expressão que desejaríamos, mas é aquele com que o município se pode comprometer. -----
Já lá vai o tempo em que até se faziam protocolos, mas que não se honravam os compromissos e não se chegava a transferir o dinheiro prometido. -----
Contrariamente ao que acontecia no passado em que protocolos eram só com alguns, hoje todas as juntas são contempladas sem qualquer discriminação. -----
Graças ao esforço do executivo liderado pelo Dr. Nuno Vaz e apesar do aumento das exigências, do incremento das necessidades das nossas comunidades, hoje, todas as freguesias sabem que podem contar com um município de palavra e um presidente que cumpre para que também elas possam cumprir com os seus. -----
Deixe-me dizer-lhe Senhor Presidente que as freguesias do concelho estão tão entusiasmadas quanto o senhor Presidente, estão tão motivadas quanto o Senhor Presidente e estão consigo neste percurso iniciado em 2017 e que vai continuar nos próximos quatro anos, melhorando cada vez mais o nosso concelho e a nossa população, porque o senhor cumpre, dedica-se, trabalha incansavelmente e preocupa-se com as freguesias que o elegeram para revitalizar este concelho, coisa que não era habitual no passado. -----
Pelo oitavo ano consecutivo tudo quanto se promete é cumprido e pago a tempo e horas. A todos! -----
Termino dizendo “juntos somos mais fortes, unidos somos melhores, vencer é uma consequência.” -----
Muito obrigado” -----*

Rui Manuel Branco Rodrigues, Presidente da União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras, no uso da palavra disse: -----
Boa tarde, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora Secretária, senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhores e caros colegas Presidentes de Junta, membros desta Assembleia, comunicação social, público aqui presente e elementos de apoio a esta Assembleia. Esta minha intervenção tem um pouco a ver e estamos a aprovar o último Orçamento em que irei fazer



parte, passados quinze anos está a chegar ao final o exercício de funções como Presidente da Junta, ao longo deste tempo empenhei-me de corpo e, alma neste projeto inicialmente que começou por ser Vidago e, depois, desta mega freguesia União de freguesias de Vidago, mas, nós todos como Presidentes de Junta quando chegamos a este lugar muitas vezes trazemos as expectativas muito altas e temos a vontade de fazer muitas coisas mas, de facto, muitas das vezes falta-nos aquilo que é os recursos financeiros para poder executar. Ao longo destes anos tive oportunidade de trabalhar com três Executivos diferentes, liderados por pessoas diferentes e, de facto, é muito bom perceber que ao longo deste tempo esse apoio às Freguesias foi sendo melhorado, não só, através dos protocolos que são estabelecidos, mas também, através dos apoios de execução de empreitadas diretamente feitas pelo Município, ainda, sou do tempo, que como foi referido que se assinava um protocolo e depois um dia era pago e essas situações para nós eram desagradáveis. É bom ter trabalhado estes últimos sete anos com o atual Executivo, no sentido de podermos saber com aquilo que contamos. -----

Para nós Presidentes de Junta, que em cada ano fazemos o Orçamento é sempre bom saber com que contamos, seja muito, ou seja, aquilo que se pode. É bom sabermos com o valor que podemos contar e a isso estamos gratos ao atual Presidente da Câmara, por nos ter feito e, ter permitido que nós possamos saber em cada hora com aquilo que vamos poder executar. Isto tem a ver também acho que é muito importante e, muitas das vezes e neste tempo eleitoral às vezes as pessoas confundem um bocadinho aquilo que é política e aquilo que é o cargo de Presidente de Junta. O relacionamento institucional com o Presidente da Câmara e, de facto é esse relacionamento que nós temos tem melhorado e, com certeza temos conseguido trabalhar em conjunto e, hoje quero deixar aqui esse destaque porque, quando as coisas acontecem e, quando as coisas estão no bom sentido é bom que assim seja. Só de referir e que gostava antes de terminar o mandato, podermos estabelecer o acordo de delegação de competências que estamos a negociar e, com certeza iremos chegar a bom porto. Para terminar não se esqueçam de que Vidago este ano completa cem anos de existência, tanto de elevação a Vila, como de elevação a Freguesia, nestes dois últimos dias houve algumas críticas por nós termos publicado nas redes sociais o Brasão da nova Freguesia, que agora é da agregação e as pessoas têm que perceber que os Brasões das antigas freguesias caíram com a extinção, agora é um novo Brasão. Também já estabelecemos a parceria com o Município que nos vai apoiar com certeza nesta data tão importante porque daqui por cem anos já não estamos cá para voltar a comemorar. Por isso fica aqui, este convite ao longo deste resto de ano para que todos participem e colaborem com a União de Freguesias de Vidago e claro com o Município. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----

Reitero e renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, aos respetivos Membros, aos senhores Vereadores e todos os restantes membros desta Assembleia Municipal. Dizer que a relação que se estabelece entre os diferentes Órgãos Autárquicos, as Freguesias e os Municípios deve ter sempre o pressuposto da cooperação, da colaboração, do compromisso, porque, no essencial, os vossos Fregueses são os meus Munícipes. Portanto, verdadeiramente há uma identidade em muitos casos, apesar das competências serem distintas, os destinatários efetivos da ação quer de uns, quer de outros são os mesmos, claro que em diferentes dimensões da sua vida e, por isso, eu interpreto que é fundamental que este processo, e que já tem alguns anos, possa ser continuado, fortalecido, melhorado a não ser que, porventura, um dia, haja uma Lei das Finanças Locais e as Freguesias possam ver reforçado de forma muito intensamente o respetivo fundo de equilíbrio financeiro, se assim for um, dia deixarão de ter esta necessidade de que os Municípios, neste caso, o Município de Chaves, faça essa cooperação. Mas como eu acho que isso é algo muito distante, não estou a ver que aconteça nos próximos tempos, o que é fundamental, é que este processo de cooperação possa prosseguir, e possa prosseguir desta forma, enfim, universal, sem discriminação, com todos, e cumprindo sempre as obrigações que nós temos para assumir. Portanto, a ideia com que se fica, é se aquilo com que nos comprometemos, estiver no âmbito da nossa decisão, da nossa capacidade, porque há coisas que não estão no âmbito da nossa capacidade, e uma das coisas que não está no âmbito da nossa capacidade, era, designadamente, a de fazer um PDM como como nós queríamos. -----



Mas, relativamente a esta matéria, aqui sim, está no âmbito da nossa capacidade de decisão e, portanto, é isso que nós faremos, fizemo-lo no passado, temos, pelo menos, um crédito de sete anos que vamos cumprir, falta ver se também neste ano cumprimos com este apoio financeiro, depois, queria dizer, já tive oportunidade de o dizer, a relação com os senhores e senhoras Presidentes de Junta é uma relação fácil, de trato fácil, sabem que, se calhar, uma das coisas que aprendemos com a pandemia, e eu aprendi, foi a fazer algum planeamento e ter alguma disciplina, porque todas as quartas-feiras nós conversamos, conversamos naturalmente de acordo com agendamento, mas falamos sobre tudo, sobre todas as matérias, e com certeza temos assuntos pendentes que são ambiciosos e que naturalmente não são suscetíveis de resolução imediata, mas estão identificados alguns deles, estão em processo de decisão, e outros ainda não estão, mas, de forma franca sempre muito clara é dito o que está feito, o que temos capacidade de fazer e aquilo que não faremos já. -----

E, portanto, queria agradecer a todos os Presentes de Junta que têm tido essa capacidade de trabalho e essa relação de cooperação connosco, que é certamente de elogiar. Relativamente à questão da transferência de competências, nós temos duas Freguesias que ainda não fechámos em absoluto, é Santa Maria Maior e a União das Freguesias de Vidago, há mais duas ou três que não querem as competências, mas com estas nós estamos a trabalhar e estamos a trabalhar de forma assertiva para que a solução seja uma solução idónea e cabal. De qualquer das formas, queria dizer a todas e a todos que o processo de transferência de competências não é um processo acabado, significa que se as competências que foram transferidas no ano passado, que eu presumo que já tenham recebido o duodécimo de janeiro relativamente a essas competências, vai naturalmente obrigar a um acompanhamento por parte da Câmara e das senhoras e senhores Presidentes para que nós percebamos em que medida e de que modo nós podemos melhorar essa questão, porque não é um trabalho fechado, acabado, terminado, seguramente teremos trabalho para fazer nesse domínio e no âmbito das competências que foram transferidas. Por último, naturalmente agradecer as palavras do senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Vidago que termina uma longa caminhada em prol de Vidago e agora das Freguesias que agregaram Vidago, de facto, é bom trabalhar com gente leal, sempre muito frontal e muito correta, porque, certamente, estamos os dois a fazer o nosso papel o melhor que sabemos. Muito obrigado a todos e boa tarde. -----

Milena Sofia Vieira de Melo, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Renovo cumprimentos -----

Declaração de voto: -----

“O Grupo Municipal do PPD/PSD Chaves declara, de forma irrevogável, o seu voto favorável ao ponto 7, com base nos seguintes considerandos, que contribuirão para o desenvolvimento das freguesias e o fortalecimento da sua capacidade de resposta às necessidades das populações: -----

As freguesias, enquanto unidades fundamentais de organização administrativa, detêm competências e atribuições em diversos domínios que visam promover e salvaguardar os interesses das suas comunidades. Esta missão, de grande relevância para o bem-estar das populações, confere-lhes uma posição privilegiada no contexto da administração local, essencial para a criação de laços de proximidade e confiança entre a administração e os cidadãos. -----

Nos últimos anos, a República tem impulsionado, através de uma estratégia descentralizadora, uma transferência crescente de competências para as freguesias, permitindo-lhes uma atuação mais próxima e eficaz face aos desafios que surgem nas suas comunidades. Esta descentralização tem-se traduzido numa resposta mais célere e adaptada às necessidades locais. -----

O aumento das responsabilidades atribuídas às freguesias, em virtude da delegação de novas competências, tem resultado numa crescente pressão sobre os recursos e capacidades de resposta. Este fenómeno, conjugado com o aumento das exigências das populações, impõe novos desafios logísticos e financeiros, os quais exigem soluções ágeis e adequadas para garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados. -----

O exercício do serviço público, que é um objetivo comum tanto das freguesias quanto do Município, exige uma cooperação mútua, tendo em vista os claros benefícios para o desenvolvimento das freguesias e o bem-estar das populações. O apoio institucional e financeiro é, portanto, fundamental para o êxito dessa colaboração. -----



Entendemos que o apoio às freguesias é uma prioridade, reconhecendo a sua importância essencial na resposta às necessidades dos cidadãos. -----

É premente assegurar que as freguesias continuem a dispor dos meios financeiros adequados para responder com eficácia às necessidades das populações, através da concessão de apoio financeiro destinado ao exercício das suas competências próprias, em consonância com o objetivo de garantir a melhoria contínua dos serviços prestados.” -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal eu queria, sobre esta matéria, porque não ficaria de bem comigo próprio se não fizesse aqui uma consideração, é que estas declarações de voto feitas numa perspetiva como se nós precisássemos que nos ensinassem o que são Autarquias Locais, o que é um Município, o que é uma Autarquia de Freguesia, quais são as suas competências, de facto, o Direito Administrativo é interessante mas deve ficar para outros sítios, mas não foi isso que me motivou vir aqui, o que me motivou vir aqui, foi outra coisa, é que, provavelmente, essas declarações deviam ter sido feitas nos anos de 2014 e 2015 em que as Freguesias receberam apoio muito expressivo não foi? Zero! Zero! E, portanto, estas declarações de voto relativamente a uma proposta sufragada por mim, que tem a ver com um compromisso assumido em 2017 e que agora procuramos (se me deixarem falar, eu falo eu, já estive aqui noutros tempos em Assembleias Municipais, sei que não era assim, eu sei, eu fui líder ali numa bancada e sei bem como é que me trataram, não desconheço isso, uma vez tive até que me levantar para me ir embora e, portanto, só para estabelecer as diferenças de tratamento) naturalmente percebemos que o sentido de voto é favorável, congratulamo-nos com isso, mas os méritos não são da bancada do PSD. Muito obrigado. ----

No uso da palavra o Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento dizendo que, de acordo com o Regimento, as Declarações de Voto serão entregues na Mesa até ao fim da respetiva reunião, mas que, necessariamente, serão anunciadas no final de cada votação. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade-----

PONTO 8 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P. PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE QUATRO NOVOS “ESPAÇOS CIDADÃO” (A LOCALIZAR NAS FREGUESIAS DE SÃO PEDRO DE AGOSTÉM E VILAR DE NANTES, NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE E NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOIVOS E PÓVOA DE AGRAÇÕES) - INFORMAÇÃO Nº 16/DDE/2025, DA DRA. ANDREIA GERALDES DE 23/01/2025. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social e estrutura de apoio. -----

Esta proposta que hoje trazemos à Assembleia Municipal, tem a ver com a possibilidade de alargamento dos Postos de Atendimento ao Cidadão que já existem no nosso Concelho, e como sabem, existe um na Freguesia de Santa Maria Maior, existe um na União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranheiras e existe outro na União das Freguesias de Madalena e Samaiões. O que nós procuramos e pretendemos fazer, é ampliar estes Pontos de Atendimento aos Cidadãos nos quais, sobretudo a população com menos competências digitais possa naturalmente aceder a um conjunto de Serviços Municipais, mas também doutro conjunto de Entidades Governamentais, muito particularmente, das Finanças, da Segurança Social e da Saúde, entre outras. O que nós propomos aqui, enquadrada numa estratégia mais ambiciosa, é que nós possamos levar a todos os nossos concidadãos que estão espalhados pelo território Concelhio, nas cento e trinta e duas aldeias que temos no Concelho, é que nós possamos incrementar os serviços de proximidade. Nesse contexto, esta proposta que pretende instalar nalgumas Freguesias Postos de Atendimento ao Cidadão, será naturalmente em moldes diferentes



daqueles que existem em Chaves e em Vidago, com uma periodicidade, com um âmbito e com uma abrangência menor, porque o universo dos potenciais interessados será menor. Mas queríamos nesta primeira fase avançar para São Pedro de Agostem, Vilar de Nantes, Santa Cruz/Trindade e Sanjurge e União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações e ao mesmo tempo avançar com uma solução de serviços móveis de proximidade com dois equipamentos móveis, com duas carrinhas para poder garantir que com uma periodicidade de quinze dias todos os cidadãos de todas as aldeias e de todas as Freguesias do nosso Concelho possam ter a mesma oportunidade de interação e o mesmo tipo de serviço que se tem hoje nos Postos de Atendimento ao Cidadão. -----

Portanto, ao mesmo tempo que nós estamos a propor a adesão a este sistema gerido pela Agência de Modernização Administrativa, queremos também e estamos a trabalhar nisso para que nós possamos ter duas viaturas que façam um percurso por todas as aldeias do Concelho para com uma periodicidade quinzenal todos os nossos concidadãos, todos aqueles que o desejarem, mas a pensar mais naqueles que têm hoje menos competências digitais ou disponibilidade, o que também acontece, possam ser atendidos quer nestes novos Postos de Atendimento ao Cidadão, quer nas unidades móveis que certamente circularão ainda este ano pelo nosso Concelho. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores deputados: -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde, senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, demais público presente, funcionários do município, comunicação social presente, renovo os cumprimentos. -----

Solicito ao senhor Presidente para explicar melhor como é que vai funcionar essa unidade móvel? Fiquei com algumas dúvidas, duas vezes a cada quinze dias? Duas unidades móveis? Se nos pudesse explicar novamente, pois não entendi muito bem. E se podia também explicar e por desconhecimento meu, mesmo, estes protocolos que são aqui feitos com estas três Freguesias, poderão ser alargados a outras? E quais são os critérios também, para celebração destes protocolos, ou, para abertura de mais Lojas de Espaço de Cidadão? Era só isso e o Grupo Municipal do PSD, votará favoravelmente esta proposta, obrigado. -----

Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, no uso da palavra disse: -----

Boa tarde a todos, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores membros da Assembleia, caras e caros colegas Presidentes de Junta, pessoal de apoio, comunicação social e público presente. -----

Este protocolo que visa a instalação e o funcionamento de quatro novos Espaços de Cidadão, no nosso Concelho marca um avanço significativo na procura por uma administração pública, mais acessível, mais eficiente e, mais próxima da população. Estes espaços que hoje aqui anunciam representam um passo fundamental no sentido de garantir que os serviços públicos sejam mais ágeis, simplificados e, ao alcance de todos. Esta instalação em diferentes pontos do nosso Concelho, não só facilita o acesso aos serviços como também promove a inclusão digital e social. É um compromisso com a inovação, com um atendimento de proximidade e, de confiança, pilares essenciais para o fortalecimento da democracia e do estado de direito. É importante frisar, que ao possibilitar que os cidadãos tenham um local físico acolhedor e, de proximidade onde possam resolver questões administrativas e, aceder a serviços essenciais estamos a contribuir para um ambiente de maior confiança entre a Administração Pública e os Municípios melhorando a eficiência e, diminuindo a burocracia habitual. -----

Trata-se dum esforço de modernização que está alinhado com um Concelho mais dinâmico onde a transformação digital não seja apenas um conceito distante, mas uma realidade mesmo aqui ao lado. A instalação deste espaço reflete acima de tudo um compromisso, com a inovação e, a melhoria contínua dos serviços ao cidadão dando um grande salto em termos de acessibilidade, inovação e, eficiência administrativa, oferecendo-lhes um serviço mais eficiente e em sintonia com as necessidades e os desafios do nosso tempo, tendo à sua frente uma pessoa que por vezes tem a sua confiança. Pede-se,



pois, uma colaboração ativa e dinâmica entre os diversos Órgãos da Administração Pública, de maneira a que esta implementação seja um verdadeiro sucesso e, se possa implementar em mais locais. Uma boa tarde a todos. -----

Encerrou a discussão deste ponto o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo os cumprimentos, senhor Presidente, senhora e senhores Secretários, senhores Vereadores e distintos membros desta Assembleia Municipal. -----

Relativamente aos pedidos de clarificação que foram aqui suscitados pelo membro desta Assembleia Municipal, Pedro Miranda, do PSD, dizer que a minha alusão às unidades móveis foi só para explicar um pouco a estratégia que nós temos para a acessibilidade digital, aos serviços desta natureza em todo o Concelho, porque poderiam, eventualmente, pensar que com a criação deste Postos de Atendimento ao Cidadão todo o território do Concelho ficaria sem nenhuma resposta minimamente adequada e, portanto, a ideia é que há uma estratégia integral para todo o Concelho, naturalmente com diferentes graduações e diferentes instrumentos como é obvio, mas dizer-lhe que o que vai acontecer, vai ser um projeto financiado por Fundos Comunitários e vai-nos permitir ainda que só financie, provavelmente, 50% do investimento, entendemos que depois da avaliação técnica necessária chegou-se à conclusão que a aquisição de uma única viatura não seria suficiente para cobrir todo o território que necessitará desses serviços e que só com duas viaturas se podia fazer, portanto, nós vamos ter financiamento para uma só, mas vamos adquirir duas. Esse serviço vai procurar garantir o acesso aos mesmos serviços que um qualquer posto de atendimento ao cidadão tem, tendo também a capacidade de prestar alguns serviços que são prestados nalguns Serviços Municipais, a ideia é que exista um roteiro previamente definido com uma periodicidade quinzenal, garantindo que em um determinado dia, a uma determinada hora essa viatura vai estar naquele período, naquela Freguesia, naquele local para que as pessoas possam ganhar rotina, possam saber que naqueles dias, naquela hora vão ter ali um serviço de apoio que podem utilizar, independentemente, depois, de ser necessário ou não, mas isso vai depender naturalmente da demanda e da procura que tiver por parte dos nossos concidadãos. É isso que está a ser pensado, vai ter um administrativo que vai dar esse apoio com ligações aos vários serviços para que efetivamente possa ser prestado um serviço de qualidade. -----

Naturalmente que há, aqui, uma questão crítica que é mesmo a internet, portanto, significa que numa fase inicial pode haver ainda algumas dificuldades, no entanto, achamos que logo que esteja concretizado um financiamento que está em curso ao nível da Região Norte para apoio à ampliação do sinal de comunicações móveis e de internet, são cerca de trezentos milhões, as empresas que, neste momento, têm a concessão, ou seja, as grandes empresas, certamente vão reforçar os sinais, porque vão receber um valor de 60% a fundo perdido para reforçar os sinais nos sítios designados por zonas cinzentas ou zonas negras. -----

De qualquer das formas, sempre que numa fase inicial não houver internet, naturalmente que o serviço será feito, utilizando soluções alternativas, gravando os dados ou outras soluções que venham a ser idóneas para que essa solicitação seja atendida. -----

Quanto à segunda questão, esta primeira abordagem tem por critério, sobretudo, Freguesias mais populosas, com maior número de pessoas e que pode crescer, é verdade que no caso concreto, esta solução vai ter a ver com a circunstância de, em cada sítio, poder haver um espaço físico que possa ser adaptado a loja, pode ser também um espaço já existente em que qualquer Freguesia já presta os serviços aos seus Fregueses com umas pequenas obras de adaptação, aquisição de equipamento informático e algum mobiliário. -----

Relativamente aos recursos humanos, o compromisso é que o Município suporte 50% dos recursos humanos e a Freguesia o resto dos 50%. Naturalmente que se houver a possibilidade de incremento do número de Freguesias, se houver algum Presidente de Junta que entenda que isso é uma vantagem, certamente que estaremos disponíveis para poder acrescentar, isto é um processo dinâmico, é um processo de crescimento, é isso que nós faremos para que não haja dúvidas deste compromisso com a melhoria deste tipo de serviços à população. -----

Depois, concretamente sobre esta proposta, ela vem à Assembleia Municipal, porque estamos, digamos, a abordar uma temática que tem a ver com a aceitação de competências, ou seja, nós temos que receber



competências que são de outras Entidades, este processo é assegurado através da Agência para Modernização Administrativa e o que nós trazemos aqui, é exatamente isso, é que autorizem o Município a celebrar este acordo para que, efetivamente, possamos desenvolver este projeto e este projeto vai ter uma fase de adaptação do edifício, de aquisição de mobiliário e depois de formação das pessoas que têm que ser formadas pela própria Agência para que depois possam serem mediadores ou intermediadores desses serviços às nossas comunidades. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 9 - “PROGRAMA DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA O ENSINO SUPERIOR, ANO LETIVO 2024/2025” – INFORMAÇÃO Nº 07/DEASS/UE/2025 – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO ENUNCIADO. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos, senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores e senhores membros desta Assembleia. O que nós propomos aqui, e que pomos a sufrágio e votação de vossas excelências, tem a ver exatamente com uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal e que, ao mesmo tempo, essa alteração possa ter efeitos retroativos, claro que isto deve ser explicado para que percebam o porquê desta proposta e feita neste contexto. Na sequência da aprovação da alteração do Regulamento que está em vigor e que teve, como sabem, vários objetivos, um deles, foi premiar o mérito, mas um outro, também de cariz social, garantido que os alunos com mais de 12 anos pudessem aceder a estas bolsas de estudo e, ao mesmo tempo, criando no que diz respeito a estas bolsas de estudo, quinze bolsas para alunos que frequentem Estabelecimentos de Ensino Superior com sede no Concelho e vinte e cinco para alunos residentes em Chaves, mas que frequentem Estabelecimentos de Ensino noutras localidades do País. Pois bem, o processo foi lançado, o concurso foi iniciado, as propostas foram apresentadas e em consequência da análise técnica pelos serviços chegou-se à conclusão que, no que diz respeito à componente de bolsas de estudo para alunos que frequentam os Estabelecimentos de Ensino aqui no Concelho, das quinze que era possível atribuir, só três é que ficariam comprometidas, significava isto que doze bolsas de estudo ficariam por atribuir neste ano letivo em curso 2024/2025. -----

Ao mesmo tempo, na outra componente, na componente relacionada com os alunos que residem em Chaves e que frequentam o Ensino Superior e que estão noutros Estabelecimentos de Ensino, tínhamos e não sei exatamente o número, mas, se calhar, mais de vinte candidaturas que seriam aceites, mas que não tinham dotação, porque as vinte e cinco bolsas que seria para atribuir para esta tipologia, estavam comprometidas. Pois bem, entendi em sede de reunião de Câmara que, se calhar, era importante fazer uma proposta de alteração a esse Regulamento para que no corpo do próprio Regulamento fica-se a figurar uma norma que permitisse que em cada ano pudessem ser utilizadas as bolsas até ao limite das quarenta ou das cinquenta, se for assim o caso, de serem alteradas e que possam ser aproveitadas as bolsas não atribuídas. No caso concreto, o que nós estamos aqui a propor, é que no ano letivo 2024/2025 as doze bolsas que não foram atribuídas para os alunos que frequentam os Estabelecimentos de Ensino com sede em Chaves, possam ser atribuídas e utilizadas pelos alunos que frequentam outros Estabelecimentos de Ensino, na prática, o que estamos aqui a dizer, é que neste ano em curso ainda vamos conseguir acomodar mais doze bolsas de estudo. E acho que, garantido que a dotação financeira fica salvaguardada, o propósito é mesmo atribuir as bolsas, o propósito não é poupar esse dinheiro, portanto, o que nós propomos aqui, é que, e para que esta decisão da Câmara possa ter validade e os efeitos desejáveis aconteçam, pudessem votar e aprovar esta proposta de alteração do Regulamento que, no essencial, é permitir que em cada ano, possamos utilizar até ao limite das bolsas fixadas no respetivo Regulamento independentemente da área, se for o caso. Portanto, é isto que tenho para propor aos senhores membros desta Assembleia Municipal, para que, de facto, já em 2024/2025 nós possamos desta forma contemplar mais doze alunos e mais famílias. -----

Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



PONTO 10 – 4.^a ADENDA AO AUTO DE TRANSFERÊNCIA N.º ARSN_006/2023 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS NO DOMÍNIO DA SAÚDE. PROPOSTA N.º 06/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Senhor Presidente, senhor Secretário, senhora Secretária, senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal, todos quantos estão aqui neste espaço e que, de facto, estoicamente resistem a esta Assembleia, esta proposta é uma proposta que se explica de forma muito simples, mas, ainda assim, permito-me fazer o enquadramento. -----

Como sabem, no contexto da Lei 50 que acomodou os diplomas setoriais de transferência de competências para os Municípios, particularmente, em matéria de Educação e em matéria de Saúde, os Municípios receberam entre outras coisas os respetivos imóveis. No entanto, nesse diploma de transferência de competências está expresso que a competência pela requalificação desses imóveis continua a ser dos respetivos Ministérios, ou seja, as obras de requalificação das Escolas que estavam afetas ao 2º e 3º ciclos e secundário e os Centros de Saúde, a obrigação continua a ser dos respetivos Ministérios, Ministério da Educação e Ministério da Saúde. Para os Municípios passou a sua gestão e as obras de manutenção, tendo sido fixado uma verba que foi entendida suficiente para que os Municípios possam assegurar a realização dessas obras de manutenção. -----

É verdade que em muitos casos, como sabem, e dado que os edifícios, em resultado de terem quarenta ou mais anos, carecem de obras importantes de requalificação e não apenas de manutenção, porque, em muitos casos, o que nos pedem quer da Saúde, quer da Educação são obras, não de manutenção, mas verdadeiramente de reabilitação e de beneficiação. Portanto, existe aqui alguma dificuldade! É verdade que foi criado um instrumento, leia-se PRR, que permite que, nalguns casos, possa haver alguns imóveis financiados quer na Saúde, quer na Educação. No entanto, essas verbas e esses instrumentos financeiros são manifestamente insuficientes para aquilo que são as necessidades que existem hoje relacionados com os imóveis quer da Saúde, quer da Educação. No caso concreto na área da Saúde foram transferidos para o Município basicamente quatro imóveis, Centro de Saúde Chaves 1, Centro de Saúde Chaves 2, Centro de Saúde de Vidago e depois um outro edifício que fica localizado na Avenida Heróis de Chaves, o Serviço da Divisão Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD). Nós, Município, na altura da transferência de competências, procurámos junto da tutela no âmbito do processo de negociação que fosse feito um Centro de Saúde novo, que permitisse substituir o Centro de Saúde Chaves 2 e até propusemos que esse Centro de Saúde pudesse ser feito ou na Madalena, ou no antigo matadouro municipal. A ideia da Madalena ficou logo descartada pelas questões relacionadas com a Reserva Agrícola, mais uma vez a Reserva Agrícola, a Reserva Ecológica e o Perímetro de Proteção à Veiga de Chaves, tendo aí sido equacionada a questão do antigo matadouro, mas o Ministério rapidamente chegou à conclusão que não havia doze milhões de euros para fazer um novo Centro de Saúde. Em face de tal impossibilidade, foi discutida posteriormente a possibilidade de concretizar um investimento que pudesse, dentro do pacote PRR, fazer alguma intervenção no Centro de Saúde Chaves 1, no Centro de Saúde Chaves 2 e no Centro de Saúde Vidago. Pois bem, é isso que, neste momento, está em processo de aprovação para que se façam esses investimentos e, ainda assim, sendo investimentos na casa dos três milhões e duzentos mil euros, eles não vão ser suficientes para fazer edifícios novos. Portanto, vão ser feitas intervenções resolvendo sobretudo as questões mais críticas, de natureza térmica nalguns casos, noutros casos nas infraestruturas da água, do saneamento e da eletricidade. No caso concreto, nos Centros de Saúde, o Estado para além de ter transferido estes edifícios, ficou ainda com o compromisso de transferir para os Municípios as viaturas elétricas, se bem se recordam, há cerca de seis meses, esta Assembleia aprovou uma adenda ao protocolo que celebrámos com a Saúde que permitiu que cinco viaturas elétricas fossem para os Centros de Saúde e agora vem aqui o quê?! Vem aqui também mais uma adenda para que os painéis solares que estão instalados nos edifícios dos Centros de Saúde possam ser transferidos para o Município, tratando-se por isso de mais uma adenda que visa acomodar uma obrigação que foi assumida que consiste em transferir para os Municípios os painéis solares, sendo que o Município já lá instalou carregadores elétricos para que as viaturas que lá existem, possam desejavelmente ser carregadas através de energia renovável e neste caso solar. É isso que pretendemos no caso em concreto, ou seja, proceder a uma alteração, a uma



adenda, que permite transferir para os Municípios, de acordo com os anexos que fazem parte da proposta, painéis solares e outros componentes relacionados com os mesmos. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 11 – DESIGNAÇÃO DO JÚRI DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU – DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS. PROPOSTA N.º 12/GAPV/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretários, membros do órgão Executivo, portanto, Vereadores e também aos Membros deste Órgão Deliberativo. -----

A proposta é muito simples, sendo muito similar a outras que já foram presentes nesta Assembleia Municipal e vai no sentido de espoletar um procedimento para o provimento do Chefe de Divisão dos Recursos Operacionais, e a proposta vem a esta Assembleia, porque a competência para designação do júri do procedimento concursal é deste órgão. Trata-se de uma proposta que implicará uma votação por escrutínio secreto, porque estão em causa pessoas, no caso concreto o Chefe de Divisão do Ambiente, a Chefe de Divisão de Recursos Humanos, a Chefe de Divisão do Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, o Chefe de Divisão de Projetos de Mobilidade e a Chefe de Divisão de Obras Públicas. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

As votações da proposta em apreciação, decorreram por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3, do artigo 55.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU - DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS – cinquenta e nove votos a favor, oito votos contra e três votos em branco. -----

PONTO 12 - ANÁLISE DO 2º RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PIM “CONSTRUÇÃO EDIFÍCIO INDUSTRIAL”, DA SOCIEDADE MALLAT, LDA. – INFORMAÇÃO Nº01/DDE/2025, DA DRA. CLÁUDIA FERREIRA DE 07/01/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório-----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretário, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores membros desta Assembleia Municipal. Trata-se do segundo relatório de um Projeto de Interesse Municipal, que, como sabem, são Projetos elaborados à luz do Regulamento dos Benefícios Fiscais para Projetos de Interesse Municipal. Este investimento concretizado pela Sociedade MALLAT, LDA, e encontra-se na base deste segundo Relatório de Execução PIM e se, atentarem ao teor do Relatório, perceberão que na Proposta diz “submeter à apreciação dos Órgãos Executivo e Deliberativo, ou seja, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, a aprovação do presente Relatório. Portanto, são para votação, para aprovação. Mas a nota que existe aqui, que me parece mais importante, é que a Entidade Promotora está a executar o Projeto de acordo com o contrato de financiamento. Neste momento, tem previsto um investimento no valor de cinco milhões trezentos e trinta e nove mil euros, neste momento tem quatro milhões seiscentos e cinquenta e dois mil euros executado, portanto, muito próximo da sua execução com uma taxa de execução na ordem de cerca de 80% e na parte dos Recursos Humanos tem cinco executados. -----

Portanto, nesta fase, era para que fosse apreciado e votado este Relatório que é o segundo Relatório Semestral. Esta referência está no anexo à própria deliberação. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o Relatório foi aprovado por maioria com cinquenta e três votos a favor e uma abstenção. -----



PONTO 13 - ANÁLISE DOS 3.º E 4.º RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO SEMESTRAL DO PIM “PROJETO CORTIZO CHAVES” DA SOCIEDADE “ALUMÍNIOS CORTIZO (PORTUGAL) LDA.” – INFORMAÇÃO Nº 02/DDE/2025, DA DRA. CLÁUDIA FERREIRA DE 07/01/2025; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa do Relatório. -----

Senhor Presidente, senhora e senhor Secretários, senhores Vereadores, senhores membros desta Assembleia Municipal, comunicação social aqui presente e estrutura de apoio. -----

Este Relatório traduz a execução semestral de um PIM, no caso concreto de um Projeto de enormíssima importância para o Concelho de Chaves. Esta Assembleia Municipal, em determinado momento, aprovou uma alteração ao contrato no sentido da prorrogação do prazo, e se atentarem ao teor do parecer que foi elaborado pela respetiva comissão municipal de acompanhamento destes processos, perceberão que a execução deste projeto que tem um investimento previsto de cento e setenta e quatro milhões de euros, tem, neste momento, uma taxa de execução de dois milhões trezentos e quarenta e dois mil euros e circunscreve-se à aquisição dos terrenos. Esta Empresa comprou na zona envolvente à zona industrial cerca de duzentos e setenta mil metros quadrados, portanto, vinte e sete hectares, sendo que a execução das fases seguintes está dependente do licenciamento da respetiva unidade industrial que nesta primeira fase se prevê a construção de uma nave de sessenta e sete mil metros quadrados e numa fase seguinte outra com uma dimensão idêntica. De facto, para este processo era absolutamente essencial a aprovação do PDM (Plano Diretor Municipal). Portanto, quando os senhores membros da Assembleia Municipal do PSD votaram contra a revisão do PDM, estavam a votar contra este Projeto. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o Relatório foi aprovado por maioria com cinquenta e três votos a favor e uma abstenção. -----

PONTO 14 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA DOM MARTINHO DA COSTA E NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 873/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 926/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 05/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 – COLOCAÇÃO DE UMA LOMBA REDUTORA DE VELOCIDADE – NA RUA CENTRAL, EM SANJURGE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE – PROCESSO Nº 908/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 938/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 - COLOCAÇÃO DE LOMBAS REDUTORAS DE VELOCIDADE – EM SANTA MARINHA, EM SANTIAGO DO MONTE, E EM SOBRADO - FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA – PROCESSO Nº 910/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 942/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 13/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 – COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE – NO BAIRRO DA TRANSLAR, FREGUESIA DE VILAR DE NANTES, PROCESSO Nº 989/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 954/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----



Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO CONDICIONADO – NA RUA SÃO VICENTE, FREGUESIA DE REDONDELO, PROCESSO N.º 968/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 953/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - CRIAÇÃO DE UM LUGAR DE PARAGEM PARA TRANSPORTE ESCOLAR – NA AVENIDA MIGUEL TORGA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 988/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 956/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTACIONAMENTO – NA TRAVESSA ALAMEDA DE TRAJANO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 978/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 957/DPM/2024, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 19/12/2024; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 21 - AMPLIAÇÃO PARA TRÊS LUGARES DE ESTACIONAMENTO RESERVADOS PARA A PARÓQUIA DA IGREJA DA SAGRADA FAMÍLIA – NA RUA BOENERGES GOMES AUGUSTO, EM SANTA CRUZ, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PROCESSO N.º 1015/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 18/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/01/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 22 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO PARA RECOLHA E ENTREGA DE ALUNOS – NA AVENIDA DR. ANTÓNIO GRANJO, EM FRENTE AO JARDIM-ESCOLA JOÃO DE DEUS, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO N.º 1007/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 26/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 14/01/2025; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 23 - COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA TRAVESSA DA VEIGA DA GRANJA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA, PROCESSO N.º 1048/24 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 36/DPM/2025, DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 17/01/2025. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Antes do encerramento da sessão, o Presidente da Mesa propôs que a Ata fosse aprovada em forma de minuta para que os assuntos terem execução imediata. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, no uso da palavra, Altamiro da Ressurreição Claro, Presidente da Assembleia Municipal, disse: *“Em meu nome e da Mesa, agradeço a todos a disponibilidade que tiveram para estar aqui hoje. Desejo a todos a continuação de um bom ano. Muito obrigado.”* -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que transcrevi e também assino. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

(Altamiro da Ressurreição Claro)

O Primeiro Secretário

(Anselmo José Martins)

O Segundo Secretário

(Isabel Maria Ruivo Seixas Martins)

A Assistente Técnica

(Maria de Fátima dos Santos Machado Silva)

